

Universidade de Lisboa  
Faculdade de Letras  
Departamento de Linguística Geral e Românica



**CONCORDÂNCIA NEGATIVA TRANSFRÁSICA  
NO PORTUGUÊS EUROPEU:  
O PAPEL DAS PROPRIEDADES SEMÂNTICAS  
DO PREDICADO**

**Isabel Barroso Melo Alves**

Mestrado em Linguística

2020



Universidade de Lisboa  
Faculdade de Letras  
Departamento de Linguística Geral e Românica



**CONCORDÂNCIA NEGATIVA TRANSFRÁSICA  
NO PORTUGUÊS EUROPEU:  
O PAPEL DAS PROPRIEDADES SEMÂNTICAS  
DO PREDICADO**

**Isabel Barroso Melo Alves**

Dissertação orientada por:  
Prof. Doutor Rui Marques e Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Lúcia Santos

Mestrado em Linguística

2020



*Aos meus pais,  
meus orientadores de vida,*

*por me ensinarem, entre tudo, a gratidão  
e por me ajudarem a cometer a loucura de ser todas as coisas que tenho dentro de mim.*



## AGRADECIMENTOS

Esta tese é o produto de vários anos de trabalho, em paralelo com uma bolsa de investigação e um curso no conservatório.

Primeiro e sobretudo, gostava de agradecer aos meus orientadores, Professor Doutor Rui Marques e Professora Doutora Ana Lúcia Santos, que souberam dançar o equilíbrio entre a liberdade e a pressão, arte em que também são doutores. O rigor e a concretização deste trabalho muito a eles se devem.

Lembrarei a Universidade de Lisboa por ser palco de algumas das pessoas e experiências mais valiosas da minha vida. Guardo também os professores desta casa que tornaram apetecível o meu curso.

Estou profundamente grata à equipa APLING do CELGA-ILTEC da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na pessoa da Margarita, do Zé Pedro, da Tanara e do Agostinho, pelo apoio e por permitirem, desde o início, que conciliasse esta tese com o meu trabalho.

Agradeço ao Colégio Moderno na pessoa da estimada Diretora Isabel Soares pela disponibilidade incansável, aos seus professores e principalmente aos alunos que preencheram os testes sem os quais não haveria dados para esta tese. Neste âmbito, agradeço também ao Coro de Câmara da Universidade de Lisboa e ao seu maestro, Luís Almeida.

Obrigada à profissão mais bonita do mundo, que depositou no meu caminho professores inspiradores e humanos, como a Salomé Carvalho, o António Lourenço e o António Carlos Cortez, que incentivaram a escrita criativa e a leitura crítica e souberam ver em mim, desde cedo, a inclinação para as Letras.

Um reconhecimento à Professora Doutora Celeste Rodrigues por ter crido e incentivado, desde o meu primeiro ano, o meu percurso enquanto investigadora.

Mas a minha saúde mental durante este processo e a coragem para encetar muitas das fases desta tese contaram com o apoio de muitos não académicos a quem aqui cumpre agradecer:

À Adriana, as suas luzes sobre Lógica e a força que me deu durante este tempo.

À minha colega Patrícia, companheira do meu percurso universitário e ouvido atento dos meus dramas metafísicos.

À Rita, meu par de dança na música e de tese no silêncio, e à Isabel pelo carinho.

Aos amigos que me acompanharam de perto durante este período, ao Miguel, à Sofia, à Mariana, ao Jorge, à Madalena, à Nina.

Também a todos aqueles que não perguntaram quanto tempo faltava para entregar.

Ao Paulo, sempre presente – inclusive em todos os exemplos de Semântica (cf. Peres, Marques e Mória) –, por tornar tudo mais fácil e por, ao seu lado, o meu mundo poder ser sem tese.

À minha grande e doce família, desde a aquisição que observo na prima mais nova à filosofia que há em ter avós.

À Marga por amar todas as pessoas que sou.

Ao meu pai por repetir quantas vezes pode, pelas palavras e pelo exemplo, que a filosofia é a rainha das ciências e à minha mãe por me ensinar a curiosidade, escutando as minhas histórias com interesse genuíno e me mostrar que só assim faz sentido relacionar-me com os outros.

## ÍNDICE

<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	<b>11</b>
<b>ÍNDICE DE TABELAS</b> .....	<b>12</b>
<b>ÍNDICE DE GRÁFICOS</b> .....	<b>13</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS</b> .....	<b>14</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>15</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>18</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>21</b>
<b>2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	<b>25</b>
2.1 Preâmbulo .....	<b>25</b>
2.2 Tipos e formas de expressão negativa.....	<b>29</b>
2.3 Concordância Negativa e outras construções de negação .....	<b>37</b>
2.4 Propriedades do Predicado Matriz – polaridade e monotonia, epistemicidade, veridicidade e factividade.....	<b>52</b>
2.5 Aquisição de propriedades associadas a Concordância Negativa Transfrásica em Português Europeu .....	<b>82</b>
<b>3. HIPÓTESES</b> .....	<b>92</b>
3.1 Formulação das Hipóteses.....	<b>94</b>
3.2 Exploração das hipóteses .....	<b>95</b>
<b>4. METODOLOGIA</b> .....	<b>99</b>
4.1. Pré-teste.....	<b>99</b>
4.2 Amostra do teste.....	<b>100</b>
4.3 Procedimentos .....	<b>103</b>
4.4 Teste .....	<b>104</b>
4.4.1 Estrutura .....	<b>104</b>
4.4.2 Condições e Verbos.....	<b>108</b>
4.5 Tratamento dos dados.....	<b>113</b>
<b>5. RESULTADOS</b> .....	<b>116</b>

5.1 Resultados gerais.....	118
5.2 Para uma melhor descrição do tipo de legitimação da CNT: leituras ambíguas e não ambíguas por macrogrupo e por grupo.....	122
5.3 Resultados por condição.....	128
5.3.1 Condição A.....	129
Predicados monótonos crescentes epistémicos .....	129
5.3.2 Condição B.....	131
Predicados monótonos crescentes não epistémicos.....	131
5.3.3 Condição C.....	132
Predicados Não monótonos epistémicos .....	132
<b>6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>134</b>
<b>7. CONCLUSÃO .....</b>	<b>141</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>144</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>150</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Tipologia da Negação em Peres (2013).....	29
Figura 2 - Monotonia crescente.....	56
Figura 3 - Campo de informações pessoais do questionário a preencher pelos informantes adultos .....	104
Figura 4 - Campo de informações pessoais do questionário a preencher pelos informantes adolescentes.....	104
Figura 5 - Instruções da tarefa.....	105
Figura 6 - Item distrator, desencadeado pelo advérbio 'só'.....	106
Figura 7 - Item distrator, desencadeado pelo quantificador 'todos' .....	106
Figura 8 - Item de teste para CN simples .....	106

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Monotonia e previsão da legitimação de CNT, partindo da hipótese avançada em Dowty (1994) .....	62
Tabela 2 - Lista retificada de alguns predicados do PE, agrupados em Peres (1994), segundo as suas propriedades de monotonia .....	63
Tabela 3 – Lista retificada de alguns predicados do PE agrupados segundo as suas propriedades de monotonia e de epistemicidade com base em Peres (1994) .....	67
Tabela 4 - Predicados factivos categorizados por Hooper (1974) apud Wyse (2010) .....	70
Tabela 5 - Predicados não factivos categorizados por Hooper (1974) apud Wyse (2010) .....	71
Tabela 6 - Classificação de alguns predicados do PE segundo as suas propriedades de veridicidade .....	75
Tabela 7 - Fatores semânticos e sintáticos relevantes para a legitimação de CNT, numa adaptação da Tabela 2 de Peres (2000, p. 193) .....	78
Tabela 8 - Classificação de alguns predicados segundo as propriedades de monotonia, epistemicidade, veridicidade e factividade.....	80
Tabela 9 - Interrogativas a que as crianças responderam sob as condições PP, NP, PN e NN para avaliar as expressões predicativas ‘to be happy’ e ‘to know’ (tabela retirada do estudo em análise – Oiry, 2015) .....	89
Tabela 10 - Distribuição de sujeitos por grupo, idade e sexo.....	100
Tabela 11 - Propriedades semânticas dos verbos selecionados para o teste.....	109
Tabela 12 - Condições de estruturação do teste aplicado aos grupos definitivos.....	111
Tabela 13 - Distribuição por grupo de informantes válidos para a análise de CNT.....	114
Tabela 14 - Percentagem total de CNT por condição e por grupo .....	118
Tabela 15 - Percentagem total de legitimação da CNT por predicado e por macrogrupo .....	120
Tabela 16 - Percentagem de legitimação de ambiguidade entre uma leitura de CNT e uma leitura de NP por condição e por grupo.....	123
Tabela 17 - Percentagem de legitimação no macrogrupo dos adultos de uma leitura ambígua entre CNT e NP e de uma leitura exclusiva de CNT por predicado.....	124
Tabela 18 - Percentagem de legitimação no macrogrupo dos adolescentes de uma leitura ambígua entre CNT e NP e de uma leitura exclusiva de CNT por predicado.....	126
Tabela 19 - Percentagem de legitimação da CNT por predicado e pelos grupos de adolescentes .....	127
Tabela 20 - Percentagem total de CNT com os predicados monótonos crescentes epistémicos por grupo .....	129

Tabela 21 - Percentagem total de CNT com os predicados monótonos crescentes não epistémicos por grupo .....	131
Tabela 22 - Percentagem total de CNT com predicados não monótonos epistémicos por grupo .....	132
Tabela 23 - Percentagem de legitimação de CNT dos predicados e respetivas propriedades semânticas .....	137
Tabela 24 - Percentagem de legitimação de ambiguidade dos predicados e respetivas propriedades semânticas.....	139

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentagem de sujeitos por macrogrupo a legitimar a CN em $\leq 3/6$ , $4/6$ , $5/6$ e $6/6$ frases simples .....	113
Gráfico 2 - Percentagem total de CNT, por grupo e por condição.....	118
Gráfico 3 - Percentagem total de legitimação da CNT por predicado e por macrogrupo .....	120
Gráfico 4 - Percentagem de legitimação de ambiguidade entre uma leitura de CNT e uma leitura de NP por condição e por grupo.....	123
Gráfico 5 - Percentagem de legitimação no macrogrupo dos adultos de uma leitura ambígua entre CNT e NP e de uma leitura exclusiva de CNT por predicado.....	124
Gráfico 6 - Percentagem de legitimação no macrogrupo dos adolescentes de uma leitura ambígua entre CNT e NP e de uma leitura exclusiva de CNT por predicado.....	126
Gráfico 7 - Percentagem total de CNT com os predicados monótonos crescentes epistémicos por grupo .....	129
Gráfico 8 - Percentagem total de CNT com os predicados monótonos crescentes não epistémicos por grupo .....	131
Gráfico 9 - Percentagem total de CNT com predicados não monótonos epistémicos por grupo .....	132
Gráfico 10 - Percentagem de legitimação da CNT por grupo, verbo e condição.....	135

## LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

AMB	Ambiguidade
ADO	Adolescentes
ADT	Adultos
CN	Concordância Negativa
CNT	Concordância Negativa Transfrásica
Cresc.	Crescente
DN	Dupla Negação
Epist.	Epistémico
Fact.	Factivo
GU	Gramática Universal
IPN	Itens de Polaridade Negativa
IPP	Itens de Polaridade Positiva
L1	Língua Materna
Legitim.	Legitimação
MON↑	Monótono crescente
MON↓	Monótono decrescente
NP	Negação Plena
<i>p</i>	Proposição
PE	Português Europeu
Verid.	Verídico
VTN	Verbos de Transporte de Negação
∅	Ausência
¬	Negação
⇒	Implicação
⊆	Igual ou está contido

## RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo investigar a Concordância Negativa Transfrásica (CNT) em falantes monolíngues do português europeu (PE) como língua materna. Por Concordância Negativa Transfrásica entende-se a concordância entre dois elementos, aparentemente negativos, um localizado na frase matriz e outro na oração subordinada, tipicamente uma subordinada completiva. Por ser legitimado pelo operador de negação da frase matriz (e.g. *não*), o elemento negativo da oração subordinada (uma expressão autonegativa como *ninguém*, *nenhum x* ou *nada*) entra em concordância negativa e tem valor positivo (i.e., *ninguém* é interpretado como *alguém*, *nenhum x* como *algum x*, etc.). Esta interpretação de CNT parece verificar-se em frases como *O maestro não quer que ninguém se sente na primeira fila*, por exemplo, contrastando com frases como *A Maria não sabe que ninguém veio*, em que a leitura é de Negação Plena (NP).

Tanto quanto pude averiguar, só Peres (1994 e 2000) estudou a concordância negativa através de fronteiras oracionais em PE. O autor coloca a hipótese de a monotonia ser relevante para determinar a leitura de uma frase de CNT, nomeadamente, que os predicados monótonos decrescentes bloqueiem a interpretação de CNT e que sejam os predicados monótonos crescentes a assegurar a manutenção da leitura de CNT. Na base desta predição está Dowty (1994), que, partindo da Lógica da Monotonia (Valencia, 1991), calcula as propriedades de monotonia de um predicado e afirma que as expressões autonegativas, à semelhança dos IPN, como defendera Ladusaw (1979), só podem ocorrer em contextos de monotonia decrescente. Neste seguimento, Peres (1994, 2000) analisa, para o PE, a interferência dos valores de monotonia na determinação de interpretações de expressões autonegativas quando entre elas e o seu hipotético legitimador se interpõe um predicador de complementação frásica. O autor alega ainda a possibilidade de uma interpretação ambígua entre uma leitura de CNT (*ninguém* = *alguém*) e uma leitura de NP (*ninguém* = *zero itens*) em frases como *Ele não decidiu que ninguém fosse interrogado*. Para além da monotonia, Peres (2000: 191 e 195) refere que «*algum papel acessório pode ser desempenhado por outras propriedades semânticas do verbo matriz, nomeadamente o valor epistémico (...) que tendem a bloquear o processo de (...) concordância*. O autor acrescenta que o mesmo sucede *quando a factividade está presente*» (Peres, 2000: 186). Além destas

propriedades, Giannakidou (1997) estabelece *uma «correspondência entre a não veridicidade e a legitimação daquilo que (ela considera serem) sintagmas-N em grego»* (Peres, 2000: 188). Por esta razão, Peres analisa a eventual relação entre veridicidade e legitimação da CNT em português.

Considerando a escassez de estudos sobre a CNT, tendo os existentes uma abordagem baseada em juízos de introspeção (Peres 1994 e 2000), e ainda a inexistência de trabalhos sobre a aquisição desta estrutura, justifica-se um trabalho experimental com informantes adultos e adolescentes exclusivamente dedicado ao estudo da CNT. Neste seguimento, é intuito desta tese, em primeiro lugar, identificar como é que os falantes nativos de PE interpretam, de facto, as estruturas de CNT, de que modo variam essas interpretações e quais as causas na base da eventual variação (i). Um segundo propósito é contribuir para determinar até que ponto a CNT faz parte da gramática de jovens (adolescentes) falantes do PE (ii). Por último, é também objetivo deste trabalho comparar o desempenho entre diferentes faixas etárias, adultos e adolescentes, na compreensão das estruturas em questão (iii).

Neste sentido, consideram-se duas hipóteses: a CNT ainda não está adquirida aos 12 anos de idade (Hipótese 1); a interpretação de CNT é favorecida por um predicado matriz monótono crescente não epistémico num contexto resultante de combinações sintáticas restritas: negação frásica na oração subordinante e oração completiva com uma expressão autonegativa em posição de sujeito (Hipótese 2).

Para verificar estas hipóteses, concebeu-se um teste de aceitabilidade de 2 continuações para 30 frases, das quais 12 são frases completivas. Enquanto uma das continuações suporta a leitura de CNT, a outra permite a leitura de NP, sendo cada uma dessas interpretações o que neste trabalho se tomará como itens de teste, cuja aceitação é avaliada. O objetivo do teste é avaliar a interpretação da CN. Considerando cada uma das 30 frases, a tarefa consiste em aceitar ou recusar cada continuação da frase dada. Este teste foi aplicado a um total de 169 informantes, falantes do PE como língua materna: 85 adultos e 83 adolescentes – incluindo neste último grupo sujeitos de 12 anos, sujeitos de 13 anos e sujeitos de 14 anos.

As frases cuja interpretação é testada de forma a determinar a existência de CNT correspondem a frases que contêm uma oração completiva, com negação oracional na oração subordinante e com uma expressão autonegativa em posição de sujeito pré-verbal na oração subordinada completiva. Para testar as propriedades do verbo, estabeleceram-se 3 condições, cada qual testada através de 2 verbos: a condição A –

verbos monótonos crescentes epistémicos *saber* e *compreender* (ambos factivos e verídicos), a condição B – verbos monótonos crescentes não epistémicos *conseguir* e *querer* (um verídico e não factivo e outro não verídico e não factivo, respetivamente) e a condição C – verbos não monótonos epistémicos *esquecer* e *dizer* (ambos verídicos, um factivo e outro não factivo).

Os resultados do estudo mostram que tanto adultos como adolescentes reconhecem a CNT no contexto sintático relevante. Os resultados parecem indicar que a CNT está já adquirida em todos os grupos, inclusive pelo grupo de 12 anos, infirmando a hipótese 1 deste trabalho. Além disso, conclui-se que as propriedades semânticas do predicado matriz são, de facto, relevantes para a determinação de uma leitura de CNT em português (espera-se que o sejam também em várias outras línguas), de acordo com a hipótese 2. A interpretação de CNT é favorecida sobretudo por contextos que incluam verbos matriz monótonos crescentes não epistémicos não factivos. Concretamente, a monotonia (crescente) é condição favorecedora para uma interpretação de CNT. Já a epistemicidade e a factividade bloqueiam de modo evidente esta leitura. Por sua vez, a ambiguidade entre uma leitura de CNT e uma leitura de NP foi pouco reconhecida por todos os informantes.

**Palavras-chave:** concordância negativa, concordância negativa transfrásica, propriedades semânticas do predicado, monotonia, epistemicidade, factividade, veridicidade

## ABSTRACT

The present dissertation aims to investigate cross-sentential negative concord (CNC) in monolingual speakers of European Portuguese (EP) as L1. Cross-sentential negative concord means the agreement between two elements, apparently negative, one located in the matrix sentence and the other in the subordinate sentence, typically a complex subordinate one. Because it is licensed by the negative operator of the main clause (e.g. *não*, ‘not’), the negative indefinite of the embedded clause (an *n*-word such as *ninguém*, *nenhum* x or *nada*) comes into negative concord and assumes a positive value (that is, *ninguém* is interpreted as *alguém*, *nenhum* x as *algum* x, etc.). This interpretation of CNC seems to happen in sentences as *O maestro não quer que ninguém se sente na primeira fila*, for example, in contrast to sentences like *A Maria não sabe que ninguém veio*, in which the reading is of Full Negation (FN).

To the best of my knowledge, only Peres (1994 and 2000) studied the CNC in EP. The author hypothesizes that monotonicity is relevant to determine the reading of a cross-sentential negative concord sentence, namely, that decreasing monotone verbs block the interpretation of CNC and that monotone increasing verbs ensure the maintenance of the reading of cross-sentential negative concord. At the source of this prediction is Dowty (1994), who, departing from the Logic of Monotonicity (Valencia, 1991), calculates the monotonicity properties of a predicate and affirms that *n*-words, similarly to NPI, as claimed by Ladusaw (1979), can only occur in contexts of decreasing monotonicity. In this line of research, Peres (1994, 2000) analyzes interference in EP of monotonicity values in the determination of readings of *n*-phrases in contexts of CNC. The author also claims the possibility of an ambiguous interpretation between a reading of CNC (*ninguém* = *anybody*) and a reading of NP (*ninguém* = *nobody*) in sentences like *Ele não decidiu que ninguém fosse interrogado*. In addition to monotonicity, Peres (2000: 191 e 195) states that «*some accessory role can be played by other semantic properties of the main verb, namely the epistemic value (...) that tend to block the process of (...) concord*». The author adds that *the same happens when factivity is present* (Peres, 2000: 186). In addition to these properties, Giannakidou (1997) establishes «*a correspondence between non-veridicality and the licensing of what (she considers to be) n-phrases in Greek*» (Peres, 2000: 188). For this

reason, Peres analyzes the possible relationship between veridicality and licensing of the CNC in EP.

Considering the scarcity of studies on cross-sentential negative concord, with existing ones based on introspection judgments (Peres 1994 and 2000), and also the lack of work on the acquisition of this structure, experimental work with adult informants and adolescents exclusively dedicated to the CNC study is justified. Accordingly, the purpose of this thesis is, first, to identify how speakers interpret CNC structures, how these interpretations vary and what are the causes of the possible variation (i). A second purpose is to contribute to determine the extent to which cross-sentential negative concord is part of the grammar of young (adolescent) speakers of EP (ii). Finally, it is also the aim of this work to compare the performance between different age groups, adults and adolescents, in understanding the structures in question (iii).

In this sense, two hypotheses are considered: the cross-sentential negative concord is not yet acquired at 12 years of age (Hypothesis 1); the cross-sentential negative concord interpretation is favored by a monotone increasing non-epistemic predicate in a context resulting from restricted syntactic combinations: sentential negation in the subordinate clause with an *n*-word in subject position (Hypothesis 2).

To verify these hypotheses, an acceptability test of 2 different sentences that occur as a continuation for 30 sentences was designed. In this set of sentences, 12 are complex sentences containing complement clauses. While one of the continuation sentences supports the reading of CNC, the other allows the reading of FN, with each of these continuation sentences being considered in this work as test items. We assess the acceptance of each type of continuation sentence, therefore the acceptance of each type of interpretation. The purpose of the test is to assess the interpretation of negative concord. Considering each of the 30 sentences, the task consists of accepting or rejecting each continuation of the given sentence. The test was applied to 169 informants, L1 speakers of EP: 85 adults and 83 adolescents – including three subgroups in this last group: 12 years, 13 years and 14 years. Each sentence whose interpretation was assessed in order to determine the existence of CNC consists of a complex sentence with negation in the main clause and an *n*-phrase in a pre-verbal subject position in the subordinate clause. To test the properties of the verb, 3 conditions were established, each tested with 2 verbs: condition A – increasing epistemic monotone verbs *saber* and *comprender* (both factive and veridical); condition B – increasing non-epistemic monotone *conseguir* and *querer* (one veridical

and non-factive and another non-veridical and non-factive, respectively); and condition C – epistemic non-monotone verbs *esquecer* and *dizer* (both veridical, one factive and one non-factive).

The results show that both adults and adolescents recognize the cross-sentential negative concord in this syntactic context. The study seems to indicate that the CNC is already acquired by all groups of speakers, including the 12-year-old group, allowing to reject hypothesis 1 of this study. In addition, we could conclude that the semantic properties of the matrix predicate are indeed relevant to determine a CNC reading in Portuguese (it is expected that they are also relevant in several other languages), as hypothesis 2 predicts. CNC interpretation is favored mainly by contexts that include non-epistemic, non-factive, increasing monotone matrix verbs. In fact, (increasing) monotonicity is a necessary condition for an interpretation of cross-sentential negative concord. Epistemicity and factivity clearly block this reading. The ambiguity between a reading of CNC and a reading of FN was not often recognized by the informants.

**Keywords:** negative concord, cross-sentential negative concord, semantic properties of the predicate, monotonicity, epistemicity, factivity, veridicality

# 1. INTRODUÇÃO

*Não é incomum que, em linguagens naturais, a Negação pareça comportar-se de forma ilógica*<sup>1</sup> (van der Wouden e Zwarts, 1993: 1). A Concordância Negativa Transfrásica (CNT) parece ser um desses exemplos. Com este trabalho exploratório, pretende-se contribuir, justamente, para o conhecimento da CNT em falantes monolíngues do português europeu (PE) como língua materna. Por Concordância Negativa Transfrásica entende-se a concordância entre dois elementos, aparentemente negativos, um localizado na frase matriz e outro na oração subordinada. Por ser legitimado pelo operador de negação frásica da frase matriz (*não*, por exemplo), o elemento negativo da oração subordinada (uma expressão autonegativa como *ninguém*, *nenhum x* ou *nada*) entra em CN e tem valor positivo) i.e., *ninguém* é interpretado como *alguém*, *nenhum x* como *algum x*, etc.). De notar que a CNT está tipicamente associada a frases subordinadas completivas. Veja-se um exemplo desta estrutura:

- (1) O maestro não quer que ninguém se sente na primeira fila.

O exemplo apresentado permite uma leitura segundo a qual o maestro não quer que alguém se sente na primeira fila; isto é, o maestro quer a primeira fila vazia. Assim, nesta frase, a expressão autonegativa *ninguém* equivale a *alguém*, tendo um significado positivo. Trata-se, portanto, de um exemplo de CN.

Considere-se, agora, um segundo exemplo, estruturalmente idêntico ao primeiro:

- (2) O Júlio não entende que nenhum dos seus empregados queira um aumento.

Neste caso, a frase indica que o Júlio não entende que zero empregados seus queiram um aumento. A expressão autonegativa possui valor negativo. Assim, a leitura desta frase é de Negação Plena (NP).

Atendendo a exemplos como os anteriores, é necessário identificar as propriedades semânticas que determinam a interpretação da expressão autonegativa legitimada pelo operador de negação frásica. Espera-se que essas propriedades justifiquem a opção do falante por uma leitura de CNT ou por uma leitura de NP. Ao

---

<sup>1</sup> *It is not uncommon that negation in natural languages seems to behave in an illogical manner, no original.*

identificar as propriedades semânticas que originam cada uma das interpretações, será possível associar determinados predicados à CNT e outros à NP.

Peres (1994, 2000), o único autor que abordou o tema da CNT em português, coloca a hipótese de a interpretação da expressão autonegativa ser influenciada por propriedades semânticas do predicado matriz, como a monotonia crescente. Ladusaw (1979) argumenta que os contextos monótonos decrescentes (isto é, com negação e predicação monótona crescente) são o fator crucial para a legitimação dos itens de polaridade negativa. De notar que as expressões autonegativas têm um comportamento semelhante ao dos Itens de Polaridade Negativa (IPN), quer as expressões autonegativas, quer os IPN ocorrendo em contextos restritos, particularmente em contextos negativos (i.e., umas e outras formas serão expressões sensíveis à polaridade negativa da frase). Também Dowty (1994), que reelabora a Lógica da Monotonia (Valencia, 1991), fornece ferramentas para calcular as propriedades de monotonia de um predicado. Afirma que as expressões autonegativas só podem ocorrer em contextos de monotonia decrescente. Ao avaliar a sua proposta, no domínio das frases simples, Dowty (1994) deixa em aberto a análise da interferência dos valores de monotonia na determinação de interpretações de expressões autonegativas quando entre elas e o seu hipotético legitimador se interpõe um predicador de complementação frásica.

Neste seguimento, Peres (1994) coloca a hipótese de a monotonia ser relevante para determinar a leitura de uma frase de CNT. Prevê, concretamente, que os predicados monótonos decrescentes bloqueiem a interpretação de CNT, havendo espaço, unicamente, para uma leitura de NP na sua presença (como no exemplo (2) com o verbo *assustar*). Peres sugere que sejam os predicados monótonos crescentes a assegurar a manutenção da leitura de CNT (cf. *querer* em (1)). Peres (1994) refere também a possibilidade de existir ambiguidade de interpretação entre uma leitura de CNT (*ninguém = alguém*) e uma leitura de NP (*ninguém = zero itens*) com predicados desta última categoria. Abaixo, exibem-se dois dos exemplos que o autor apresenta, sendo o verbo *acreditar* epistémico e *decidir* não epistémico. Nas alíneas a) de ambos os casos, apresentam-se continuações que mostram a legitimidade de uma leitura de CNT e nas alíneas b) continuações que correspondem a uma leitura de NP<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Os exemplos são retirados de Peres (1994). As continuações são da minha autoria.

- (3) Não acredito que ninguém compreenda a minha tese.
  - a. É muito rebuscada.
  - b. Exprimi-me de forma clara.
  
- (4) Ele não decidiu que ninguém fosse interrogado.
  - a. Por ele, todos deveriam permanecer em silêncio.
  - b. O advogado de defesa é que considerou que todos deveriam permanecer em silêncio.

A respeito dos predicados não monótonos, Peres (1994) prevê que a ausência de valores de monotonia nos predicados determine alguma variação dos seus comportamentos.

Para além da monotonia, Peres (2000: 191 e 195) refere que *«algum papel acessório pode ser desempenhado por outras propriedades semânticas do verbo matriz, nomeadamente o valor epistémico. (...) Estes valores modais tendem a bloquear o processo de legitimação ou, por outras palavras, de concordância»*. O autor acrescenta que *«a neutralização do valor [de monotonia] crescente do verbo pelo valor [de monotonia] decrescente da negação não tem lugar em todos os casos, nomeadamente quando a factividade está presente»* (Peres, 2000: 186). Uma outra propriedade apontada na literatura como relevante para a (não) legitimação da CNT é a veridicidade. É Giannakidou (1997) quem estabelece *«uma correspondência entre a não veridicidade e a legitimação daquilo que (ela considera serem) sintagmas-N em grego»* (Peres, 2000: 188). Partindo desta observação, Peres analisa a eventual relação entre veridicidade e legitimação da CNT em português.

Considerando que a CNT foi, até agora, apenas mencionada por Peres (1994 e 2000) numa abordagem baseada em juízos de introspeção, justifica-se um trabalho experimental exclusivamente dedicado ao estudo deste tema. Além disso, a par da escassez de estudos sobre a CNT, verifica-se a inexistência de trabalhos sobre a sua aquisição ou o seu desenvolvimento.

Neste seguimento, é intuito desta tese, em primeiro lugar, identificar como é que os falantes interpretam, de facto, as estruturas de CNT, de que modo variam essas interpretações e quais as causas na base da eventual variação (i). Um segundo propósito é contribuir para determinar até que ponto a CNT faz parte da gramática de jovens (adolescentes) falantes do PE (ii). Por último, é também objetivo deste trabalho

comparar o desempenho entre diferentes faixas etárias, adultos e adolescentes, na compreensão das estruturas em questão (iii).

Para o cumprimento dos objetivos enunciados, concebeu-se um teste de aceitabilidade de 2 continuações possíveis para uma frase com subordinação completiva, à semelhança dos exemplos (3) e (4), acima expostos, correspondendo uma continuação à leitura de CNT de uma expressão autonegativa e a outra à leitura de NP. Considerando cada uma das 30 frases, os informantes deveriam aceitar ou recusar cada continuação da frase dada. Este teste foi aplicado a um total de 169 informantes, falantes do PE como língua materna: 85 adultos e 83 adolescentes – incluindo neste último grupo sujeitos de 12 anos, sujeitos de 13 anos e sujeitos de 14 anos.

Nos próximos capítulos, disserta-se sobre cada um destes aspetos com maior grau de profundidade. A dissertação está organizada da seguinte forma: no capítulo 2, de natureza teórica, é apresentado e descrito o processo de CN. Começa por se abordar a negação (2.1), apresentam-se os tipos e formas de expressão da negação (2.2) e define-se, então, CN, distinguindo-a de outras construções de negação (2.3). Neste capítulo, que contempla uma revisão da literatura, também se introduzem as propriedades semânticas do predicado matriz potencialmente relevantes para a CNT: polaridade, monotonia, polaridade, veridicidade, factividade e epistemicidade (2.4). No final do capítulo (2.5), sintetizam-se ainda os escassos estudos de aquisição e de desenvolvimento que podem auxiliar o estudo da CNT. De seguida, expõem-se as hipóteses testadas neste trabalho (capítulo 3). No capítulo 4, apresenta-se a metodologia seguida, contemplando-se participantes, procedimentos e teste, para, no capítulo 5, se exibirem os resultados a serem discutidos no capítulo 6. Por fim, no capítulo 7, retiram-se as conclusões a partir da aplicação do teste para, à luz do enquadramento teórico, se responder às hipóteses formuladas.

## 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### 2.1 Preâmbulo

*Todos os sistemas humanos de comunicação contêm uma representação da negação. Nenhum sistema de comunicação animal inclui enunciados negativos, e conseqüentemente, nenhum possui um meio para atribuir valor de verdade, para mentir, para a ironia, ou para lidar com afirmações falsas ou contraditórias. Horn (1989)*

A questão de as línguas naturais serem lógicas ou não é uma discussão antiga e complexa, de que se têm ocupado estudiosos de diferentes campos do saber desde pelo menos a antiguidade clássica. Este debate esteve na origem da semântica formal ou montagueana, fundada por Richard Montague (1930-1971), que assume explicitamente que não há diferenças fundamentais entre as línguas naturais e as linguagens lógicas. Este é um ponto que importa considerar aquando do estudo da negação numa língua natural. Apesar de em Lógica, concretamente no Cálculo Proposicional, a negação ser um operador que inverte o valor de verdade da proposição a que se aplica (sendo  $\neg$  o operador de negação e V o valor de verdade positivo, por oposição a F, o valor de verdade negativo,  $\neg p$  é V se e só se  $p$  for F), a forma e a função da negação nas línguas naturais estão longe de serem simples e transparentes. Em particular, a absoluta simetria definível entre proposições afirmativa e negativa em lógica não se reflete numa simetria comparável nas línguas naturais, como observa, por exemplo Horn (1989). Esta afirmação é transparente se observarmos, por exemplo, o par de frases em (5) ou construções de CN, como (6), mais abaixo, e que estão no cerne desta dissertação:

- (5) a. Muitas pessoas dançaram.  
b. Muitas pessoas não dançaram.

Como se pode facilmente verificar, estas duas frases não são a contraditória uma da outra. Ou seja, não se dá o caso de uma delas ser necessariamente verdadeira se a outra for falsa e vice-versa (de facto, é possível ambas as frases serem verdadeiras). Por contraste, em Cálculo Proposicional, as proposições  $p$  e  $\neg p$  são contraditórias

(necessariamente uma será verdadeira e a outra falsa). No caso de construções de CN, um constituinte negativo como *nada*, que, pelo menos aparentemente, significa ‘zero coisas’, pode significar ‘pelo menos uma coisa’, em contextos como (6):

(6) Não trouxe *nada* para comer.

Em suma, a negação nas línguas naturais tem um grau de complexidade muito superior ao que se encontra no Cálculo Proposicional. Não surpreende, portanto, que a expressão da negação nas línguas naturais e a sua interpretação tenham fascinado filósofos, lógicos e linguistas ao longo dos tempos.

Numa aproximação introdutória, como observa Peres (2013), pode dizer-se que o conhecimento em geral, e a faculdade da linguagem em particular, munem o ser humano da capacidade de verificar se uma entidade possui ou não uma dada propriedade conhecida ou, em termos da Teoria dos Conjuntos (a partir de Cantor, 1874), se pertence ou não a um dado conjunto de entidades. Perante esta atribuição mental, é possível exteriorizá-la, afirmando ou negando essa pertença. Negar é, nesta sequência, o ato de declarar que uma dada entidade não possui determinadas características e, conseqüentemente, que está excluída do conjunto das entidades com essa propriedade. Há, assim, uma relação entre o ato de negar e a noção de conjunto complementar. Negar que um indivíduo tenha uma propriedade é o mesmo que dizer que esse indivíduo pertence ao conjunto complementar do conjunto das entidades com essa propriedade. Por exemplo, dizer que a Ana não é francesa é o mesmo que dizer que a Ana pertence ao conjunto complementar dos franceses (o conjunto de todas as entidades exceto as que têm a propriedade de ser francesas, ou o conjunto dos não franceses).

A atividade mental de inclusão e exclusão de entidades em conjuntos exprime-se nas línguas naturais por meio de um sistema de dois valores opostos, cada um deles associado a construções próprias: o **valor positivo**, que corresponde à pertença a um conjunto, e o **valor negativo** (ou **negação**), que exprime a não pertença a um conjunto (ou, equivalentemente, a pertença ao conjunto complementar de um outro).

Esta associação entre negação e a atividade mental de inclusão/exclusão é explorada no conhecido jogo de tabuleiro *Quem é Quem?*<sup>3</sup>, cujo objetivo é o de

---

<sup>3</sup> Originalmente *Guess Who?* (1979) por Milton Bradley, agora pertencente à Hasbro.

identificar uma determinada pessoa. A identidade de um indivíduo corresponde à interseção dos conjuntos nos quais o indivíduo se inclui. Assim, para cada propriedade podemos verificar se o indivíduo em questão tem ou não essa propriedade, ou seja, se pertence ou não ao conjunto de entidades com essa propriedade. Por exemplo, podemos dizer da pessoa que procuramos que integra, suponhamos, o conjunto de indivíduos do sexo feminino. Isto permite eliminar o conjunto dos indivíduos do outro sexo. Suponhamos que pertence também ao conjunto dos alunos de uma escola, à turma 2B, e que se insere no conjunto de indivíduos que usam óculos. Por consequência, não pertence ao conjunto complementar desta interseção, constituído por todas as entidades que não têm o atributo de serem do sexo feminino, de serem alunos da turma 2B de uma escola e de usarem óculos, no qual se incluem, por exemplo, o doutor Amílcar, os recém-nascidos, os golfinhos, os garfos, etc. Em língua portuguesa, a pertença, ou o valor positivo, podem ser expressos, neste caso, por meio da frase *a Clara usa óculos*, que é uma **frase positiva** (ou **frase afirmativa** ou, simplesmente, uma **afirmação**), ao passo que a não pertença pode ser descrita pela frase *a Clara não usa óculos*, que é uma **frase negativa** (ou, simplesmente, uma **negação**) (Peres, 2013).

Esta oposição entre frases afirmativas e negativas não é exclusiva do português, sendo antes uma distinção que se observa em todas as línguas naturais (como observado abundantemente na literatura, por exemplo, por Swart, 2010). Além disso, tipicamente é o valor negativo (e não o outro elemento do binómio positivo/ negativo) o valor marcado (o que explica a maior abundância de estudos sobre negação do que estudos sobre o valor positivo), ou seja, o valor para que as línguas disponibilizam formas de expressão – correspondendo a ausência destas formas à expressão do valor não marcado.

O valor não marcado tende a ser menos complexo, quer de um ponto de vista morfosintático, quer de um ponto de vista semântico. Como observa, por exemplo, Swart (2010), na linguagem natural, as frases negativas envolvem tipicamente expressões não presentes em frases afirmativas. Do mesmo modo, Greenberg (1966) desde logo notou que a negação recebe tipicamente uma expressão aberta e explícita, contrariamente à afirmação (simplicadamente, para uma frase ser marcada como negativa é necessário usar uma marca de negação, mas não é preciso usar uma marca análoga para marcar uma frase como afirmativa). É por esta razão que, em algumas definições de *negação*, a tónica é colocada sobre um operador ou uma marca sinalizadora, como na definição de Dahl (1979: 80), que descreve a negação como «o

*operador linguístico atuando sobre os valores de verdade que introduz uma assimetria entre afirmação e negação».* Assim sendo, vejamos quais as marcas de negação em português.

## 2.2 Tipos e formas de expressão negativa

A negação manifesta-se nas línguas naturais sob diversas formas, podendo os operadores negativos ser agrupados em classes ou tipos. Para o português atual, em Peres (2013) é apresentada a seguinte tipologia:

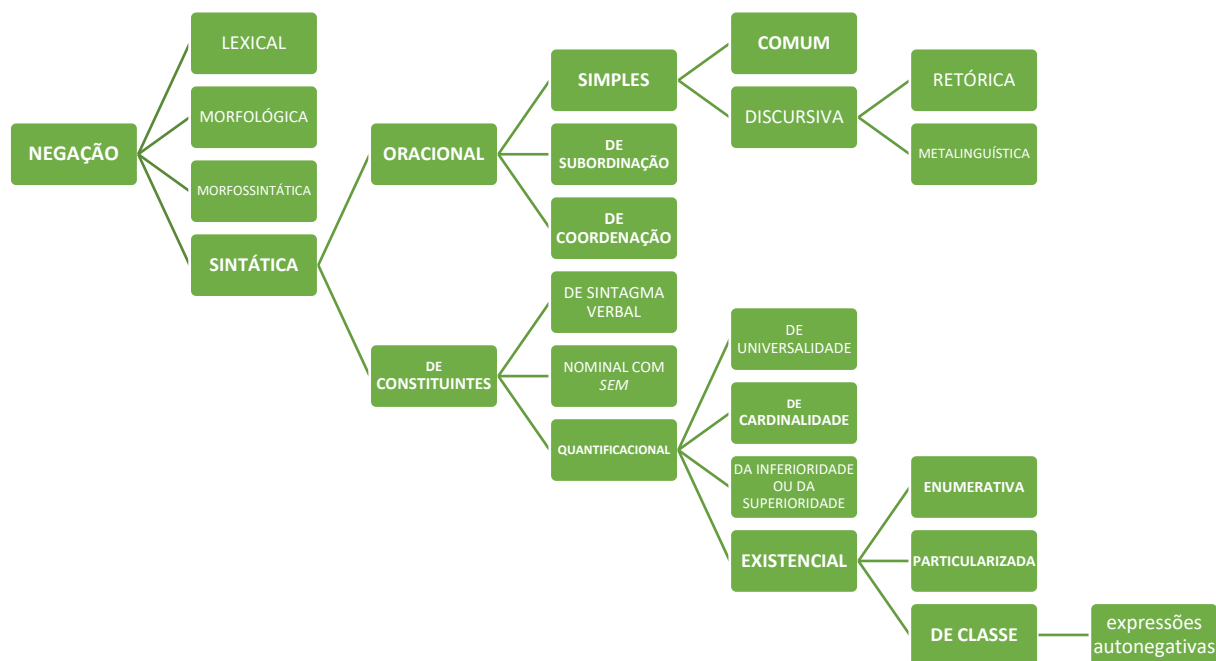


Figura 1 - Tipologia da Negação em Peres (2013)<sup>4</sup>

De acordo com esta tipologia, há quatro macrotipos de negação: negação lexical, negação morfológica, negação morfofossintática e negação sintática. Pela sua pertinência para este estudo, atentemos na negação sintática e nos subtipos relevantes para a CN.

A **negação sintática**, de que a frase abaixo é exemplo, designa uma combinação de elementos com autonomia morfológica:

(7) *Não* se pode morar nos olhos de um gato<sup>5</sup>.

Nesta classe de negação, situa-se a **negação oracional**, que pode ser **simples comum, de subordinação** ou **de coordenação**. O primeiro tipo de construção ocorre

<sup>4</sup> No quadro apresentado, destacam-se a **negrito** aqueles tipos de Negação que, por serem relevantes para a questão da CN, serão explorados neste trabalho.

<sup>5</sup> Verso extraído do ‘Poema do Desamor’ de Alexandre O’neill in *Dezanove Poemas* (1983).

nos casos em que um operador negativo é aplicado a uma forma verbal, finita ou infinitiva, tornando negativa somente a oração com este operador. Os operadores negativos associados a este tipo de construção são *não* e *nem*, somando este último um valor enfático no discurso ao valor de negação:

- (8) a. *Não* caiu neve todo o ano.  
b. A loucura *não* é uma doença.  
c. Alguns oradores *não* se prepararam convenientemente.
- (9) a. A cozinha *nem* foi limpa antes de a família chegar!  
b. *Nem* te conto o que vi no meio das coisas dele!  
c. A Clara estava tão triste que hoje *nem* me ligou.

A **negação oracional de subordinação**, exemplificada em (10), resulta do operador negativo *sem* antes de uma oração subordinada finita ou não finita, enquanto a **negação oracional de coordenação** consiste numa estrutura de duas orações de valor negativo coordenadas pelo operador negativo *nem* como exemplificado em (11):

- (10) a. O ladrão fugiu *sem* que eu lhe visse o rosto.  
b. O padre terminou a missa *sem* se benzer.
- (11) a. *Nem* posso *nem* quero ir a esse comício.  
b. Os alunos não tiveram aulas *nem* os professores reuniram.

Ao âmbito da negação sintática pertence ainda a **negação de constituintes**, subclasse que engloba as estruturas em que um operador negativo se associa a um constituinte sintático menor que uma frase. Dentro deste tipo de negação salienta-se o subtipo **negação de constituintes quantificacional**, que conjuga o operador negativo *não* ou *nem* e um sintagma nominal quantificado, originando um sintagma negativo de valor quantificacional. Assim, este subtipo implica um valor de negação e um valor de quantificação. Nele cabem, para além da negação de universalidade (cf. (12)) e da negação de superioridade (cf. (13a)) e de inferioridade (cf. (13b)), a **negação de cardinalidade** (cf. (14)) e a **negação existencial** (cf. (15)):

- (12) *Nem toda a gente* gosta de chocolate.
- (13) a. Estavam na fila do banco *não mais de cinco pessoas*.  
b. Ontem *não menos de trinta professores* daquela escola fizeram greve.
- (14) *Nem vinte pessoas* estavam na sala.
- (15) *Nenhuma verdade* é absoluta.

A **negação de cardinalidade** é expressa por um constituinte formado pela combinação da partícula *nem* com um numeral cardinal (16a) ou com um numeral fracionário (16b):

- (16) a. *Nem duzentas grávidas* deram à luz em Santa Valha.  
b. Este ano *nem 20% das framboesas* se aproveitaram.

Quanto à **negação existencial**, esta subdivide-se em **enumerativa**, **particularizada**, dois tipos de negação que se efetuam sempre com o operador *nem*, e **de classe**, com expressões autonegativas. Seguem-se exemplos de cada um destes tipos de negação:

- (17) a. *Nem nesse dia nem nesse ano* a família chegou a casa.
- (18) A Dona Juliana *nem o neto* reconheceu.
- (19) a. *Nenhuma parede* está caiada.  
b. *Ninguém* plagiou o compositor.  
c. *Nada* te satisfaz!  
d. *Nunca* vendi limonada.  
e. Nesta cidade *em lugar nenhum* se encontra uma loja de animais!

Na negação enumerativa, é aplicado um operador de negação a cada membro de uma lista, como se verifica em (17). Já na negação particularizada, o operador de negação aplica-se a um constituinte que identifica o elemento do extremo de uma escala, veiculando-se, por inferência, a informação de que, não se verificando para este elemento a propriedade relevante, também não se verifica para os outros elementos da lista. Por exemplo, em (18) nega-se que a D. Juliana tenha reconhecido o neto e, por

inferência, deduz-se que não reconheceu igualmente qualquer outra pessoa. Mais concretamente, o significado da frase envolve a consideração de uma escala, implícita, de pessoas que se esperaria que a D. Juliana reconhecesse e no extremo dessa escala está o seu neto. Ao negar-se, com o operador *nem*, que ela tenha reconhecido o neto, nega-se igualmente que ela tenha reconhecido algum outro membro dessa escala. Daí que este tipo de negação seja também um caso de negação existencial: nega-se a existência das entidades relevantes (alguém que a D. Juliana tenha reconhecido, no exemplo (18)). Finalmente, na negação existencial de classe, exemplificada por (19a-e), acima, a negação da existência das entidades relevante é expressa por constituintes que incorporam negação, como *ninguém*, *nunca* ou *nada* ou pelo determinante *nenhum* combinado com a estrutura nominal a que se aplica.

Do ponto de vista semântico, as negações existencial e de cardinalidade constituem formas de **negação de igualdade ou superioridade**. Une a negação existencial e a negação de cardinalidade o facto de em ambos os casos se negar que uma quantidade é igual ou superior (ou seja, indica-se que é inferior) ao valor indicado pelo quantificador. Por exemplo, na instância de negação de cardinalidade apresentada em (14) nega-se que o número de pessoas que estavam na sala seja igual ou superior a 20, o que é o mesmo que dizer que o número de pessoas que estavam na sala se situa entre 0 e 19. Já no exemplo de negação existencial (19a), é negado que uma quantidade de paredes igual ou superior à unidade esteja caíada, ou seja, assere-se que há zero paredes caíadas, o mesmo se podendo dizer, *mutatis mutandis*, a respeito dos outros exemplos de negação existencial.

À negação comum, de subordinação, de coordenação e às duas últimas subclasses de negação de constituintes apresentadas (a negação de cardinalidade e a negação existencial) pertencem os elementos legitimadores de CN. Quanto aos elementos concordantes que entram no processo de CN, encontra-se sobretudo a negação existencial de classe. A esta categoria pertence uma classe de palavras, designada na literatura por vários termos, entre os quais *palavras-N*, *expressões-N* ou *expressões autonegativas*. Dado o tema deste trabalho, justifica-se falar deste subtipo mais demoradamente.

Foi Laka (1990) quem cunhou o termo *n-word* – em português, *palavra-N* – para designar constituintes negativos como *ninguém*, *nada*, *nunca*, *nenhum(a) N<sup>6</sup>*, *N nenhum(a)*, *N algum(a)*, ou *nehures* (este já em desuso).

Em primeiro lugar, existem palavras negativas especializadas na referência a determinado tipo de entidades. A palavra *ninguém* deriva da sequência latina *nec quem* e é equivalente à estrutura *nenhuma pessoa* ou *pessoa nenhuma*. Quanto às palavras *nunca* (da sequência latina *ne umquam*) e *nehures*, estas estão associadas, respetivamente, aos domínios temporal e espacial, sendo equivalentes a *jamais* ou *nenhuma vez* e a *lugar nenhum*.

Para outros tipos de entidades, existe a expressão *nada*, sinónima da estrutura *nenhuma coisa*, *coisa nenhuma* ou *coisa alguma*. Embora tenha hoje um valor negativo, esta palavra não incorpora um elemento morfológico que fosse negativo em latim; resulta antes da redução da expressão latina acusativa *rem natam*, que literalmente significava ‘coisa nascida’ e, figurativamente, ‘coisa insignificante’.

Como é sabido, em português atual, tal como em muitas outras línguas do mundo, o comportamento sintático e a interpretação destas expressões variam consoante o contexto sintático em que ocorrem. Vejamos separadamente as duas questões, a distribuição das expressões autonegativas e a sua interpretação.

No que respeita à sua distribuição sintática, em frases não subordinadas, sem ter em conta a presença de outros operadores de negação na frase (cf. Capítulo 2.3), observa-se que as expressões autonegativas têm um comportamento diferente consoante ocorram antes ou depois do verbo. Como mostram os exemplos que se seguem, estas expressões não podem geralmente ocorrer em posição pós-verbal em frases afirmativas, mas podem elas próprias expressar negação frásica e ocorrer antes do verbo:

- (20) a. *Ninguém* colaborou na arrumação do quarto.  
b. \*Colaborou *ninguém* na arrumação do quarto.
- (21) a. A dona Júlia *nunca* viu o mar.  
b. \*A dona Júlia viu *nunca* o mar.
- (22) a. *Nada* se via no céu.  
b. \*Via-se *nada* no céu.

---

<sup>6</sup> Este *N* está para Nome, como em (*nenhum*) *estudante*, ou estrutura nominal mais complexa, como em (*nenhum*) *curso de teatro que ele tenha frequentado*.

- (23) a. *Em lado nenhum* se come com os pés.  
 b. *Em nenhum lado* se come com os pés.  
 b. \*Come-se *em lado nenhum* com os pés.
- (24) a. *Nenhuma faculdade* participou o crime à polícia.  
 b. *Faculdade nenhuma* participou o crime à polícia.  
 c. \*Participou *nenhuma faculdade* o crime à polícia.

As duas primeiras alíneas dos exemplos (23) e (24) mostram que a palavra *nenhum* pode ocorrer antes ou depois do nome na estrutura nominal a que se associa. A ordem *N nenhum* está associada a um registo estilístico mais marcado do que a ordem alternativa, permanecendo inalteradas, não obstante, as propriedades semânticas e sintáticas da expressão autonegativa.

Apesar de o comportamento das expressões autonegativas ilustrado em (20-24), acima, ser o padrão em português atual, em frases afirmativas as expressões autonegativas podem ocorrer em posição pós-verbal nalgumas construções sintáticas específicas, como observa, e.g., Peres (1994), embora esta seja uma possibilidade muito condicionada em português (mais do que noutras línguas românicas). É este o caso de construções comparativas, como ilustram os exemplos (25), existindo ainda atestações como (26), com frases interrogativas, embora neste caso se trate de construções de aceitabilidade duvidosa:

- (25) a. A Clara escreve melhor do que *ninguém*.  
 b. Preciso de ti agora mais do que *nunca*.  
 c. Hmm!... Que delícia! Este pão sabe melhor que *nada*!
- (26) a. ?? Há lá *nada* igual a isto? (Português Europeu, registado em emissão televisiva, in Peres, 1994)  
 b. ?? Pode passar pela cabeça de *ninguém* uma coisa dessas? (Português do Brasil, registado em emissão televisiva, in Peres, 1994)

Existem outros casos em que palavras autonegativas ocorrem em posição pós-verbal em frases afirmativas, como mostram os seguintes exemplos:

- (27) a. O meu interesse por esse assunto é *nenhum*.  
b. Ele parecia ter o olhar fixo em *nada*.

Esta possibilidade é ainda mais patente em estruturas de coordenação:

- (28) a. Foram obtidos *poucos ou nenhuns resultados*.  
b. Eles querem *tudo ou nada*.

Note-se que estes casos são diferentes dos exemplos acima, em que as expressões autonegativas ocorrem em frases interrogativas ou em construções comparativas. De facto, nos exemplos em (27) e (28), as expressões autonegativas expressam negação, o que, pelo menos aparentemente, não se verifica nas interrogativas ou nas construções comparativas<sup>7</sup>.

Com exceção destes casos, a possibilidade de (em estruturas mono-oracionais) as expressões autonegativas ocorrerem em posição pós-verbal está condicionada a frases negativas, como nos seguintes exemplos:

- (29) a. Não vi *ninguém*.  
b. Ele nunca diz *nada*.

Passando agora à interpretação das expressões autonegativas, verifica-se que quando ocorrem em posição pré-verbal, como nas alíneas a. dos exemplos (20) a (24), estas exprimem negação (i.e., negam a existência das entidades relevantes; por exemplo, *ninguém* nega a existência de alguma pessoa, *nunca* nega a existência de alguma vez, etc.), contrariamente ao que sucede quando as expressões autonegativas ocorrem em posição pós-verbal, como em (29). Por exemplo em (20a) *ninguém* significa o mesmo que *zero pessoas*, mas em (29a) a interpretação da palavra é diferente, sendo equivalente a *pelo menos uma pessoa*. Por outras palavras, em (20a) *ninguém* expressa negação existencial de classe e em (29a) está em CN, um tipo de construção que será aprofundado em 2.3.

---

<sup>7</sup> Sobre a hipótese de as construções comparativas envolverem negação, ver Seuren (1973) ou Marques (2004) e referências aí apresentadas.

Em suma, as expressões autonegativas podem expressar negação existencial (de classe) e podem também entrar em CN, caso em que não veiculam qualquer valor negativo. Como foi já dito, em construções mono-oracionais a primeira possibilidade verifica-se, basicamente, quando a expressão autonegativa ocorre em posição pré-verbal (mas também em frases como as apresentadas da (25) à (28)), e a segunda possibilidade quando a expressão autonegativa ocorre em posição pós-verbal e em frases negativas.

Finalmente, apesar de, normalmente, ao falar-se de CN se pensar apenas em expressões autonegativas, reforce-se que a CN é um processo mais vasto: também entram em CN expressões associadas, noutras construções, aos outros tipos de negação existencial (i.e. a negação existencial enumerativa e a negação existencial particularizada), como mostram os exemplos em (30), à negação de cardinalidade, como ilustrado em (31), e os elementos concordantes podem também ser expressões associadas a valores de natureza escalar, como em (32) ou (33):

- (30) a. Ele não convidou *nem a Ana*.  
b. Ele não convidou *nem o Pedro nem a Ana*.
- (31) a. Em Santa Valha não deram à luz *nem duzentas grávidas*.  
b. Ainda não li *nem 20% do livro*.
- (32) O quadro não ficou *nada bem pintado*.
- (33) O cabelo não lhe dava *nem pelo ombro*.

Ainda assim, a CN numa língua implica a existência de expressões autonegativas nesse idioma. Já o inverso não se verifica: línguas como o basco, o gaélico escocês, o gaélico irlandês, o estónio, o finlandês e o lapão não têm expressões autonegativas e não são línguas de CN, enquanto outras, como o inglês (padrão) e o alemão, também não são línguas de CN, mas possuem expressões autonegativas. Por último, existe um grupo de línguas, como o japonês ou o português (entre muitas outras), que têm essas expressões e são línguas de CN, tema sobre o qual versa o próximo capítulo.

## 2.3 Concordância Negativa e outras construções de negação

Amplamente versado pela literatura (cf., por exemplo, Van der Wouden e Zwarts (1993); Dowty (1994) ou Giannakidou (2000, 2016, entre muitos outros)), o tópico da CN surgiu na Linguística com Jespersen (1917) sob o nome de *atração dupla*, em Klima (1964) como *neg-incorporation* e em Labov (1972) como *regra da atração negativa*.

O processo de CN torna-se transparente quando percebemos que em algumas frases existem dois (ou mais) marcadores negativos, mas, à semelhança do processo morfológico da concordância de género e de número em línguas como o português, só um dos valores de negação é processado (Peres, 2000). É o que se verifica em exemplos como os seguintes:

- (34) a. Não encontrei *ninguém*.  
b. Nunca falou com *ninguém*.

Os operadores sublinhados expressam negação, tornando a frase negativa, e a palavra em itálico não tem valor negativo, embora seja morfológicamente negativa. De facto, como observado na secção anterior, em frases como (34), *ninguém* tem a mesma interpretação que o indefinido *alguém*. Em (34), a palavra em itálico está, portanto, em CN, sendo o **elemento concordante**. A expressão assume uma forma negativa, aparentemente redundante, sinalizando o valor negativo da frase em que ocorre, valor este que é expresso por um elemento em posição pré-verbal, o **elemento legitimador**. O termo *CN* é, assim, transparente: um (ou mais) constituinte(s) assume(m) forma negativa, sem que seja(m) semanticamente negativo(s), por concordância com o valor negativo da frase em que ocorre(m). O legitimador (de CN) pode ser (entre outros, como se verá mais à frente) um operador de negação frásica, como em (34a), ou uma outra expressão autonegativa, como em (34b). Em qualquer dos casos a frase é interpretada como veiculando um único valor de negação, não como um caso de dupla negação (um tipo de construção que se apresentará mais à frente). Do ponto de vista semântico, o ingrediente essencial das construções de CN reside justamente no valor positivo do elemento negativo pós-verbal (Peres, 2013). Assim, não é de estranhar que, ao substituímos diretamente uma expressão autonegativa, como *nenhum(a) N*, por

formas positivas correspondentes, como *algum(a) N* ou *um(a) N*, o significado da frase não seja alterado:

- (35) a. Este ano ninguém trouxe *nada*.  
b. Este ano ninguém trouxe *coisa nenhuma*.  
c. Este ano ninguém trouxe *coisa alguma*.  
d. Este ano ninguém trouxe *(pelo menos) uma coisa*.
- (36) a. Não estava *ninguém* à porta.  
b. Não estava *nenhuma pessoa* à porta.  
c. Não estava *pessoa alguma* à porta.  
d. Não estava *uma (única/ só) pessoa* à porta.
- (37) a. Não tive *nenhum dia de descanso*.  
b. Não tive *dia algum de descanso*.  
c. Não tive *um (único) dia de descanso*.

São comuns construções com mais de um constituinte negativo em CN, as quais se designam por casos de **CN múltipla**. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (38) a. O César não come *nenhuma papaia nem nenhuma outra fruta*.  
b. O César não come *nem papaia nem nenhuma outra fruta*.
- (39) a. Não encontrei *nenhum lápis nem nenhuma caneta*.  
b. Não encontrei *nem nenhum lápis nem nenhuma caneta*.
- (40) Este ano o Pai Natal não trouxe *nada a ninguém*.

As condições para a existência de CN múltipla são as mesmas que regem a CN simples: um operador negativo legitimador de CN em posição pré-verbal e expressões autonegativas ou outros elementos concordantes em posição pós-verbal.

Para além do português, a CN é observada em diversas línguas, como as restantes línguas românicas, as línguas eslavas, o grego, o húngaro, o afrikaans, o lituano ou o japonês, entre outras. Vejam-se os exemplos seguintes:

- (41) A mãe não encontrou *nenhuma* cesta de vime. [português]

- (42) Clara non há chiesto *niente a nessuno*. [italiano]  
 Clara NEG AUX.3SG pedir.PFCT N-coisa a N-pessoa  
 ‘A Clara não pediu nada a ninguém.’
- (43) No m’há telefonat *ningu*. [catalão]  
 NEG 1SG=ALVO-AUX.3SG telefonar.PFCT N-pessoa  
 ‘Não me telefonou ninguém.’
- (44) 私は全然テレビをみません。 [japonês]  
 Watashi *ha* zenzen terebi wo mimasen.  
 1SG N-tempo televisão NEG ver.PRS  
 ‘Eu não vejo televisão nunca.’

Importa clarificar que nem todas as línguas com CN são do mesmo tipo. É comumente observada uma divisão, no grupo das línguas com CN, entre ‘línguas de CN estrita’ (*strict NC varieties*) e ‘línguas de CN não-estrita’ (*non strict NC varieties*) (Giannakidou, 1998). A mesma divisão é também referida na literatura, por den Besten (1986), com os termos ‘duplicação negativa’ (*negative doubling*) – que não se confunde com ‘dupla negação’ (*double negation*) – e ‘propagação negativa’ (*negative spread*). A diferença entre um e outro destes tipos de línguas é que, nas línguas do primeiro tipo, **línguas de CN estrita** (ou de duplicação negativa), é obrigatória a presença de um operador de negação oracional independentemente da quantidade de expressões autonegativas na frase, da sua função sintática ou da sua posição em relação ao verbo, enquanto nas **línguas de CN não estrita** (ou de propagação negativa, na terminologia de den Besten (1986)) este operador não ocorre se a expressão autonegativa (ou outro dos constituintes que podem entrar em CN) ocupar uma posição pré-verbal. Resumindo, nas línguas de CN estrita o operador de negação oracional ocorre em todas as frases negativas, independentemente de existirem ou não expressões autonegativas em posição pré-verbal, pelo que estas expressões entram em CN quer em posição pré-verbal quer em posição pós-verbal; já nas línguas de CN não estrita, a expressão autonegativa em posição pré-verbal não está em CN, mas expressa negação, não podendo coocorrer, neste caso, com um marcador de negação oracional.

São exemplos de línguas do primeiro tipo (línguas de CN estrita) o grego, o japonês e línguas eslavas, como o checo, a que pertencem os seguintes exemplos<sup>8</sup>:

- (45) a. Milan      \*(ne-)vidi                  nikoho.                  [checo]  
          Milan      NEG-ver-PRS.3SG                  N-pessoa  
          ‘O Milan não vê ninguém.’
- b. Dnes      \*(ne-)volá                  *nikdo*  
          hoje      NEG-telefonar-PRS.3SG N-pessoa  
          ‘Hoje não telefona ninguém.’
- c. Dnes      *nikdo*                  \*(ne-)volá  
          hoje      N-pessoa                  NEG-telefonar-PRS.3SG  
          ‘Hoje ninguém telefona.’

Como indica o asterisco antes do parêntesis, a presença do operador de negação frásica *ne-* é obrigatória, independentemente de a expressão autonegativa *nikdo* ocorrer antes ou depois do verbo.

Por contraste, nas línguas de CN não-estrita, como é o caso das línguas românicas, o operador de negação frásica (e.g., *não* ou *nem*, em português) não pode coocorrer com expressões autonegativas (ou outro constituinte que possa entrar em CN) em posição pré-verbal:

- (46) a. \**Ninguém não* manda em mim.  
          b. \**Nem no Algarve nem no Alentejo não* choveu.

À parte esta diferença, quer em línguas de CN estrita, quer em línguas de CN não-estrita, a legitimação de expressões em CN<sup>9</sup> requer a presença de um legitimador em posição pré-verbal. No entanto, em línguas de CN não-estrita, como o português, as expressões autonegativas não são legitimadas por todos os tipos de negação. É o caso

<sup>8</sup> Exemplos retirados de Zejlstra (2004)

<sup>9</sup> De lado ficam casos referidos na secção anterior em que expressões autonegativas ocorrem em frases afirmativas. Mesmo que nesses casos, que não serão tidos em conta neste trabalho, a interpretação das expressões autonegativas seja a mesma que recebem em construções como (47), à frente, será terminologicamente abusivo dizer que também aí as expressões em causa estão em CN, uma vez que as frases em que ocorrem não são negativas.



Feita esta apresentação sobre construções de CN, vejam-se agora outras construções especiais de negação oracional, que não se confundem com construções de CN, embora também estejam associadas à negação. É o caso da negação reforçada, da negação expletiva e da dupla negação. De acordo com Peres (2013), falamos de **negação reforçada** na presença suplementar de um operador de negação (em itálico nos exemplos abaixo) que ocorre obrigatoriamente no final da frase. Esse operador suplementar pode ser um operador frásico (como em (57)) ou uma expressão autonegativa (como em (58)) e, como o nome indica, a sua função é reforçar o valor negativo que um outro operador de negação já expressa na frase.

(57) a. Trouxeste tudo?

b. Não trouxe, *não*.

(58) a. Vais chorar.

b. Não vou chorar *nada*. / Não vou *nada* chorar. / Não vou chorar *coisa nenhuma*. / Não vou chorar *coisíssima nenhuma*.

A mesma função discursiva de reforço de negação encontra-se também em casos como o que se segue, com um operador de negação à esquerda da frase, casos classificados por Peres (2013) como casos de **reiteração proposicional discursiva**.

(59) a. Trouxeste tudo?

b. *Não*, *não* trouxe.

A negação expletiva, por sua vez, corresponde ao uso de um operador de negação oracional sem valor semântico (em itálico nos exemplos abaixo). No caso da **negação expletiva redundante**, exemplificado por (60), esse operador ocorre em frases de valor negativo (expresso por um operador de negação oracional ou como um verbo de pendor negativo, de que são exemplos *evitar*, *impedir* ou *proibir*). Já na **negação expletiva não redundante**, de que é exemplo (61), não existe um segundo elemento negativo na oração que justifique a presença da unidade negativa expletiva. As frases resultantes são de gramaticalidade duvidosa, mas a sua frequência no discurso sustenta a necessidade do seu estudo e da sua categorização (Peres, 2013).

- (60) a. Torna-se complicado *não* vestirmos roupas pretas sem um tom depressivo associado.  
b. Não se passa um único dia sem que ela *não* ligue à mãe.  
c. A falha do chefe não impediu que *não* se comesse bem.
- (61) a. O que os meus colegas *não* hão de ter feito nas minhas costas!  
b. Quantos livros *não* li já eu que falavam sobre isso!  
c. Calculo a maquilhagem que *não* será necessária para o disfarçar!

Finalmente, as construções de **dupla negação** são estruturas sintáticas em que um marcador negativo coocorre com um outro, que veicula igualmente valor negativo, do que resulta que a presença de dois constituintes negativos na mesma estrutura torna a frase equivalente a uma frase afirmativa. É o que exemplificam as seguintes frases, com os operadores de negação sublinhados:

- (62) a. Ele saiu, mas não sem protestar.  
b. Não deixes de fazer a viagem que tinhas planeado!  
c. O quadro era estranho, sem deixar de ser bonito.

Pelo menos teoricamente, é possível coocorrerem mais de dois operadores negativos, como no seguinte exemplo:

- (63) O quadro era estranho, mas não sem deixar de ser bonito.

O processamento de frases deste tipo é complexo, não sendo forçoso que os falantes computem os vários operadores de negação e concluam que o quadro era estranho e também bonito. Embora possível, este é claramente um tipo de estrutura incomum.

Em construções de dupla negação, cada marcador negativo veicula valor semântico de negação, contrariamente ao que se verifica nas construções de CN, em que o elemento concordante é morfologicamente, mas não semanticamente, negativo. Note-se também que, como mostram os exemplos em (62), nas construções de dupla negação os dois operadores de negação são adjacentes. Em exemplos como o que se segue são também computados semanticamente dois operadores de negação, mas não se trata de uma genuína construção de dupla negação, já que os operadores de negação ocorrem em

orações diferentes (um nega a oração com o verbo *querer*, o outro a oração com o verbo *jantar*):

(64) Não quero deixar de jantar com ele!

Veja-se que esta frase é equivalente à frase *quero jantar com ele*, sem qualquer operador de negação frásica, mas diferente da que se segue, um caso genuíno de dupla negação, com os dois operadores negativos em adjacência:

(65) Nessa noite, queres não deixar de jantar com ele?

Não obstante, neste trabalho, o que importa salientar é que há em português diversas estruturas sintáticas em que está presente mais de uma forma negativa, sendo que, em algumas destas estruturas, estas várias formas expressam negação, contrariamente a outras, em que as formas negativas estão em CN.

É frequentemente observado que, se há línguas de CN, há também línguas comumente designadas por **línguas de dupla negação**, como é o caso do alemão, do inglês padrão, do holandês ou das línguas escandinavas. A propósito destas línguas foi observado que a construção de dupla negação está não raras vezes associada à chamada negação pragmática, em contextos de diálogo, para corrigir uma afirmação anterior (Thorton *et al.*, 2016), sendo acompanhada inclusive de um contorno prosódico específico (Puskás, 2012), cujo acento é graficamente marcado por maiúsculas em (66). Observe-se o comportamento de uma língua classificada como língua de dupla negação, como o inglês padrão<sup>12</sup> (eg. (66) e (67a)), e coteje-se com outro tipo de estruturas apresentadas em (67b-d):

(66) A: You            slept            *nothing*.  
NOM.2SG            dormir-PRF    N-coisa  
'Tu não dormiste nada.'

B: I                did    not    sleep            NOTHING. I    slept    3 hours.  
NOM.1SG            AUX.PRF NEG    dormir-INF    N-coisa. NOM.1SG dormir-PRF 3 horas  
'Eu não dormi NADA. Dormi 3 horas.'

---

<sup>12</sup> O Dicionário Oxford de Inglês descreve que, em 1775, é afirmado, em *A Short Introduction to English Grammar*, de Lowth, que *duas negativas em inglês se destroem uma à outra, ou são equivalentes a uma afirmativa* e desde aí que essa regra é seguida.

- (67) a. I            do            not    know        *nothing*.  
           NOM.1SG    AUX.PRS    NEG    saber.INF    N-coisa  
           ‘Eu sei alguma coisa.’
- b. I            know        *something*.  
           NOM.1SG    saber.INF    alguma-coisa  
           ‘Eu sei alguma coisa.’
- c. I            do            not    know        *anything*.  
           NOM.1SG    AUX.PRS    NEG    saber.INF    qualquer-coisa  
           ‘Eu não sei nada.’
- d. I            know        *nothing*.  
           NOM.1SG    saber.PRS    N-coisa  
           ‘Eu não sei nada.’

Note-se que, na instância de dupla negação em (67a), os dois elementos negativos do mesmo domínio oracional se cancelam, resultando uma interpretação coincidente com a da frase afirmativa simples em (67b). Já a frase (67c) é, segundo a norma padrão do inglês, a formulação aceita para expressar negação e o seu significado equivale à negativa simples de (67d). Por contraste, em línguas de CN, como o português, a estrutura correspondente a (67a), com dois constituintes negativos – *não* e *nada* –, não corresponde a uma estrutura de dupla negação; tem antes o mesmo significado que (67c) ou (68d).

Não obstante a habitual divisão das línguas entre línguas de dupla negação e línguas de CN, é possível observar que há línguas de dupla negação que também têm CN e outras que, como já foi mostrado acima, não têm. Da primeira situação é exemplo o inglês não padrão (em que se incluem dialetos do inglês americano ou o inglês de Belfast e de Bristol). A frase (67a), categorizada acima como estrutura de dupla negação segundo o inglês padrão, pode ser interpretada como uma estrutura de CN em inglês não padrão. Trata-se de um uso especialmente frequente no discurso informal ou na música, por exemplo, como mostram os seguintes excertos de letras de músicas muito conhecidas (nas alíneas a. apresenta-se o original e nas alíneas b. o que seria a forma de negação correspondente de acordo com a norma do inglês padrão):

- (68) a. I            can't get                    *no* satisfaction.<sup>13</sup>  
 NOM.1SG conseguir.PRS-NEG obter.INF NEG satisfação
- b. I    can            get                    *any* satisfaction.  
 NOM.1SG conseguir.PRS obter.INF    NEG satisfação  
 ‘Eu não consigo obter satisfação.’
- (69) a. We            don't need                    *no* education.<sup>14</sup>  
 NOM.1PL AUX.PRS-NEG precisar.INF NEG educação
- b. We            don't need                    education.  
 NOM.1PL AUX.PRS-NEG precisar.INF    educação  
 ‘Nós não precisamos de educação’.
- (70) a. Ain't                    *no* sunshine    when    she's                    gone.<sup>15</sup>  
 Haver.PRS.3SG-NEG    NEG luz do sol quando NOM.3SG AUX.3SG    ir.PRS
- b. Ain't                    sunshine when                    she's                    gone.  
 Haver.PRS.3SG-NEG    luz do sol quando NOM.3SG AUX.3SG    ir.PRS  
 ‘Não há luz do sol quando ela não está.’

Voltando à CN do português, verifica-se que, para além de ocorrer em frases simples, a CN se pode estabelecer também em frases complexas, como observado originalmente para o português por Peres (1994), na sequência de Dowty (1994) para o inglês. De facto, em estruturas plurioracionais, é possível ocorrer numa frase subordinada um elemento em CN, i.e., que não tem valor negativo, mas positivo, legitimado por um operador negativo que ocorre na frase subordinante, um processo designado por Peres (1994) por *CN Transoracional* ou *Transfrásica*, doravante **CNT** neste trabalho. São exemplos as frases seguintes:

- (71) A avó não tenciona que *ninguém* lhe traga as compras.
- (72) “À tarde, a chuva não permitiu que *nenhum piloto* melhorasse o seu tempo (...).”  
 (*Corpus CETEMPúblico*; referência par=ext9462-clt-93b-1)

<sup>13</sup> Exemplo retirado da música (*I Can't Get No*) *Satisfaction* do álbum Out of Our Heads (1965) de The Rolling Stones.

<sup>14</sup> Exemplo retirado da música *Another Brick In The Wall* do álbum The Wall (1979) dos Pink Floyd.

<sup>15</sup> Exemplo retirado da música *Ain't No Sunshine* originalmente do álbum Just As I Am (1971) de Bill Withers.

(73) “Não consta que *nenhum dos 14 policiais* sofresse de vertigens.”

(*Corpus* CETEMPúblico; referência par=ext70746-soc-92b-1)

(74) “Isto porque, à cabeça do pelotão (...) e, depois, na parte final, pelos do Recer / Boavista, não permitiram que *nenhum grupo de ciclistas* se adiantasse significativamente.” (*Corpus* CETEMPúblico; referência par=ext76553-des-91a-2)

Em (71), a palavra *ninguém* é o sujeito da oração encaixada, ocorrendo o operador de negação oracional – *não* – na frase matriz. A frase é ambígua entre duas leituras. Numa leitura, a palavra *ninguém* expressa negação, sendo a frase equivalente à que se segue:

i) É falso que a avó tencione que *ninguém* lhe traga as compras (pelo contrário, ela quer que alguém lhe traga as compras).

Na outra leitura, (71) é equivalente à frase seguinte:

ii) A avó não tenciona que *alguém* lhe traga as compras.

Nesta última leitura, a palavra *ninguém* está em CN, sendo interpretada como equivalente a *alguém* e legitimada por um operador de negação que ocorre na frase matriz. O mesmo se verifica na frase (72), em que o sintagma *nenhum piloto* está em CN, sendo interpretado como *algum piloto*. Assim, nestas construções, o processo de CN ultrapassa as fronteiras frásicas, ocorrendo o legitimador na frase superior e o elemento em CN na frase subordinada.

Este processo de CNT não é sistemático, no sentido em que é possível apenas em algumas estruturas de subordinação frásica. A título exemplificativo, contrastem-se os exemplos anteriores (71-74), que permitem uma leitura de CNT do constituinte em itálico, com os exemplos (75) e (76), em que a leitura do constituinte é a de NP:

(75) A Lúcia não percebeu que *ninguém* gostou do seu bolo.

(76) “«Nada me garante que *nenhum funcionário do BCP* tenha ido à Costa Rica levantar o dinheiro», observa.”

*Corpus* CETEMPúblico; referência par=ext16824-soc-92b-1

De facto, a análise da CNT exige a consideração de múltiplas variáveis. Ainda que este não seja um tema sobre o qual a literatura se tenha debruçado longamente, coligindo os fatores que diferentes autores privilegiam, destacam-se:

- i. a função sintática da expressão autonegativa na oração encaixada,
- ii. o tipo de subordinação,
- iii. o predicado da oração subordinante<sup>16</sup>.

No que ao primeiro fator diz respeito, seguindo Peres (1994), contraste-se uma **expressão autonegativa em posição de sujeito** (cf. (77a)) com a mesma expressão em **posição de objeto direto** (cf. (77b)).

- (77) a. A ama não queria que *ninguém* a escutasse.  
b. A ama não queria que o Joãozinho escutasse *ninguém*.

Ainda que (77b) seja uma frase gramatical, algumas construções com a expressão autonegativa em posição de objeto direto podem ser problemáticas. Confrontem-se frases com a expressão autonegativa como sujeito da oração encaixada (alíneas a. dos exemplos abaixo) com outras em que a expressão autonegativa surge em posição de objeto direto (alíneas b. dos exemplos abaixo):

- (78) a. Não esqueci que *nenhuma sopa* estava quente.  
b. \*Não esqueci que o Joãozinho come *nenhuma sopa*.
- (79) a. Não digo que *ninguém* tenha provado esse veneno.  
b. ??Não digo que esse veneno mate *ninguém*.
- (80) a. Não duvido (de) que *ninguém* o tenha convidado.  
b. ??Não duvido (de) que ele tenha convidado *ninguém*.
- (81) a. A mãe não compreende que *ninguém* insulte o Joãozinho.  
b. ??A mãe não compreende que o Joãozinho insulte *ninguém*.

---

<sup>16</sup> Uma nota para uma outra abordagem, desta feita sintática, de Zeijlstra (2007), que tem em consideração efeitos de localidade ao contrastar itens de polaridade negativa (IPN) com expressões autonegativas em frases complexas.

- (82) a. Não sabia que *nenhuma dessas pessoas* tinha falado contigo.  
 b. ??Não **sabia** que tinhas falado com *nenhuma dessas pessoas*.
- (83) a. A Lúcia não **sabia** que *ninguém* tinha falado com o polícia.  
 b. ?A Lúcia não **sabia** que o polícia tinha bloqueado *ninguém*.
- (84) a. Não **queria** que *ninguém* beijasse o Pedro.  
 b. Não **queria** que o Pedro beijasse *ninguém*.
- (85) a. O pai não **conseguia** que *ninguém* escutasse o filho.  
 b. O pai não **conseguia** que o filho escutasse *ninguém*.

Como se vê ao cotejar as alíneas a) e b) dos exemplos acima, nem todas as frases com uma expressão autonegativa como objeto direto da oração encaixada revelam boa formação semântica ou mesmo gramaticalidade. Esses resultados inconstantes parecem estar diretamente relacionados com os predicados matrizes, cujas propriedades serão analisadas no capítulo 2.4. Para neste trabalho se estudarem predicados com todas as propriedades relevantes, é necessário usar estruturas do mesmo tipo, possíveis com todos os predicados. Assim, nos próximos capítulos, esta tese irá analisar somente construções de CN com a expressão autonegativa em posição de sujeito da oração encaixada.

Neste tipo de frases, com a expressão autonegativa em posição de sujeito na oração encaixada, observa-se um outro aspeto interessante: a **ambiguidade** entre uma leitura de CN e uma leitura de NP, que se torna evidente se considerarmos as seguintes explicitações do exemplo (77a), abaixo recuperado:

A ama não queria que *ninguém* a escutasse.

- i) Não se dava o caso de a ama querer que *alguém* ( $\equiv$  *pelo menos uma pessoa*) a escutasse, já que ela estava a passar junto ao quarto da criança que dormia (**leitura de CN**).
- ii) Não se dava o caso de a ama querer que *ninguém* ( $\equiv$  *zero pessoas*) a escutasse. Todas as crianças gritavam e *ninguém* escutava a ama, mas ela queria que alguém a ouvisse (**leitura de NP**).

É de salientar que a ambiguidade em causa reside na interpretação da própria expressão autonegativa. Confronte-se uma leitura de CN, em que *ninguém* é interpretado como equivalente a *alguém* ou a *pelo menos uma pessoa*, isto é, com valor positivo, com uma leitura de NP, em que *ninguém* equivale a *zero pessoas*, permanecendo a expressão autonegativa com o seu valor negativo, ou seja, comportando-se como em posição pré-verbal em frases simples. Tanto Dowty (1994) como Peres (1994) para o PE afirmam que as línguas de CN empregam palavras que são indeterminadas quanto a expressar negação elas mesmas e reconhecem a existência cumulativa de duas possíveis interpretações (de CN e de NP) em determinadas frases.

Já na segunda frase, (77b), a única interpretação possível é de CN: não se dava o caso de a ama querer que o Joãozinho escutasse uma pessoa sequer. Nota-se, assim, uma assimetria sujeito/objeto na interpretação de uma expressão autonegativa na oração encaixada. Na posição de OD, a expressão autonegativa entra obrigatoriamente em CN, enquanto na posição de sujeito pode entrar em CN ou expressar negação.

Em relação ao segundo fator acima elencado, o tipo de subordinação, Peres (1994, 1995 e 2000), na esteira de Dowty (1994), menciona que expressões autonegativas com interpretação de NP são possíveis, no PE, tanto em orações subordinadas completivas de verbo como em orações comparativas, ainda que em situações mais raras, como se viu anteriormente. No entanto, no que diz respeito à CN, ambos os autores analisam apenas **estruturas completivas**. Note-se que expressões autonegativas em subordinadas adverbiais, no mesmo contexto de negação, recebem sempre uma só leitura, neste caso, de NP, tendo *ninguém* sempre o significado de ‘zero pessoas’, como no exemplo abaixo.

(86) Ele não vai à festa se *ninguém* o convidar.

Assim, pelo menos aparentemente, em orações subordinadas de outros tipos não se verifica a ambiguidade em causa; só em orações completivas e, como visto, só se a expressão autonegativa ocupar a posição de sujeito da oração encaixada.

Em último lugar, foi observado que **as propriedades do predicado da oração matriz** poderão desempenhar um papel fundamental na possibilidade ou impossibilidade de CNT. Dada a relevância deste fator para a compreensão da CNT, o próximo subcapítulo será dedicado a esta questão, atentando-se nas seguintes

propriedades de predicados de complementação frásica: polaridade, monotonia, epistemicidade, veridicidade e factividade.

## 2.4 Propriedades do Predicado Matriz – polaridade e monotonia, epistemicidade, veridicidade e factividade

Consideram-se neste capítulo algumas propriedades de predicados de complementação frásica que, como indicado na secção precedente, parecem desempenhar um papel na legitimação da CNT.

Começemos por observar a polaridade.

A **polaridade** (termo importado da física) é um sistema de dois valores, o positivo e o negativo, que se pode observar no contraste entre frases afirmativas (associadas ao valor positivo) e frases negativas (associadas ao valor negativo de Polaridade). Como observado por vários autores (destacando-se diferentes trabalhos de Giannakidou; e.g., 1997 e 1998), há expressões que são sensíveis à polaridade da frase, só podendo ocorrer em frases que tenham um dos dois valores de Polaridade. Se uma expressão é sensível à presença do valor negativo, apenas podendo ocorrer em frases com esse valor de polaridade, diz-se que é um **item (ou expressão) de polaridade negativa – IPN**. Se, pelo contrário, uma expressão só pode ocorrer num contexto positivo, diz-se que se trata de um **item (ou expressão) de polaridade positiva – IPP**. Observem-se exemplos do português, adaptados de Peres (2013), para esta última categoria:

- (87) a. A casa (*\*nã*o) era *um pouco* fria.  
b. A – *Nã*o tomas café?  
B – (*\*Nã*o) bebo *antes* um chá.  
c. O aluno (*\*nã*o) é *extremamente/ imensamente* participativo.  
d. A mãe (*\*nã*o) tinha *toda a razão*!  
e. A Júlia (*\*nã*o) *mal* dormia.

Amostras de itens de polaridade negativa são mais abundantes. Seguem-se alguns exemplos, em que as expressões sensíveis à negação (ou IPN) estão em itálico:

- (88) a. *Nã*o posso perder *pitada* do próximo episódio.  
b. *Nã*o percebo *que diabo* ele está aqui a fazer.  
c. *Nã*o entendeste *patavina* do que eu te disse.

Veja-se que, se o operador negativo for suprimido, a frase passa a ter o valor de polaridade positivo e os itens em itálico deixam de poder ocorrer:

- (89) a. \*Posso perder *pitada* do próximo episódio.  
b. \*Percebo *que diabo* ele está aqui a fazer.  
c. \*Entendeste *patavina* do que eu te disse.

No entanto, alguns dos itens de polaridade negativa do tipo dos que surgem acima são também possíveis noutros contextos, como por exemplo em frases interrogativas, o que sugere que o valor semântico a que são sensíveis pode não ser a polaridade negativa, mas outro tipo de valor (Peres, 2013):

- (90) a. Sabes *que diabo* ele quer?  
b. Só tu é que deves saber *que diabo* ele quer.  
c. Isto é *coisa que se faça*?

Foi explorada na literatura a ideia de que as expressões autonegativas, como *ninguém*, têm um comportamento semelhante ao dos IPN, já que quer as expressões autonegativas quer os IPN ocorrem em contextos restritos, particularmente em contextos negativos (i.e., umas e outras formas serão expressões sensíveis à polaridade negativa da frase). Pese embora a similitude, importa destacar que os dois conceitos – expressões autonegativas e itens de polaridade negativa – não são iguais. Vejam-se dois argumentos para fundamentar esta distinção. Em primeiro lugar, a distribuição dos dois tipos de expressões não é coincidente. As expressões autonegativas em português podem ser legitimadas nalgumas frases afirmativas, como orações comparativas, sem a presença explícita de um operador de negação (cf. (91)), mas os itens de polaridade negativa não parecem sê-lo (cf. (92)):

- (91) a. Preciso de ti agora mais do que *nunca*.  
b. Consegues fazer isso melhor do que *ninguém*!
- (92) a. \*Conseguiu compreender mais do que *patavina*!  
b. \*Achas que esse grafiti é melhor do que *coisa que se faça*?

Em segundo lugar, como sublinha Peres (2000), ao contrário das expressões autonegativas em posição pré-verbal, os IPN não podem veicular, eles mesmos, valor negativo.

Feita esta ressalva acerca da distinção entre IPN e expressões autonegativas, acentue-se que, quando estas expressões estão em CN (e excetuando contextos não negativos de legitimação destas expressões, como orações comparativas, contextos que não serão tidos em conta neste trabalho), ocorrem num contexto de polaridade negativa. De facto, como observado acima, para entrarem em CN, estas expressões precisam de ter um legitimador, que, como visto, é um operador de negação, que cria um contexto de polaridade negativa.

No que respeita à CNT, a polaridade não pode ser o único fator a ter em conta na sua legitimação, uma vez que, como visto acima, a CNT não se verifica em todas as estruturas de complementação frásica em que há negação na frase matriz. Para clarificação, atente-se nas seguintes frases:

- (93) a. O Pedro pediu que *ninguém* o ajudasse.  
b. O Pedro não pediu que *ninguém* o ajudasse.  
c. O Pedro disse que *ninguém* o ajudou.  
d. O Pedro não disse que *ninguém* o ajudou.

Quer em (93a) quer em (93c), a palavra *ninguém* só pode ter a interpretação de NP (NP) e não a interpretação em que a palavra *ninguém* é equivalente a *alguém* (CN). Este facto não surpreende, uma vez que *ninguém* só poderia entrar em CN num contexto de polaridade negativa; i.e., se houvesse um legitimador da CN. Esse legitimador existe em (93b) e em (93d), enunciados em que *ninguém* ocorre sob o escopo do operador de negação *não*. No entanto, só em (93b) *ninguém* pode entrar em CN, caso em que a frase tem a interpretação de que o Pedro não pediu que alguém o ajudasse. Esta leitura de CN não é possível em (93d), que só pode ter a interpretação em que se nega que o Pedro tenha dito “ninguém me ajudou” (ou afirmação equivalente). Por outras palavras, *ninguém* pode ter a interpretação de NP ou a interpretação correspondente a CN, verificando-se que a primeira interpretação é possível em todas as frases (93a-d), enquanto a segunda é possível apenas em (93b). Conclui-se, assim, que a polaridade da

frase matriz é um fator relevante para a legitimação da CNT, mas não é condição suficiente para este tipo de CN.

Vejamos, então, outra propriedade que foi tida em conta na literatura para a legitimação de CNT e que pode explicar estes dados: a **monotonia**.

Simplificadamente, esta propriedade diz respeito à possibilidade de se inferir que, se uma asserção é válida para um conjunto, é igualmente válida para os seus superconjuntos (caso em que teremos **monotonia crescente**,  $\text{MON}\uparrow$ ) ou subconjuntos (caso em que teremos **monotonia decrescente**,  $\text{MON}\downarrow$ ). Para ilustração, considerem-se os quantificadores *pelo menos um* e *nenhum* e as inferências que se seguem:

$(A \subseteq B)$

(i) Pelo menos um A é C  $\Rightarrow$  Pelo menos um B é C

(ii) Nenhum B é C  $\Rightarrow$  Nenhum A é C

Por exemplo, dado que o conjunto dos franceses é um subconjunto do conjunto dos europeus, para (i), se pelo menos um francês foi feito refém, então pelo menos um europeu foi feito refém. Para (ii), se nenhum europeu foi feito refém, então nenhum francês foi feito refém. Isto significa que, no que respeita ao seu primeiro argumento (que corresponde à denotação da estrutura nominal a que se aplica o quantificador, o conjunto dos franceses na frase *nenhum francês foi feito refém*), *nenhum* é monótono decrescente ( $\text{MON}\downarrow$ ) e *pelo menos um* é monótono crescente ( $\text{MON}\uparrow$ ).

Note-se que, se um operador é  $\text{MON}\uparrow$  no que respeita a um argumento seu, não pode ser  $\text{MON}\downarrow$  no que respeita ao mesmo argumento, e vice-versa, embora existam operadores que não são monótonos crescentes nem monótonos decrescentes no que respeita a um argumento seu, como se mostra mais abaixo).

Além de quantificadores nominais, a propriedade da monotonia (crescente ou decrescente) também se observa noutras funções. Veja-se por exemplo a validade da seguinte inferência:

(94) O João correu depressa.  $\rightarrow$  O João correu.

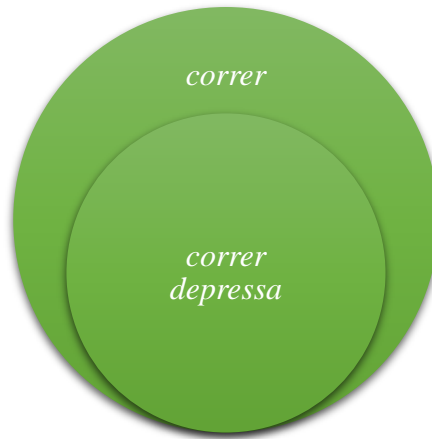


Figura 2 - Monotonia crescente

Dado que as situações de *correr depressa* são um subconjunto das situações de *correr*, a inferência em (80) é um caso de raciocínio monótono crescente. Por outras palavras, a proposição *o João correu depressa* implica a proposição *O João correu*. Contraste-se agora (80) com os exemplos seguintes:

- (95) a. O João *não* correu. → O João *não* correu depressa.  
 b. *Ninguém* correu. → *Ninguém* correu depressa.

O que estes exemplos mostram é que a negação é um operador monótono decrescente. Seria, pois, de esperar que a sua presença criasse invariavelmente um contexto de monotonia decrescente. Veja-se, no entanto, o seguinte exemplo, em que também ocorre negação, mas em que se verifica monotonia crescente:

- (96) a. *Nem todos* os portugueses são fãs de Cristiano Ronaldo. → *Nem todos* os europeus são fãs de Cristiano Ronaldo.

Isto verifica-se porque *todos* é um quantificador ↓MON:

- b. *Todos* os portugueses são fãs de Cristiano Ronaldo. → *Todos* os lisboetas são fãs de Cristiano Ronaldo.

O que sucede é que, numa frase como (96a), a presença do operador monótono decrescente *todos* e de um operador de negação (neste caso, *nem*) torna a frase um

contexto de monotonia crescente. Assim, constatamos que uma frase negativa nem sempre é monótona decrescente. A adição da negação tem antes como consequência a inversão do sentido da monotonia.

Saliente-se que nem todos os contextos são contextos de monotonia crescente ou decrescente. De facto, há operadores que correspondem a funções não monótonas (crescentes ou decrescentes). Veja-se o seguinte exemplo, em que nem a alínea a. implica a alínea b. nem o inverso se verifica (i.e., não há monotonia decrescente nem crescente):

- (97) a. *Exatamente* 200 000 astrofísicos são européus.  
b. *Exatamente* 200 000 astrofísicos são alemães.

(97a) não implica (97b), porque, de entre esses 200 000 astrofísicos europeus, é possível que vários deles tenham outra nacionalidade que não a alemã. Por sua vez, (97b) não implica (97a), pois, para além dos 200 000 astrofísicos que são alemães, poderá haver um número superior a 200 000 de astrofísicos de outras nacionalidades europeias.

Além dos exemplos observados até agora, que envolvem advérbios ou quantificadores nominais, as propriedades de monotonia (crescente ou decrescente) observam-se em muitos outros exemplos. De facto, existem, por exemplo, adjetivos, nomes ou verbos monótonos. Seguem-se alguns dados ilustrativos:

- (98) a. *É fácil* encontrar mão-de-obra barata.  
b. *É fácil* encontrar mão-de-obra.  
(99) a. *É difícil* encontrar mão-de-obra.  
b. *É difícil* encontrar mão-de-obra barata.

Veja-se que, quer em (98) quer em (99), a alínea a. implica a alínea b. Ou seja, como estas frases mostram, *fácil* é um adjetivo monótono crescente (i.e. facilidade de encontrar mão-de-obra barata implica facilidade de encontrar mão-de-obra) e *difícil* é um adjetivo monótono decrescente (por outras palavras, dificuldade em encontrar mão-de-obra implica dificuldade em encontrar mão-de-obra barata) como observado por, e.g., Kennedy (1997) ou Marques (2003). Portanto, a frase *encontrar mão-de-obra*

*barata* ocorre num contexto de monotonia crescente em (98) e num contexto de monotonia decrescente em (99).

Segundo Kennedy (1998), e.g., as propriedades de monotonia são um fator que tem sido tradicionalmente usado para a distinção, nos adjetivos graduáveis, entre adjetivos positivos (como *fácil*, *comum*, etc.), associados a monotonia crescente, e adjetivos negativos (e.g., *difícil*, *estranho*, entre muitos outros), associados a monotonia decrescente. Tem sido explorada, em relação com a monotonia dos adjetivos, a (im)possibilidade de estes legitimarem Itens de Polaridade Negativa<sup>17</sup>.

Outros exemplos, extraídos da literatura, que mostram monotonia (crescente, da esquerda para a direita, decrescente, da direita para esquerda) são os seguintes:

- *caminhar depressa*  $\subseteq$  *caminhar*  $\subseteq$  *mover-se*
- *serem 9h da manhã*  $\subseteq$  *ser manhã*  $\subseteq$  *ser dia*

(100) a. O padre caminhou depressa.

b. O padre caminhou.

c. O padre moveu-se.

(101) a. Chegámos ao parque às 9h da manhã.

b. Chegámos ao parque de manhã.

c. Chegámos ao parque de dia.

(Peres, 1994)

- $[[\textit{bebé}]] \subseteq [[\textit{criança}]] \subseteq [[\textit{pessoa}]]$

(Moss, 2010)

Observe-se, ainda, que também os predicados de complementação frásica têm propriedades de monotonia. Atente-se nos seguintes exemplos:

(102) O general ordenou que as tropas avançassem rapidamente.  $\Rightarrow$  O general ordenou que as tropas avançassem.

---

<sup>17</sup> Cf. Seuren (1978) para uma discussão precoce desta questão.

(103) O mau tempo impediu que o barco avançasse.  $\Rightarrow$  O mau tempo impediu que o barco avançasse *rapidamente*.

Como estas inferências mostram, *ordenar* é um predicado  $\text{MON}\uparrow$  e *impedir* é  $\text{MON}\downarrow$  e, como visto, as inferências no sentido inverso não se verificam.

Do mesmo modo que já se tinha observado acima para inferências envolvendo quantificadores nominais ou advérbios, também para todos estes exemplos a negação frásica simples inverte o sentido da monotonia, passando-se de monotonia crescente para decrescente ou vice-versa. Vejam-se alguns exemplos ilustrativos:

(104) a. Chegou ao parque de dia.  $\uparrow$                       a'. Não chegou ao parque de dia.  $\downarrow$   
b. Chegou ao parque de manhã.  $\uparrow$                       b'. Não chegou ao parque de manhã.  $\downarrow$   
c. Chegou ao parque às 9h da manhã.  $\uparrow$                       c'. Não chegou ao parque às 9h da manhã.  $\downarrow$

(105) a. O general ordenou que as tropas avançassem *rapidamente*.  $\Rightarrow$  O general ordenou que as tropas avançassem.

b. O general não ordenou que as tropas avançassem.  $\Rightarrow$  O general não ordenou que as tropas avançassem *rapidamente*.

(106) a. O mau tempo impediu que o barco avançasse.  $\Rightarrow$  O mau tempo impediu que o barco avançasse *rapidamente*.

b. O mau tempo não impediu que o barco avançasse *rapidamente*.  $\Rightarrow$  O mau tempo não impediu que o barco avançasse.

De acordo com Valencia (1991), entre muitos outros, a monotonia funciona de forma semelhante às combinações algébricas. Recuperemos a obra *Aritmética* (1585), de Stevin (1548-1620), que documenta a descoberta matemática de que a multiplicação de dois valores positivos ou dois valores negativos gera um valor positivo (informalmente, [menos] vezes [menos] dá [mais]) e a multiplicação de valores opostos (um positivo e um negativo) gera um valor negativo. Stevin (1585) enuncia a **regra dos sinais** da seguinte forma:

*Mais multiplicado por mais dá produto mais, & menos multiplicado por menos dá produto mais; & mais multiplicado por menos, ou menos multiplicado por mais, dá produto menos.*

Do mesmo modo, nas línguas naturais, a combinação de dois operadores com propriedades de monotonia diferentes gera um contexto de monotonia decrescente e a combinação de dois operadores com a mesma propriedade de monotonia (i.e., ambos monótonos crescentes ou ambos monótonos decrescentes) gera um contexto de monotonia crescente. É isto que mostram os exemplos (105) e (106), acima. Veja-se que em (105), sendo *não* um operador  $\text{MON}\downarrow$  e *ordenar* um predicado  $\text{MON}\uparrow$ , a combinação dos dois gera um contexto de  $\text{MON}\downarrow$ , como mostra (105b). Em (106), sendo *impedir* um predicado  $\text{MON}\downarrow$ , tal como *não*, a combinação destes dois operadores gera um contexto de  $\text{MON}\uparrow$ , como mostra (106b).

Ladusaw (1979) observou que, no inglês e em muitas outras línguas, os **contextos monótonos decrescentes** legitimam IPN. No caso do português, pode colocar-se a hipótese de também legitimarem as expressões autonegativas:

- (107) a. O António não pescou *nada*. [contexto monótono decrescente]  
b. \*O António pescou *nada*. [contexto monótono crescente; se o António pescou um sargo, então pescou um peixe]

Em frases negativas, os IPN seriam legitimados pela monotonia decrescente gerada pela negação. Dowty (1994) vem acrescentar que, considerando que as inferências monótonas crescentes e as inferências monótonas decrescentes são um padrão muito significativo no pensamento em linguagem natural e que a distribuição de IPN (e de CN) é (quase) coextensiva com contextos de monotonia decrescente, uma razão importante para a existência de IPN e da marcação de CN é assinalarem diretamente posições de monotonia decrescente. Dado que a monotonia decrescente é significativa para as inferências em língua natural, o autor defende que esta propriedade é tão importante para a língua (se não mais) como descortinar ‘onde está a negação’ em forma lógica.

Na mesma obra, o autor adianta que há certas classes de palavras que afetam de forma particular a legitimação dos IPN, que, neste contexto, se comportam de forma

idêntica às expressões autonegativas. É o caso da classe dos verbos, nomeadamente dos **predicados de complementação frásica**. Veja-se os exemplos abaixo apresentados por Dowty (1994):

- (108) a. Sue **whispered** that armadillos were approaching.  
b. \*Sue **whispered** that *any* armadillos were approaching.  
c. \*Sue didn't **whisper** that *any* armadillos were approaching.

Em (108c), uma vez que há negação, esperar-se-ia que o IPN *any* fosse legitimado, contrariamente ao que se verifica. Na senda de uma justificação para este facto, Dowty coloca a hipótese de o verbo matriz – *whisper* – gerar uma espécie de ilha de IPN, criando um ambiente que não permite que os IPN sejam legitimados por um operador exterior ao predicado.

O autor acrescenta que também as línguas de CN fornecem exemplos de ilhas para a legitimação da CN. No entanto, isso não se verifica em todas as línguas de CN. As línguas românicas, contrariamente, por exemplo, aos dialetos de CN do inglês americano, permitem que construções com expressões autonegativas sob o escopo de um operador de negação tenham diferentes interpretações. Como mostra o exemplo abaixo, algumas frases são ambíguas entre uma leitura de CN e uma leitura de NP, uma leitura em que diferentes palavras negativas são interpretadas como semanticamente negativas:

- (109) O presidente da câmara não **decidiu** que *nenhuma licença* seria revogada.  
(i) É falso que o presidente da câmara tenha decidido que zero licenças seriam revogadas. (Ele decidiu que algumas seriam revogadas).  
(ii) O presidente da câmara não decidiu que alguma licença seria revogada. (Todas as licenças pareciam estar conforme a lei.)

Acima apresentam-se interpretações possíveis de (109). Na leitura (i), a expressão *nenhum N* é interpretada como negativa, contrariamente ao que se verifica na segunda leitura, em que a mesma expressão está em CN, sendo legitimada pela negação da frase matriz. Pode, assim, dizer-se que na leitura indicada em (ii) temos um caso de **CNT**.

Posto isto, para línguas de CN, como o português, foi levantada na literatura (cf., por exemplo, Dowty (1994) ou Peres (1994, 1995, 2000)) a hipótese de a CNT ser condicionada pelas propriedades do predicado da oração matriz, particularmente pela propriedade da monotonia. De acordo com esta hipótese, quando um predicado  $\text{MON}\downarrow$  se conjuga com a negação – um operador também  $\text{MON}\downarrow$  –, gera-se um contexto de  $\text{MON}\uparrow$  (cf. Linha (a) na tabela 1, abaixo). Se, pelo contrário, o predicado for  $\text{MON}\uparrow$ , a combinação da negação com um predicado deste tipo gera um contexto de  $\text{MON}\downarrow$ , dado que a combinação de valores de monotonia inversos gera um contexto de  $\text{MON}\downarrow$  (cf. Linha (b) da tabela 1). Assim, a hipótese prevê que a CNT seja possível quando o predicado matriz é  $\text{MON}\uparrow$ , mas não quando o predicado matriz é  $\text{MON}\downarrow$ , já que se antecipa que a CNT seja possível apenas em contextos monótonos decrescentes.

Em relação aos predicados não monótonos, a hipótese de Dowty (1994) não faz previsões, admitindo Peres (1994) que haja heterogeneidade de comportamentos.

Combinação	Negação frásica	Predicado	Contexto resultante	Previsão da leitura de CN
a)	[-] ( $\text{MON}\downarrow$ )	[-] ( $\text{MON}\downarrow$ )	[+] ( $\text{MON}\uparrow$ )	não legitimada
b)	[-] ( $\text{MON}\downarrow$ )	[+] ( $\text{MON}\uparrow$ )	[-] ( $\text{MON}\downarrow$ )	legitimada

Tabela 1 – Monotonia e previsão da legitimação de CNT, partindo da hipótese avançada em Dowty (1994)

Para confirmação desta hipótese, vejam-se as duas frases seguintes, que contêm predicados com diferentes valores de monotonia: *evitar*, que é monótono decrescente<sup>18</sup>, e *exigir*, monótono crescente<sup>19</sup>.

(110) A Maria não **evitou** que *ninguém* viesse.

(111) A Maria não **exigiu** que *ninguém* viesse.

Enquanto a frase (110) tem apenas a leitura de a Maria não ter evitado que zero pessoas viessem, a frase (111) é ambígua, tendo quer a leitura correspondente à da frase

<sup>18</sup> A Maria evita insetos. → A Maria evita moscas.

<sup>19</sup> A Maria exige um Smart para as suas deslocações de trabalho. → A Maria exige um carro para as suas deslocações de trabalho.

(110) (nega-se que a Maria tenha exigido que viessem zero pessoas), quer a leitura de a Maria não ter exigido que alguém viesse. Assim, em (110) a expressão autonegativa *ninguém* tem interpretação de NP, significando ‘zero pessoas’; já em (111), pelo contrário, a palavra *ninguém* pode entrar em CN, sendo equivalente a ‘pelo menos uma pessoa’. Note-se que, à exceção do predicado, a estrutura sintática e as unidades lexicais que compõem as frases (110) e (111) são as mesmas, o que mostra que a (não) legitimação de CN nestes exemplos é condicionada pelo predicado matriz.

Demonstrada a importância para a CN dos predicados matriz em frases como as apresentadas acima, alarguemos o leque de predicados, considerando os seguintes exemplos:

<b>Monótonos decrescentes<sup>20</sup></b>	<b>Monótonos crescentes</b>		<b>Não monótonos</b>
Assustar	Aceitar	Pedir	Anunciar
Duvidar	Acreditar	Permitir	Demonstrar
Evitar	Compreender	Querer	Dizer
Impedir	Conseguir	Reconhecer	Esquecer-se
Negar	Decidir	Saber	Informar
Ser difícil	Deixar	Ser preciso	Lamentar
	Exigir	Ser urgente	Surpreender <sup>21</sup>
	Gostar	Tencionar	
	Mandar		

Tabela 2 - Lista retificada de alguns predicados do PE, agrupados em Peres (1994), segundo as suas propriedades de monotonia

<sup>20</sup> Peres (2000: 187) aponta a existência de alguns problemas com predicados monótonos decrescentes que estão por explicar por, contrariamente à expectativa, que se confirma com outros predicados (cf. [1]), produzirem leituras de CN (cf. [2]):

[1] a. Não me **assusta** que *ninguém* venha à festa.  
b. A turma não **nega** que *ninguém* saiba onde fica o continente asiático.

[2] a. Eu nunca **evito** que *ninguém* me critique.  
b. O presidente da sessão não **impedirá** que *ninguém* se pronuncie.

<sup>21</sup> Segundo Peres (2000), a caracterização do verbo *surpreender* como monótono decrescente, recorrente na literatura, não é precisa, pelo menos se o verbo for tomado como verídico ou, um valor mais forte, como factivo (estes conceitos são esclarecidos mais à frente neste trabalho). Na verdade, como Zwarts (1995) provou, um operador não pode ser simultaneamente verídico e monótono decrescente com respeito à mesma posição argumental. Assim, a interpretação preferencial desta tese caracteriza o verbo *surpreender* como não monótono em relação ao seu argumento frásico e não exclui que o valor final obtido sob negação seja de monotonia crescente.

Para conferir a classificação apresentada neste quadro, podem observar-se inferências como as que se seguem:

(112) A Maria **aceita/ exige/ decide/ deixa/ gosta/ manda/ pede/ permite/ quer/ tenciona** que a festa seja na esplanada → a Maria **aceita/ exige/ decide/ deixa/ gosta/ manda/ pede/ permite/ quer/ tenciona** que a festa seja no exterior

(113) A Maria **acredita/ compreende/ reconhece/ sabe** que deveria comer mais espinafres → a Maria **acredita/ compreende/ reconhece/ sabe** que deveria comer mais legumes

(114) **É preciso/ é urgente** que me tragam água → **é preciso/ é urgente** que me tragam uma bebida

(115) **Assusta-me/ duvido/ é difícil/ nego** que o almoço seja uma sandes → **assusta-me/ duvido/ é difícil/ nego** que o almoço seja uma sandes mista

(116) **Evito/ impeço** que as gorduras façam parte da minha alimentação → **evito/ impeço** que a manteiga faça parte da minha alimentação

(117) a. **Anunciou/ demonstrou/ disse/ esqueceu/ informou** que era (de) manhã -/→ **anunciou/ demonstrou/ disse/ esqueceu/ informou** que eram 9h

b. **Anunciou/ demonstrou/ disse/ esqueceu/ informou** que eram 9h -/→ **anunciou/ demonstrou/ disse/ esqueceu/ informou** que era (de) manhã

(118) a. **surpreendeu-o/ lamentou** que estivesse um javali na sala -/→ **surpreendeu-o/ lamentou** que estivesse um animal na sala

b. **surpreendeu-o/ lamentou** que estivesse um animal na sala -/→ **surpreendeu-o/ lamentou** que estivesse um javali na sala

De acordo com a hipótese de que a CNT é legitimada em contextos de monotonia decrescente, a previsão é que possam entrar em concordância as expressões autonegativas que ocorram nas orações completivas de **predicados** como os indicados em (112-114), que são **MON↑**, mas não nas frases de predicados como os indicados em (115) e (116), que são **MON↓**. No entanto, contrastem-se os exemplos (110) e (111), abaixo repetidos e renumerados como (119) e (120), respetivamente, com os exemplos (121) e (122):

- (119) A Maria não **evitou** que *ninguém* viesse.
- (120) A Maria não **exigiu** que *ninguém* viesse.
- (121) Não é preciso que *nenhum vestido* lhe fique bem. CN
- (122) Não é verdade que *nenhum vestido* lhe fique bem. NP

A respeito do primeiro par, observou-se que a palavra *ninguém* pode entrar em CN em (120), mas não em (119), o que, como se viu, decorre do facto de o predicado matriz em (119) ser monótono decrescente e o de (120) ser monótono crescente. Já no segundo par de frases, os dois predicados a negrito são  $MON\uparrow$ , o que, em combinação com a  $MON\downarrow$  do operador de negação sublinhado, gera um contexto de  $MON\downarrow$ , prevendo-se que a CNT seja legitimada em ambas as frases. No entanto, a leitura de CNT só é possível em (121), correspondendo à paráfrase ‘não se dá o caso de ser preciso que algum vestido lhe fique bem’. Esta frase permite também a leitura de NP, podendo ser parafraseada como a frase (122) por ‘não se dá o caso de ser preciso (/ser verdade) que zero vestidos lhe fiquem bem’. Verifica-se, assim, que em (122) a única leitura possível é a de que *nenhum N* significa ‘zero N’ e que no exemplo (121) é possível também uma segunda leitura em que *nenhum N* equivale a ‘pelo menos um N’ (i.e., nesta frase, a expressão *nenhum vestido* pode entrar em CN ou ter interpretação de NP, enquanto no primeiro exemplo só pode ter a interpretação de NP).

Assim, e confrontando estes dois últimos exemplos, conclui-se que, muito embora a propriedade da monotonia seja relevante para determinar os contextos em que a CNT é possível, não bastará esta propriedade para explicar a distribuição dos contextos de CNT. Na verdade, como observa Peres (1994), os predicados monótonos crescentes dividem-se em dois grupos que se distinguem pelo seu comportamento: um legitima a CN e outro bloqueia-a. Uma hipótese de explicação desta diferença, avançada por este autor, consiste no facto de o predicado em (121) (*ser verdade*) ser epistémico ou aproximado deste valor e o predicado em (122) (*ser preciso*) ser não epistémico.

Nesta sequência, outra propriedade do predicado matriz é chamada à colação: a epistemicidade ou modalidade epistémica.

A **epistemicidade** deve aqui ser entendida na aceção lata do termo, em que estão implicados os valores de conhecimento e também de crença. Simplificadamente, esta

modalidade está relacionada com o grau de crença (do falante ou da entidade identificada pelo sujeito da frase) relativamente à verdade da frase (e.g., Oliveira e Mendes, 2013), podendo ir da dúvida extrema à certeza absoluta, passando por valores intermédios, como a suspeita, a incerteza, entre outros. Pode, assim, dizer-se que **predicados epistémicos** expressam uma atitude de crença ou conhecimento em relação ao que é descrito pela frase completiva. É este o caso, por exemplo, de *saber* ou *suspeitar*, mas não de predicados como *querer*, *preferir* ou *esperar*, que expressam uma atitude de desejo, ou de predicados como *lamentar* ou *gostar*, que expressam uma atitude de apreciação, sendo, portanto, uns e outros, **predicados não epistémicos**.

Em cada par de frases abaixo, na alínea a. o predicado matriz é epistémico e o da alínea b. é não epistémico. Os predicados em (123) criam um contexto de monotonia decrescente, os de (124) um contexto de monotonia crescente e os de (125) não têm propriedades de monotonia:

- (123) a. O Tiago **nega** que a mãe lhe tenha dado um beijinho de boa noite.  
b. O Tiago **evita** que a mãe lhe dê um beijinho de boa noite.
- (124) a. O Tiago **sabe** que a mãe lhe dá um beijinho de boa noite.  
b. O Tiago **permite** que a mãe lhe dê um beijinho de boa noite.
- (125) a. O Tiago **informa** que a mãe lhe deu um beijinho de boa noite.  
b. O Tiago **lamenta** que a mãe lhe tenha dado um beijinho de boa noite.

Cruzando a variável epistemicidade com a monotonia, obtêm-se seis tipos de predicado:

<b>Tipos de predicado</b>	<b>Monótonos decrescentes</b>	<b>Monótonos crescentes</b>		<b>Não Monótonos</b>
<b>Epistémicos</b>	Assustar Duvidar Negar Ser difícil <sup>22</sup>	Aceitar-2 Acreditar Compreender	Reconhecer Saber Ser verdade	Anunciar Demonstrar Dizer Esquecer Informar
<b>Não epistémicos</b>	Evitar Impedir	Aceitar Conseguir Decidir Deixar Exigir Gostar	Mandar Pedir Permitir Querer Ser preciso Ser urgente	Lamentar Surpreender

Tabela 3 – Lista retificada de alguns predicados do PE agrupados segundo as suas propriedades de monotonia e de epistemicidade com base em Peres (1994)

A somar aos exemplos (121) e (122), vejamos mais algumas estruturas de complementação frásica com negação na frase matriz e uma expressão autonegativa na oração encaixada que põem em contraste predicados monótonos crescentes epistémicos (alíneas a.) e predicados monótonos crescentes não epistémicos (alíneas b.):

(126) a. Não compreendo que *ninguém esteja* em casa.

≡ \**alguém*<sup>23</sup>

b. Não aceito que *ninguém mexa* nas minhas coisas.

≡ *alguém*<sup>24</sup>

<sup>22</sup> *Ser difícil* é aqui categorizado como epistémico enquanto sinónimo de *ser (muito) improvável*, como em casos como *é difícil que tenham sido os romanos a construir esta ponte*. No entanto, pode ser também não epistémico, em exemplos como *é difícil escalar esta montanha, só os alpinistas mais experientes o conseguem*.

<sup>23</sup> Leia-se: bloqueada a leitura de CNT, em que *ninguém* é equivalente a *alguém*.

<sup>24</sup> Uma vez que a tónica do trabalho é a legitimação da CN, importa perceber em cada frase se esta leitura é possível ou não (i.e. se, por exemplo, *ninguém* é substituível por *alguém*). A leitura de NP, em que

(127) a. A professora não **reconhecia** que *nenhum aluno* a ouvia.

≡ \**algum aluno*

b. A professora não **conseguia** que *nenhum aluno* a ouvisse.

≡ *algum aluno*

(128) a. O diretor não **sabe** que *ninguém vem* trabalhar hoje.

≡ \**alguém*

b. O diretor não **mandou** que *ninguém viesse* trabalhar hoje.

≡ *alguém*

Estas frases robustecem a hipótese de que a coexistência de monotonia crescente e de não epistemicidade no predicado da oração matriz possa ser um fator relevante para a obtenção de uma interpretação de CN nas estruturas em análise e que a epistemicidade, pelo contrário, bloqueie esta leitura, sendo possível apenas a leitura de NP. No entanto, os estudos não se revelaram conclusivos quanto ao papel desta propriedade. Peres (2000) termina apenas dizendo que o português é «*crucialmente sensível ao caráter modal do predicado alto, nomeadamente a se este tem um componente declarativo ou epistémico*». O autor acrescenta que estes valores modais tendem a bloquear o processo de CN «*de uma forma que requer explicações bem para além dos limites deste estudo*» (Peres, 2000: p. 195).

Vejamos agora ainda a questão do **efeito do Modo** na CN. Longobardi (1987) (*apud* Peres, 1994) nota que o modo indicativo induz um efeito de bloqueio da CN. Peres (1994) refere-o a propósito das frases introduzidas por predicados não epistémicos. De facto, ao atentar neste tipo de estruturas, observa-se que a CNT é bloqueada quando é usado o modo indicativo na oração encaixada, sendo a única leitura possível a de NP. Vejam-se os seguintes exemplos:

(129) a. O Manuel não **aceita** que *ninguém seja* homossexual.

≡ *alguém*

b. O Manuel não **aceita** que *ninguém é* homossexual.

≡ \**alguém*

---

*ninguém* equivale a *zero pessoas*, é sempre possível, mas não será considerada, por não ser o foco desta demonstração.

(130) a. A médica não **decidiu** que *ninguém* **pudesse** beber.

≡ *alguém*

b. A médica não **decidiu** que *ninguém* **podia** beber.

≡ *\*alguém*

Depois de em Peres (1994) serem sugeridas como propriedades relevantes para a existência de CNT a monotonia e a epistemicidade, mais tarde, em Peres (2000), o papel da epistemicidade é relativizado, sendo descrito como ‘*acessório*’ e referido *en passant*. O autor comenta que o português parece ser «*especialmente sensível ao caráter modal do predicado matriz, nomeadamente à questão de este ter ou não um valor epistémico ou declarativo. Estes valores modais tendem a bloquear o processo de legitimação (ou, por outras palavras, de concordância)*»<sup>25</sup> (p. 195). Note-se que as frases com predicados monótonos crescentes epistémicos (cf. alíneas a. de (126-128)) possuem uma expressão autonegativa substituível apenas por ‘zero N’ e não por ‘pelo menos um N’ (/ ‘alguém’), observando-se desta forma o efeito de bloqueio da CNT desencadeado pelo valor de epistemicidade que Peres refere. Em suma, independentemente do peso relativo que a epistemicidade desempenhe na (não) legitimação da CNT, os dados apresentados sugerem que o caráter epistémico do predicado matriz e o modo indicativo na oração completiva (dois fatores relacionados, como mostra Marques (1995, e.o.)) sejam fatores que bloqueiam a CNT.

Considere-se agora uma outra propriedade referida na literatura a propósito da legitimação de CNT: a **factividade**.

A partir de uma frase como (128a) – O diretor não **sabe** que *ninguém* vem trabalhar hoje –, Peres (2000) refere que «*a neutralização do valor [de monotonia] crescente do verbo pelo valor [de monotonia] decrescente da negação – que faz com que o contexto seja de monotonia decrescente (...) – não tem lugar em todos os casos [no caso de (128a), por exemplo, obtém-se não monotonia com a aplicação da negação] nomeadamente quando a factividade está presente, levando à conclusão de que a negação de um predicado monótono crescente não preserva a direção da inferência, mas também não a reverte necessariamente*» (Peres, 2000: 186). Peres remata o raciocínio acrescentando que «*neste contexto, os sintagmas-N não são legitimados através das fronteiras*». Em suma, a factividade é referida pelo autor como

---

<sup>25</sup> Tradução minha de Peres (2000) em inglês. O mesmo sucede com os restantes excertos do mesmo artigo apresentados nesta tese.

potencialmente bloqueadora de uma leitura de CNT. Importa, assim, atentar nesta propriedade. Normalmente, um predicado é chamado de factivo se pressupõe a verdade do seu complemento (cf. Kiparsky e Kiparsky, 1970 ou Karttunen, 1971). Kiparsky e Kiparsky (1970) contrasta frases com o predicado *lamentar* com frases cujo predicado matriz é *acreditar*, observando que a frase (ou melhor, a sua correspondente em inglês) *eu lamento que o John esteja doente* é equivalente à frase *eu lamento o facto de o John estar doente*, enquanto *eu acredito que o John esteja doente* não é equivalente a *eu acredito no facto de o John estar doente*. A partir desta observação, a propriedade da factividade é frequentemente assumida como a possibilidade de a proposição relevante ser substituída pelo SN *o facto de* seguido da dita proposição.

Por sua vez, Hooper (1974), estudo pioneiro sobre a factividade, subdividiu os **verbos factivos** segundo graus de factividade em verbos semi-factivos (e.g. *descobrir*, *saber*) e verbos verdadeiramente factivos (e.g. *arrepender-se*, *esquecer*). Por outro lado, classificou os **verbos não factivos** como assertivos fracos (e.g. *pensar*, *parecer*) ou fortes (e.g. *insistir*, *responder*) e não assertivos negativos (e.g. *negar*, *ser inconcebível*) ou não negativos (e.g. *ser provável*, *ser possível*). Cada predicado é categorizado tendo em conta o grau de certeza do falante em relação à verdade do complemento do predicado. Consulte-se na tabela abaixo a tipologia.

<i><b>FACTIVE</b></i>	
<i><b>Assertive (semi-factive)</b></i>	<i><b>Non-assertive (true factive)</b></i>
<i>Find out</i>	<i>Regret</i>
<i>Discover</i>	<i>Resent</i>
<i>Know</i>	<i>Forget</i>
<i>Learn</i>	<i>Amuse</i>

Tabela 4 - Predicados factivos categorizados por Hooper (1974) apud Wyse (2010)

Tabela 5 - Predicados não factivos categorizados por Hooper (1974) apud Wyse (2010)

<b>NON-FACTIVE</b>				
<b>Assertive</b>			<b>Non-assertive</b>	
<b>Weak assertive</b>	<b>Strong assertive</b>		<b>Non negative</b>	<b>Negative</b>
	<b>(a)</b>	<b>(b)</b>		
<i>Think</i>			<i>Be likely</i>	<i>Be unlikely</i>
<i>Believe</i>	<i>Acknowledge</i>	<i>Insist</i>	<i>Be possible</i>	<i>Be</i>
<i>Suppose</i>	<i>Admit</i>	<i>Intimate</i>	<i>Be</i>	<i>Impossible</i>
<i>Expect</i>	<i>Affirm</i>	<i>Maintain</i>	<i>conceivable</i>	<i>Be</i>
<i>Imagine</i>	<i>Allege</i>	<i>Mention</i>		<i>unconceivable</i>
<i>Guess</i>	<i>Answer</i>	<i>Point out</i>		<i>Doubt</i>
<i>Seem</i>	<i>Argue</i>	<i>Predict</i>		<i>Deny</i>
<i>Appear</i>	<i>Assert</i>	<i>Prophecy</i>		
<i>Figure</i>	<i>Assure</i>	<i>Postulate</i>		
	<i>Certify</i>	<i>Remark</i>		
	<i>Charge</i>	<i>Reply</i>		
	<i>Claim</i>	<i>Report</i>		
	<i>Contend</i>	<i>Say</i>		
	<i>Declare</i>	<i>State</i>		
	<i>Divulge</i>	<i>Suggest</i>		
	<i>Emphasize</i>	<i>Swear</i>		
	<i>Explain</i>	<i>Testify</i>		
	<i>Grant</i>	<i>Theorize</i>		
	<i>Guarantee</i>	<i>Verify</i>		
	<i>Hint</i>	<i>Vow</i>		
	<i>Hypothesize</i>	<i>Write</i>		
	<i>Imply</i>			
	<i>Indicate</i>			

Já Karttunen (1971) define predicados factivos como aqueles que permitem deduzir a verdade do seu complemento independentemente de ocorrerem em frases

afirmativas, negativas ou interrogativas e ainda quando são o predicado de uma oração que corresponde ao antecedente de uma construção condicional. Por exemplo, para o verbo *lamentar*, quer se afirme, quer se negue, quer se pergunte, quer se ponha como condição que se lamenta ‘p’; deduz-se que ‘p’ é verdade.

Considerando a definição de predicados factivos oferecida por Karttunen, a factividade cria algum tipo de barreira entre a oração subordinante e a oração subordinada. O falante pressupõe a verdade da oração subordinada, independentemente do valor de verdade (e da forma frásica) da oração subordinante. Este facto é compatível com a observação de que o complemento de um verbo factivo é uma ilha sintática, funcionando como barreira para a extração de um constituinte *wh*- (veja-se a discussão sobre complementos factivos como ilhas em Cinque, 1990). Dessa maneira, podemos extrapolar que as fronteiras oracionais, no caso dos predicados factivos, possam também constituir uma barreira à legitimação da CNT, bloqueando a relação entre a negação localizada na oração subordinante e a expressão autonegativa presente na oração subordinada. Assim, vejamos se a existência de uma barreira à CNT que corresponda à oração encaixada factiva se confirma, atentando em duas frases com predicados não monótonos epistémicos, a primeira com um predicado não factivo (*anunciar*) e a segunda com um predicado factivo (*esquecer*).

(131) Eu não **anunciei** que *ninguém* podia mexer nas minhas coisas.

(132) A Marta não se **esquece** de que *nenhum primo* a veio visitar.

A frase em (131) é ambígua entre uma interpretação de NP e uma interpretação de CN:

- (i) Ninguém pode mexer nas minhas coisas. (Não o anunciei, porque nem preciso de o fazer: toda a gente sabe que não se deve mexer nas coisas dos outros.) [interpretação de NP]
- (ii) Não anunciei que alguém podia mexer nas minhas coisas. (Só quando anunciar que alguém pode mexer nas minhas coisas é que podes ir procurar a chave dentro da minha mala.) [interpretação de CN]

Por outras palavras, em (131), *ninguém* pode ser interpretado como constituinte de negação existencial de classe ou como equivalente a *alguém*, assumindo a forma negativa num processo de concordância negativa. Na primeira interpretação, uma

interpretação de NP, são computadas separadamente duas marcas de negação, uma na oração subordinante e outra na oração subordinada. Já na segunda leitura, é computada uma única instância de negação, funcionando a oração subordinante e a subordinada como um único domínio e estando a palavra *ninguém* em CN, assinalando o valor negativo do contexto em que ocorre. Em (132), a leitura de CN não existe, estando disponível apenas a interpretação de NP, em que são computadas duas negações, a da frase matriz e a da frase subordinada. Note-se que a oração subordinada é apresentada como descrevendo um facto. A não legitimação de CNT em (132) é, assim, compatível com a ideia de que orações completivas de predicados factivos (como *esquecer*) têm maior grau de autonomia em relação à frase matriz, sendo domínios opacos, que não permitem a CNT e que, de algum modo, são interpretados isoladamente.

Sintetizando, numa estrutura com um verbo não factivo (como *anunciar*) é possível uma interpretação de NP (correspondente a (i)) e uma interpretação de CNT (correspondente a (ii)). Já numa estrutura com um verbo factivo (e.g. *esquecer*) é difícil outra leitura que não a de NP.

Ao analisar duas estruturas como as anteriores, que estão associadas a leituras distintas, mas que partilham características idênticas em termos de monotonia e de epistemicidade (quer *anunciar*<sup>26</sup>, quer *esquecer* são não monótonos e epistémicos), emerge a pertinência para o estudo da CNT da propriedade que distingue os dois verbos: a factividade. Verifica-se, assim, que o contributo de cada uma das propriedades para a CNT está ainda por compreender.

Peres (2000) analisa ainda uma quarta variável potencialmente implicada na (não) legitimação de uma leitura de CNT em estruturas de complementação frásica: a **veridicidade**.

O termo *veridicality* foi usado por Montague (1969) para caracterizar frases com verbos de percepção direta, como *ver*. Posteriormente, Zwarts (1995) e Giannakidou (1997, 1998, e.o.) relacionam-no com a noção de verdade, assumindo que uma proposição é **verídica** se for aceite como verdadeira; caso contrário, é **não verídica**. Assim, no grupo de frases que se segue, só no primeiro caso a proposição *ontem o Paulo viu uma libelinha* é verídica:

---

<sup>26</sup> Ainda assim, não é claro que se possa sempre ter um raciocínio não monótono com este verbo. Observe-se com o mesmo verbo a possibilidade de um raciocínio monótono crescente na frase seguinte: ‘O general anunciou que a tropa partiria rapidamente → O general anunciou que a tropa partiria’.

- (133) a. Ontem, o Paulo viu uma libelinha.  
b. Ontem, o Paulo viu uma libelinha?  
c. Ontem, o Paulo não viu uma libelinha.

A não veridicidade é, assim, uma propriedade que unifica frases interrogativas e frases negativas (Giannakidou, 1997; Zwarts, 1995), já que nem as primeiras nem as segundas indicam que a proposição no escopo do operador de negação ou do operador de interrogação são tidas como verdadeiras.

Note-se que este conceito de **veridicidade** pode confundir-se com o de **factividade**. No entanto, Giannakidou distingue estes conceitos em múltiplos trabalhos. Enquanto o primeiro conceito corresponde à aceitação de que a frase é verdadeira por uma determinada entidade, independentemente de o ser, ou não, na realidade, o segundo corresponde à verdade da frase no mundo real. É este conceito de veridicidade, designado por ‘veridicidade relativizada’ ou ‘veridicidade subjetiva’ em vários trabalhos de Giannakidou, que será tido em consideração. Por exemplo, nas frases *o João sonhou que estava de férias* ou *a Maria pensa que está grávida*, as orações completivas são apresentadas como verdadeiras no sonho do João e na mente da Maria, respetivamente, independentemente de serem de facto verdadeiras ou não na realidade. Por outras palavras, os verbos *sonhar* e *pensar* são verídicos; são operadores que permitem inferir que a proposição que introduzem é verdadeira no modelo relativamente ao qual é avaliada (o modelo que corresponde ao sonho do João no primeiro exemplo e o modelo que corresponde às crenças da Maria no segundo exemplo). Saliente-se que nenhum destes verbos – *sonhar* e *pensar* – é factivo; ou seja, nenhum deles permite inferir que a proposição que introduz é verdadeira na realidade. Já verbos como *saber*, *descobrir* ou *lamentar*, por exemplo, são verídicos e também factivos, visto que permitem inferir que a proposição que introduzem é verdadeira na realidade. Generalizando, todos os predicados factivos são verídicos, mas nem todos os predicados verídicos são factivos.

Naturalmente, nem todos os operadores que introduzem uma frase são verídicos. Observem-se os seguintes casos:

(134) O polícia **impediu** que se virasse à esquerda.

(135) A mãe **quis** que se fizesse tarte de maçã.

(136) A turma **duvida** (de) que consiga acabar o teste a tempo.

Os verbos *impedir* e *querer* são ambos não verídicos, já que não permitem inferir que a sua proposição complemento é tida como verdadeira. O verbo *impedir* permite, aliás, fazer a inferência inversa, a de que a proposição que introduz é falsa, pelo que é um verbo **anti-verídico**. Já o verbo *querer* não permite inferir nem que a proposição que introduz é verdadeira para alguém, nem que é falsa para alguém, pelo que não é um verbo verídico nem anti-verídico, é apenas um verbo **não verídico**. Finalmente quanto ao verbo *duvidar*, a frase (136) mostra que é também um verbo não verídico, já que a frase não permite inferir que a proposição completiva é tida como verdadeira por alguma entidade. Tratando-se de um verbo que expressa um grau de crença fraco, a negação do mesmo expressa a convicção na verdade da oração complemento (i.e., *não duvidar* é o mesmo que *ter a certeza*, um predicado verídico, já que permite inferir que a proposição que introduz é tida como verdadeira por alguém – por quem tem a certeza –, independentemente de ser de facto verdadeira ou não).

Nesta sequência, observemos mais alguns verbos classificados abaixo quanto à sua veridicidade.

<b>Verídicos</b>	<b>Não verídicos</b>
Esquecer	Pedir
Lamentar	Decidir
Gostar	Dizer
Sonhar	Duvidar
Pensar	Negar

Tabela 6 - Classificação de alguns predicados do PE segundo as suas propriedades de veridicidade

Peres (2000) analisa a relação que a veridicidade poderá estabelecer com a legitimação de CNT sob pretexto de «*Giannakidou (1997) ter encontrado uma correspondência entre a não veridicidade e a legitimação daquilo que (ela considera serem) sintagmas-N em grego. (...) Assim, a tentativa de processar este valor em vez de monotonia decrescente parece ser uma tendência razoável de pesquisa*». No entanto, acaba por concluir que «*não só não pode ser dito que os contextos não verídicos*

*encaixados constituem uma condição suficiente para a legitimação de sintagmas-N, mas também os verídicos não são regulares no que respeita ao efeito de anti-legitimação esperado»* (Peres, 2000; p. 188). Peres exemplifica a primeira destas relações – entre **não veracidade e legitimação de CNT** – através de dados<sup>27</sup> em que

(i) expõe contextos não verídicos que são também monótonos decrescentes (resultado da combinação da negação com a monotonia crescente do predicado da oração matriz) e em que a leitura de CN é legitimada:

- (137) a. O Pedro não **pediu** que *ninguém* o ajudasse.  
b. O Pedro não **pediu** que a Ana ajudasse *ninguém*.

(ii) defende que há um claro enfraquecimento da probabilidade de legitimação quando a não veracidade se associa à não monotonia dos verbos declarativos e aparentados.

No exemplo (138a), veja-se que a oração completiva ocorre num contexto não verídico (i.e., não se pode inferir que a oração completiva é tida como verdadeira por alguém) e que só é possível a leitura de NP (*ninguém* = zero itens) e não a de CNT, em que *ninguém* entraria em concordância com o valor negativo da frase mais alta. Ora, de acordo com Peres (2000), isto parece chocar com a associação que Giannakidou (1997) estabelece entre a não veracidade e a legitimação daquilo que a autora considera serem sintagmas-N em grego e, por extensão, de expressões autonegativas em português. Além do mais, a agramaticalidade de (138b) confirma que a negação da frase superior não legitima sintagmas-N na oração completiva. Assim, a não veracidade parece não ser por si só um fator relevante para a CNT em PE.

- (138) a. A Maria não **vai dizer** que *ninguém* a ajudou.  
b. ??A Maria não vai **dizer** que ajudou *ninguém*.

Peres apresenta ainda casos em que se observa um enfraquecimento ainda maior quando a não veracidade se combina com a monotonia crescente do contexto:

---

<sup>27</sup> Os dados de (123-126) foram retirados de Peres (2000), página 189 e 190, onde o autor também apresenta outros exemplos.

- (139) a. Não é impossível que *ninguém* fale sobre a questão.  
b. \*Não é impossível que a Ana fale com *ninguém*.
- (140) a. Não é impossível *ninguém* falar sobre a questão.  
b. \*Não é impossível a Ana falar com *ninguém*.

Veja-se que *não ser impossível que* (equivalente a *ser possível que*) cria um contexto não verídico. Se a não veridicidade fosse condição suficiente para a legitimação da CNT, prever-se-ia que nas alíneas a. fosse possível a leitura de *ninguém* como *alguém* e que as alíneas b. fossem gramaticais. No entanto, nem uma predição nem outra se confirmam.

Em suma, estes dados mostram que a não veridicidade não deverá ser, por si, um fator relevante para a CNT em PE. Se é certo que em (137) a palavra *ninguém* pode entrar em CN e ocorre num contexto não verídico, também é um facto que esse é igualmente um contexto de monotonia decrescente, podendo atribuir-se a legitimação de CN à monotonia decrescente do contexto, e em (138) e (139), que não são contextos de monotonia decrescente, a CNT é bloqueada, apesar de a oração completiva ocorrer num contexto não verídico.

No que diz respeito à relação entre **anti-legitimação da CN e veridicidade**, o autor observa que «*onde, necessariamente, a monotonia decrescente não pode ser obtida (cf. Zwarts, 1995), as coisas são de algum modo mais subtis*» (Peres, 2000; p. 191). Observemos os seguintes exemplos do mesmo autor, com predicados-matriz verídicos e variação nos restantes parâmetros que considera: a monotonia, o valor epistémico ou declarativo do verbo, a não finitude da oração e a posição pós-verbal. Note-se que, no contexto desta secção, o foco está no efeito associado à veridicidade, pese embora Peres (2000) extraia algumas pistas acerca das outras variáveis presentes nas frases apresentadas.<sup>28</sup> Vejam-se alguns exemplos em que, de facto, num contexto verídico a legitimação da CN não é possível:

---

<sup>28</sup> «(...) Como vemos prontamente, os dados permitem a conclusão de que a legitimação pode ter lugar na falta de condições sintáticas fortes, em particular a não finitude da oração encaixada e a posição pós-verbal do indefinido relevante» (Peres 2000, p. 191). Tendo como objetivo desta secção analisar também condições sintáticas, Peres (2000) apresenta variação sintática nestes exemplos: para além de orações finitas – como a grande maioria dos exemplos desta tese –, considera orações não finitas e coloca a expressão autonegativa em posição de objeto, em alternativa à posição de sujeito, mais frequente nos exemplos desta dissertação.

(141) Não **duvido** de que *ninguém* votará a favor da proposta A.

(142) Ele não **negou** que *ninguém* o tinha autorizado a entrar.

(143) Ele não se **esqueceu** de que *ninguém* o convidou.

No entanto, há outros casos em que a leitura de CN é legitimada num contexto verídico, não se confirmando, deste modo, a hipótese de uma correlação entre veridicidade e anti-legitimação.

(144) Ele não se **esqueceu** de convidar *ninguém*.

(145) Não **foi fácil** subir a *nenhuma* daquelas montanhas.

(146) A Maria não **lamenta** que o Pedro tenha escrito *nenhum* destes artigos.

(147) A Maria não **lamenta** ter escrito *nenhum* destes artigos.

Na Tabela 7, são apresentados todos os valores que Peres (2000) considerou nos exemplos (141-147). Os valores de monotonia foram obtidos pela «*combinação da monotonia decrescente do operador de negação com o valor que o predicado exhibe e, adicionalmente, considerando a factividade*» (p. 194).

Frases	Predicado	Monótono	Epistémico	Frase não finita	Pós-Verbal	Verídico	Legitimação
(141)	<i>duvidar</i>	↑	+	-	-	+	-
(142)	<i>negar</i>	↑	+	-	-	+	-
(143)	<i>esquecer</i>	↑	+	-	-	+	-
(144)	<i>esquecer</i>	↑	+	+	+	+	+
(145)	<i>ser fácil</i>	∅	-	+	+	+	+
(146)	<i>lamentar</i>	↑	-	-	+	+	+?
(147)	<i>lamentar</i>	↑	-	+	+	+	+

Tabela 7 - Fatores semânticos e sintáticos relevantes para a legitimação de CNT, numa adaptação da Tabela 2 de Peres (2000, p. 193)

Considerando os valores da coluna relativa à veridicidade e, por contraste, a inconstância na legitimação da CNT na última coluna, observa-se um efeito de bloqueio da leitura de CN apenas em parte das estruturas com predicados verídicos analisadas, o que não permite extrair nenhuma generalização. Em síntese, de acordo com Peres (2000), a (não) veridicidade não é um fator determinante para a (não) legitimação da CNT.

Sintetizando, neste capítulo, analisaram-se até agora as propriedades do predicado que parecem legitimar ou bloquear uma leitura de CNT. Quando a essa leitura se junta uma leitura de NP, a expressão autonegativa e o significado de toda a frase por consequência revelam **ambiguidade**, como visto anteriormente neste capítulo.

Ao longo de Peres (1994), algumas frases são classificadas parenteticamente como ambíguas entre a interpretação de NP e a de CN. Abaixo apresenta-se esse conjunto de exemplos:

- (148) a. O orador não **gosta** que *ninguém* ocupe as filas da frente.  
b. O Pedro não **pediu** que *ninguém* o ajudasse.  
c. Ele não **decidiu** que *ninguém* fosse interrogado.
- (149) Não **acredito** que *ninguém* tenha dito isso.  
(mas Não **acredito** que *ninguém* queira ajudar a Maria.)

Considerem-se também as seguintes frases classificadas como ‘AMB??’ (= *AMBÍGUAS?*, i.e., possivelmente ambíguas), ainda em Peres (1994):

- (150) a. A Maria não **lamenta** que *ninguém* tenha telefonado.  
b. A Maria não **disse** que *ninguém* tinha telefonado.

Estes dados são sistematizados na seguinte tabela:

<b>Frases</b>	<b>Predicados</b>	<b>Propriedades do predicado</b>				<b>Peres (1994)</b>
(148a)	<i>Gostar</i>	MON ↑			VERID	Amb.
(148b)	<i>Pedir</i>	MON ↑				Amb.
(148c)	<i>Decidir</i>	MON ↑				Amb.
(149)	<i>Acreditar</i>	MON ↑	EPIST			Amb.
(150a)	<i>Lamentar</i>			FACT	VERID	Amb.??
(150b)	<i>Dizer</i>		EPIST		VERID	Amb.??

Tabela 8 - Classificação de alguns predicados segundo as propriedades de monotonia, epistemicidade, veridicidade e factividade

Dos seis exemplos sinalizados como ambíguos em Peres (1994), dois deles não são considerados inequivocamente ambíguos pelo autor. Saliente-se que as frases que foram categoricamente consideradas ambíguas têm em comum o facto de o predicado matriz ser monótono crescente e não factivo. Para a frase (149), com o verbo *acreditar*, o autor apresenta uma frase alternativa em que muda apenas o predicado da oração encaixada. Essa alternativa já não parece ambígua, apresentando-se, assim, o verbo *acreditar* com um desempenho inconsistente. Já nas frases classificadas como ambíguas de forma interrogada há preferência pela leitura de NP e resistência a aceitar a leitura de CN. Estas duas últimas frases (i.e., (150)) têm em comum a não monotonia e nisso diferem de forma evidente das frases consideradas seguramente ambíguas em Peres (1994), em que a oração completiva ocorre num contexto de monotonia decrescente.

Em conclusão, como observado neste capítulo, verifica-se uma tendência para que a **ambiguidade** entre a leitura de CN e a de NP se verifique com **predicados monótonos crescentes não epistémicos e não factivos na oração matriz**. É de salientar que esta conclusão se obtém a partir da literatura sobre o tema, que, como já foi referido, não é abundante. Além disso, os juízos (de gramaticalidade e de existência ou não de uma dada leitura) considerados são baseados na introspeção dos autores, não tendo sido alvo de testes experimentais. De facto, tanto quanto é do meu conhecimento, não há estudos experimentais que forneçam dados sobre a interpretação que os falantes do português atribuem às estruturas em causa, com expressões autonegativas numa oração encaixada e um operador de negação na frase matriz. De igual modo, a interpretação deste tipo de estruturas não está explorada no que respeita à relação com o

desenvolvimento linguístico. Tendo em conta as propriedades exploradas na literatura como relevantes para a (não) legitimação de CNT e considerando também que nem sempre é fácil ter uma interpretação clara (NP ou CN) destas estruturas, neste trabalho elaborou-se um teste que se aplicou a uma amostra representativa de adultos e de adolescentes falantes do Português Europeu. Os objetivos são, por um lado, verificar se as propriedades de monotonia e de epistemicidade e, adicionalmente, de factividade e de veridicidade do predicado matriz são ou não determinantes na interpretação de expressões autonegativas em orações completivas de verbo com um operador de negação frásico na oração matriz e, por outro lado, avaliar se sujeitos adolescentes, que se confrontam já com a necessidade de interpretar enunciados de complexidade elevada, acedem, da mesma forma que os adultos, a leituras de CNT, restringindo-os ao mesmo tipo de contextos. Trata-se, sabemos, de um estudo exploratório, por ser o primeiro estudo experimental sobre este tema. Essa tarefa e os resultados obtidos são apresentados nos capítulos seguintes.

## 2.5 Aquisição de propriedades associadas a Concordância Negativa Transfrásica em Português Europeu

Se a CNT é um tópico pouco explorado pela literatura, essa consideração será ainda mais pertinente no que diz respeito ao mesmo tema na aquisição e desenvolvimento linguísticos e, especificamente, no que diz respeito à compreensão destas estruturas por adolescentes. Na ausência de estudos sobre a aquisição da CNT em português ou noutras línguas (tanto quanto pude investigar), ou sequer sobre a aquisição da CN simples para o português europeu, neste capítulo a atenção recairá sobre a aquisição de algumas propriedades subjacentes à CNT. Nomeadamente, será apresentada literatura relevante sobre a aquisição da negação múltipla – em particular, da CN – e sobre a aquisição de propriedades do predicado que introduz a oração encaixada de uma estrutura com CNT, como a factividade.

É com Bellugi (1967) e Bloom (1970), *apud* Van Lente (2003), que surgem os primeiros estudos sobre a existência de estádios de **aquisição da negação**. Neste campo, sugeriu-se que, num primeiro estádio, a criança ainda não adquiriu a negação frásica e nega frases colocando um elemento negativo no topo da frase, como ‘*non*’, no caso do francês (cf. Van Lente, 2003).

(151) *Non à moi* (Philippe 2;2.3)

‘Não para mim’

Numa segunda etapa, a criança já terá adquirido o NegP. Segundo Van Lente (2003), no francês o NegP é adquirido aos 2/3 anos de idade (cf. Déprez e Pierce, 1993). No entanto, a autora acrescenta que só mais tarde, num terceiro estádio, quando o operador e os mecanismos de absorção e fatorização da negação estão adquiridos, surgem múltiplos constituintes negativos na mesma frase. No que diz respeito à aquisição destas estruturas com mais do que um marcador com forma negativa, isto é, à **aquisição de negação múltipla**, atentemos nos trabalhos de Van Lente (2003) e de Thorton *et al.* (2016).

Depois de ter observado as produções de Philippe (2;1.19-2; 10.17) do banco de dados CHILDES (MacWhinney, 1995), Van Lente (2003) analisou a construção ‘*pas... non plus*’ através de um estudo experimental, com base numa tarefa de imitação

provocada. Para Van Lente, trata-se de uma expressão de CN, ainda que outros autores, como Corblin *et al.* (2004), considerem que a combinação origina, antes, uma dupla negação<sup>29</sup>. Para a tarefa de imitação provocada, foram gravadas, por um falante nativo do francês, 3 histórias com 15-20 frases cada para serem escutadas por 14 crianças (3;1.25 – 6;8.14), falantes monolíngues de francês. As crianças deveriam repetir 17 frases com o objetivo de ajudarem um boneco que ouvia mal a compreender as histórias. 4 dessas frases incluíam a construção ‘*pas... non plus*’. Pouco mais de metade das crianças repetiu corretamente esta construção (54%); as restantes (46%) utilizaram estruturas alternativas como omitir uma das palavras de ‘*pas... non plus*’. O estudo vem também confirmar a existência de diferentes estádios de aquisição da negação, tal como se verificara ao analisar os dados de Philippe, que também sustentavam a ordem de aquisição descrita por Bloom (1970) e Bellugi (1987) *apud* Van Lente (2003). Ainda assim, focando especificamente a construção ‘*pas... non plus*’, a autora não encontrou um efeito de idade, isto é, as crianças mais velhas não tiveram um melhor desempenho do que as crianças mais novas ou vice-versa.

Já Thornton e Tesan (2013) estudaram a presença de CN numa língua de dupla negação, neste caso, o inglês, baseando-se, sobretudo, em dados longitudinais de 4 crianças a quem se aplicou uma metodologia de produção provocada e ainda numa variedade de fontes de produção espontânea e de dados experimentais de crianças. Se os adultos mostraram aceitar as frases com DN e rejeitar as frases com CN, como esperado, no caso das crianças o resultado foi justamente o oposto, o que, para as autoras, parece evidenciar um período de CN na aquisição do inglês, antes de a DN estabilizar.

Na mesma senda, Thornton *et al.* (2016) tentam compreender como é que, por comparação com as interpretações de um grupo de controlo composto por 15 adultos, 20 crianças com 3-5 anos, falantes de inglês, interpretam frases com mais do que um elemento negativo em contextos experimentais que tornam possíveis leituras tanto de dupla negação como de CN. Nesse sentido, os autores apresentam frases potencialmente ambíguas com dois marcadores negativos. Note-se que as frases testadas, como o exemplo abaixo, apesar de serem frases complexas, contêm CN simples, uma vez que o

---

<sup>29</sup> Corblin *et al.* (2004) consideram que a combinação de ‘*pas*’ e de ‘*non plus*’ origina tipicamente uma DN e, nesta perspetiva, ‘*pas... non plus*’ não é uma construção de CN. Van Lente (2003) admite que a questão permanece em aberto na medida em que se deve considerar ‘*pas... non plus*’ holisticamente uma construção de CN. Em todo o caso, a autora sublinha que pode ser considerada uma construção de CN, pelo menos, a combinação de ‘*non*’ e de ‘*plus*’.

operador de negação frásica (*'didn't'*) e a expressão autonegativa (*'nothing'*) se localizam na mesma oração, não havendo, por isso, uma fronteira oracional a separar os dois marcadores negativos, como acontece no caso da CNT.

(152) *Experimenter: Did the girl who skipped buy nothing?*

Investigador: A rapariga que saltou não comprou nada?

*Puppet: The girl who skipped didn't buy nothing.*

Fantoches: **A rapariga que saltou não comprou zero coisas.**

*Child: Yes, he – she did (P., 4;11)*

Criança: Sim, ele – ela comprou (P.; 4; 11)

*Puppet: Oh so was I right or wrong?*

Fantoches: Oh, então eu estava certo ou errado?

*Child: Wrong*

Criança: Errado

Nesta experiência, era apresentado um conjunto de histórias para cada condição: na Condição 1, a leitura de DN era verdadeira e a leitura de CN era falsa (como é o caso do exemplo (152)) e na Condição 2 a leitura de DN era falsa e a leitura de CN era verdadeira. Os materiais usados para a experiência eram pequenos bonecos que o investigador manipulava para representar as histórias à medida que eram narradas. Na mão do investigador estava um fantoche que observava a situação de fora e que, como ouvia mal, precisava da interpretação da criança para perceber o que tinha acontecido exatamente. Assim, no final de cada história, o investigador colocava uma questão explícita de 'sim'/'não' ao fantoche, à qual ele respondia usando uma frase-teste como a que se apresenta a **negrito**.

A frase-teste deste caso (Condição 1), *'The girl who skipped didn't buy nothing'*, satisfazia a pressuposição para a DN, isto é, a afirmação era verdadeira numa leitura de DN: era verdade que a rapariga que saltou tinha comprado alguma coisa. No entanto, como se observa no diálogo, esta criança interpreta a frase como sendo CN.

À semelhança dos resultados de Thornton e Tesan (2013), verificou-se neste estudo que os adultos atribuíram quase sempre uma interpretação de dupla negação às frases-teste, enquanto as crianças fizeram maioritariamente uma leitura de CN. Daqui se retiram duas conclusões principais. Em primeiro lugar, o facto de crianças e adultos

atribuírem interpretações diferentes às mesmas frases coloca um desafio a uma abordagem exclusivamente empirista para o desenvolvimento da linguagem. Em segundo lugar, o facto de as crianças falantes de inglês, em idade de aquisição, fazerem mais interpretações de CN do que de DN fornece suporte empírico para a hipótese de que a CN é assumida numa fase inicial, o que é possível já que é uma opção na GU.

Considerando, agora, a relevância do predicado matriz na interpretação da expressão autonegativa numa estrutura de CNT (Peres, 1994), atentemos na literatura existente sobre a **aquisição de algumas propriedades do predicado**. Tanto quanto pude averiguar, registam-se estudos sobre a aquisição da epistemicidade e sobre a aquisição da factividade.

No domínio da **epistemicidade**, é essencial a capacidade de aceder a conjuntos de crenças que representam mundos possíveis alternativos à realidade. Coincidentemente, a epistemicidade tem uma emergência tardia, ocorrendo por volta dos 4 anos, de acordo com alguns autores (cf. Papafragou, 1998 e Papafragou e Ozturk, 2007).

No que diz respeito à **aquisição da factividade**, Dudley *et al.* (2017) tentou compreender como é que as crianças descobrem quais as expressões linguísticas que se associam a pressuposições, utilizando como *trigger* um verbo factivo (*to know*, ‘saber’) e um verbo não factivo (*to think*, ‘pensar’). Ao adquirir um verbo como *to know* e a sua contrapartida não factiva *to think*, a criança depara-se com uma tarefa complexa: determinar que *to know* pressupõe a verdade do seu complemento, ao contrário do que sucede com *to think*. O mais cedo que foi encontrada alguma criança a diferenciar fiavelmente *to know* e *to think* em termos da sua (não) factividade foi aos 3 anos de idade (Dudley *et al.*, 2015 *apud* Dudley *et al.*, 2017).

Com particular relevância para o trabalho que agora se apresenta, Harris (1975) estudou a **compreensão de completivas com verbos factivos, não factivos e contrafactivos**<sup>30</sup> por crianças e adolescentes. Testou-se a compreensão de frases completivas com ‘*that*’ em 12 crianças do infantário, 12 crianças de cada um dos anos

---

<sup>30</sup> Alguns autores referem um terceiro tipo de predicados quanto à sua factividade, para além dos predicados factivos e dos predicados não factivos: os predicados contrafactivos. Numa construção contrafactiva, a utilização de um tipo específico de predicador (contrafactivo) compromete o locutor com a falsidade da proposição expressa na oração complemento, como na frase ‘A Maria  **fingiu**  que conhecia o João’, em que é pressuposta a falsidade da proposição ‘A Maria conhecia o João’. Como se viu, nas construções com verbos factivos, pelo contrário, o locutor pressupõe a verdade da proposição expressa na oração complemento, como na frase ‘A Maria  **sabe**  que o João é diabético’. Os exemplos mais comumente referidos de contrafactividade encontram-se em construções condicionais contrafactuais (in [www.portaldalinguaportuguesa.org](http://www.portaldalinguaportuguesa.org)).

desde o jardim de infância até ao 6.º ano de escolaridade e 12 estudantes universitários de psicologia. Cada criança foi testada numa sessão individual de 20 minutos em 4 tarefas na seguinte ordem: imperativas, memória a curto-prazo (tarefa não linguística), questões de verdade e anomalia. Foram construídas diferentes frases para cada tarefa, usando expressões predicativas factivas (*to know* e *to be happy*), contrafactivas (*to pretend* e *to wish*) ou não factivas (*to say* e *to whisper*). Releva apresentar aqui a tarefa de ‘julgamento de verdade’ e a tarefa de ‘anomalia’. Na primeira, o objetivo era avaliar a capacidade das crianças para julgar o valor de verdade do complemento do predicado numa frase complexa como a seguinte:

(153) *The teacher did not know that Tim was absent.*

O professor não sabia que o Tim estava ausente.

Para cada uma das 4 frases de cada classe verbal, havia 4 opções de verbos principais e de complementos verbais na forma afirmativa e na forma negativa. O investigador dizia ao informante que ele iria ouvir algumas questões às quais deveria responder *sim*, *não* ou *não sei*. O investigador lia então uma lista de 12 frases, cada frase sendo seguida pela interrogativa afirmativa centrada no complemento da frase.

(154) *David said that he was not in trouble. Was David in trouble?*

O David disse que ele não estava em problemas. O David estava em problemas?

Na tarefa de anomalia, por sua vez, o objetivo era aceder ao reconhecimento que os sujeitos fazem da anomalia semântica baseada em infrações de condições de verdade associadas à factividade e contrafactividade. Havia 3 conjuntos de 12 estruturas frásicas com a estrutura ‘*Johnny-V<sub>past</sub>-that-S*’. Num desses conjuntos (exemplificado em (155)), os verbos factivos faziam sentido nas frases de dupla afirmativa (+ +), isto é, frases em que tanto a oração subordinante como a oração subordinada não têm negação, enquanto as frases contrafactivas eram anómalas, já que o complemento afirmativo não podia ser falso. Num segundo conjunto de estruturas (contraditórias), de que (156) é exemplo, os verbos contrafactivos faziam sentido com as frases ++, enquanto as frases factivas eram anómalas, visto que o complemento afirmativo não poderia ser verdadeiro. No último conjunto de estruturas (neutras), tanto predicados factivos como contrafactivos faziam sentido (cf. (157)). Já os predicados não factivos faziam sentido nos três grupos de

estruturas frásicas. Nos exemplos (155), (156) e (157), os predicados factivos estão representados nas alíneas a), os predicados contrafactivos nas alíneas b) e nas alíneas c) os predicados não factivos.

- (155) a. *Johnny **knew/was happy** that his sister was a girl.*  
O Johnny soube/ficou feliz que a sua irmã era/fosse uma rapariga.  
b. *#Johnny **pretended/wished** that his sister was a girl.*  
#O Johnny fingiu/desejou que a sua irmã era/fosse uma rapariga.  
c. *Johnny **said/whispered** that his sister was a girl.*  
O Johnny disse/sussurou que a sua irmã era uma rapariga.
- (156) a. *#Johnny **knew/was happy** that his father was a tree.*  
#O Johnny soube/ficou feliz que o seu pai era/fosse uma árvore.  
b. *Johnny **pretended/wished** that his father was a tree.*  
O Johnny fingiu/desejou que o seu pai era/fosse uma árvore.  
c. *Johnny **said/whispered** that his father was a tree.*  
O Johnny disse/sussurou que o seu pai era uma árvore.
- (157) a. *Johnny **knew/was happy** that George lived in New York.*  
O Johnny soube/ficou feliz que o George vivia/vivesse em Nova Iorque.  
b. *Johnny **pretended/wished** that George lived in New York.*  
O Johnny fingiu/desejou que o George vivia/vivesse em Nova Iorque.  
c. *Johnny **said/whispered** that George lived in New York.*  
O Johnny disse/sussurou que o George vivia em Nova Iorque.

Era dito ao informante que ouviria uma lista de frases que variavam em tipo de estrutura e classe verbal do predicado matriz, algumas das quais *engraçadas* (“funny”) / *estranhas*, *i.e.*, *que não fariam sentido*. Depois de explicada e exemplificada a tarefa, o informante teria de classificar cada frase como *estranha* ou não. Previa-se que frases com verbos factivos ou contrafactivos fossem anómalas se o valor de verdade da oração completiva indicado pelo verbo da frase matriz fosse oposto ao valor de verdade intuitivo do complemento. Por exemplo, em (158) *saber que p* indica que *p* é verdade, porém a frase completiva aí dada é, obviamente, falsa, pelo que a construção é anómala:

(158) *Johnny knew/ did not know that his father was a tree/ that his sister was not a girl.*

O Johnny sabia/ não sabia que o seu pai era uma árvore/ que a sua irmã não era uma rapariga.

(159) *Johnny pretended/ did not pretend that his father was a man/ that chairs cannot fly.*

O Johnny fingiu/ não fingiu que o seu pai era um homem/ que as cadeiras não conseguem voar.

A partir das 4 tarefas, o autor concluiu que a compreensão deste tipo de frase complexa é um processo difícil e gradual e que, apesar de começar nos anos pré-escolares, é frequentemente não equivalente à compreensão adulta até depois do sexto ano de escolaridade – o que tornaria a compreensão do valor de verdade em frases complexas uma das últimas competências a ser documentada na aquisição (Harris, 1975). Verificou também que a correção das respostas para cada tarefa aumenta quase sempre em função da idade. Como só dois exemplares de cada uma das 3 classes verbais foram estudados, o autor afirma não ser possível esboçar conclusões firmes no que diz respeito a diferenças entre classes de verbos. No entanto, a partir dos verbos examinados, observa-se que os verbos factivos são comumente a classe de mais fácil compreensão; já no caso dos verbos não factivos e no caso dos verbos contrafactivos negados, a compreensão é mais difícil – uma conclusão obtida também por Harris (1974b) com adultos e uma amostra diferente de verbos. No que diz respeito aos tipos de afirmação-negação, as frases de duplas afirmativas (+ +) foram claramente as mais fáceis e as duplas negativas (– –) as mais difíceis, mas a dificuldade relativa das formas simples de negação parece variar dependendo da tarefa e da classe verbal envolvida. Para finalizar, Harris (1975) sublinha que a grande importância das inferências pragmáticas e do conhecimento do mundo na formulação de julgamentos linguísticos reflete a crescente consciencialização de que a compreensão linguística envolve a interação entre diferentes processos mentais extralinguísticos que interpretam a linguagem à luz do seu contexto e das estruturas de conhecimento armazenado do indivíduo (e.g., Bransford e McCarrell, 1975; Brewer, 1975).

Também num contexto em que se combinam **frases completivas com verbos factivos e negação múltipla**, Oiry (2015) compara a performance de crianças entre os 6

e os 11 anos com o verbo ‘*to know*’ (‘saber’) e a expressão predicativa ‘*to be happy*’ (‘ficar feliz’). Os informantes são testados em 4 condições que correspondem a 4 tipos de completivas. Cada frase é representada por uma sigla com duas letras, uma para a subordinante e outra para a subordinada, respetivamente: PP, NP, PN e NN. As letras representam os tipos de formas frásicas das orações das frases completivas em estudo: ‘P’ no caso de uma oração na forma positiva/ afirmativa e ‘N’ no caso de uma oração na forma negativa. As crianças testadas revelam uma baixa precisão no desempenho no caso das frases com *know*, quer na condição NN, quer na condição PN. Contrariamente, a performance das mesmas crianças, nas mesmas condições, com a expressão predicativa ‘*to be happy*’ é muito bem-sucedida, face às questões colocadas (cf. tabela 9). Encontra-se destacada a interrogativa que envolve uma negação em cada oração, isto é, a estrutura mais relevante para esta tese testada em Oiry (2015).

<b>Condição</b>	<b>Questão</b>
<b>PP</b>	Who <b>is happy/ knows</b> he <b>got</b> a strawberry?
<b>NP</b>	Who <b>isn’t happy/ doesn’t know</b> he <b>got</b> a strawberry?
<b>PN</b>	Who <b>is happy/ knows</b> he <b>didn’t get</b> a strawberry?
<b>NN</b>	Who <b>isn’t happy/ doesn’t know</b> he <b>didn’t get</b> a strawberry?

Tabela 9 - Interrogativas a que as crianças responderam sob as condições PP, NP, PN e NN para avaliar as expressões predicativas ‘*to be happy*’ e ‘*to know*’ (tabela retirada do estudo em análise – Oiry, 2015)

No estudo de Oiry (2015), confirmam-se os resultados de Léger (2008), que visou os mesmos predicados nas suas análises e observou uma grande discrepância entre ‘*to know*’ e ‘*to be happy*’, mostrando que as crianças não tratam todos os predicados factivos da mesma forma no que diz respeito à negação. Conclui-se também que as crianças aos 11 anos ainda não são precisas a interpretar frases com predicados factivos como ‘*to know*’ numa subordinada completiva NN. Este resultado contrasta, por um lado, com o desempenho em completivas com outras polaridades (PP e NP) e, por outro, com a performance em frases NN contendo outro predicado factivo, ‘*to be happy*’. Com este predicado, as crianças testadas já são claramente bem-sucedidas aos 7 anos e aos 9 anos atingem percentagens máximas de acerto.

Em suma, na ausência de estudos sobre a aquisição da CNT no PE, retiram-se pistas a partir dos estudos apresentados ao longo deste subcapítulo sobre algumas das propriedades subjacentes à aquisição da CNT.

No que diz respeito à aquisição da negação, Bloom (1970) e Bellugi (1987) são os primeiros trabalhos a referir a existência de 3 estádios. Se, num estádio inicial, as crianças ainda só negam colocando um operador de negação como ‘*not*’ ou ‘*non*’ na periferia da frase, no segundo estádio as crianças já produzem verbos auxiliares de negação (e.g. ‘*don’t*’ ou ‘*can’t*’) como formas fixas. Numa terceira e última fase, os falantes são, por fim, capazes de elaborar frases afirmativas e negativas com recurso a verbos auxiliares.

Em relação à CN, Thornton *et al.* (2016) verifica que as crianças de 3-5 anos falantes de inglês apresentam interpretações opostas às dos adultos com a mesma língua materna. Uma vez que o inglês, língua de DN, aparenta um período inicial de CN generalizada, as autoras sugerem, como explicação, que a CN seja o valor não marcado do binómio CN/DN. Já Van Lente (2003) mostra que as crianças monolíngues falantes de francês (língua de CN), aos 6 anos parecem até então não ter adquirido a CN, já que ainda não repetem de forma consistente a expressão ‘*pas... non plus*’, considerada pela autora uma expressão de CN. Os resultados relativos a CN não são, portanto, particularmente claros.

Quanto à aquisição das propriedades do predicado, é por volta dos 4 anos que, de acordo com alguns autores, a epistemicidade emerge (cf. Papafragou, 1998 e Papafragou e Ozturk, 2007 *apud* Jesus, 2014). No caso da factividade, os verbos factivos parecem ser a classe verbal de mais fácil compreensão por contraste com os verbos não factivos e com os verbos contrafactivos negados (Harris, 1975). Em termos etários, os 3 anos de idade foi a idade mínima em que foi encontrada alguma criança a diferenciar fiavelmente os verbos *to know* e *to think*, no que diz respeito à (não) factividade (Dudley *et al.*, 2015, entre outros). Neste seguimento, ao estudar os predicados ‘*to know*’ e ‘*to be happy*’, Oiry (2015) mostra que as crianças não tratam todos os verbos factivos da mesma forma no que diz respeito à negação.

Já a compreensão de frases completivas por crianças, apesar de, em alguns aspetos, começar nos anos pré-escolares, segundo Harris (1975), é frequentemente não equivalente à compreensão adulta até depois do sexto ano de escolaridade (altura em que os alunos têm 10/11 anos), o que tornaria a compreensão do valor de verdade de frases complexas uma das últimas competências a ser documentada na aquisição.

Assim, não é estranho que Oiry (2015) conclua que aos 11 anos as crianças ainda não interpretam frases com predicados factivos como ‘*to know*’ numa subordinada completiva NN/ (– –) como falantes adultos. No que diz respeito às formas frásicas, as frases de duplas afirmativas (+ +) são claramente as mais fáceis e as duplas negativas (– –) as mais difíceis (Harris, 1975).

Assim, o estudo de Oiry (2015) constitui um ponto de partida para acreditar que é relevante observar predicados factivos, nomeadamente, ‘*to know*’ (*saber*) e um segundo predicado para comparação, em frases completivas que envolvem negação em ambas as orações. Além disso, os trabalhos mencionados fornecem pistas para seleccionar o perfil etário das crianças a testar. Se as crianças com 11 anos, falantes de inglês, ainda não revelam solidez na interpretação do predicado ‘*to know*’ em completivas NN, pode esperar-se que as crianças portuguesas também só a partir dos 11 anos consolidem o seu desempenho com o predicado correspondente para o português, ‘saber’, em contexto de negação em ambas as orações, como seja a estrutura de CNT. Assim, e tomando esta faixa etária como ponto de partida, devem ser testadas crianças cada vez mais velhas até se perceber em que estádio é que a sua interpretação destas estruturas estabiliza.

Compaginando a diversidade de propriedades implicadas neste processo de aquisição, a tarefa aplicada no presente trabalho afigura-se, desde logo, complexa. A respeito do período de desenvolvimento que será relevante testar, veja-se, por exemplo, que uma propriedade potencialmente relevante na aquisição da CNT, a factividade, ainda não está adquirida aos 11 anos, de acordo com Oiry (2015), nem tampouco o tipo de subordinação em estudo, a subordinação completiva, está adquirido na sua totalidade (Harris, 1975).

Ainda que a análise apresentada nesta tese vá considerar também as descobertas feitas até ao momento sobre estas propriedades, não havendo, tanto quanto pude averiguar, estudos que foquem diretamente a aquisição da CNT ou a aquisição da CN no PE, este trabalho apresenta-se como um estudo exploratório. No próximo capítulo, serão colocadas algumas hipóteses para compreender melhor estes tópicos que a literatura até ao momento não cobre.

### 3. HIPÓTESES

É objetivo geral deste trabalho contribuir para a compreensão da CNT. Para isso, este estudo analisa não só juízos de sujeitos adultos, mas também juízos de sujeitos não adultos, para retirar das especificações da gramática de adolescentes pistas sobre a aquisição da gramática adulta. Importa, neste trabalho, compreender o funcionamento da gramática sobretudo em termos de propriedades semânticas.

Para isso, no capítulo 2.4, sobre a interpretação de falantes adultos, identificaram-se as propriedades semânticas do predicado que a literatura avança como sendo responsáveis por uma interpretação de CNT: a monotonia crescente e a ausência de epistemicidade, factividade e veridicidade. Espera-se que predicados-matriz monótonos crescentes não epistémicos e não factivos favoreçam uma leitura de CNT ou a coexistência de uma interpretação de CNT com uma interpretação de NP.

A respeito do desempenho linguístico não adulto, na ausência de estudos sobre a aquisição de CNT, apresentou-se no capítulo 2.5 os escassos trabalhos que documentam, isoladamente, questões relevantes para a compreensão da aquisição da CNT. Em particular, estes trabalhos dão conta da aquisição de algumas propriedades do predicado e de alguns tipos de negação potencialmente relevantes para o tratamento da CNT.

Em relação à idade de aquisição, veja-se, por exemplo, que a interpretação de frases completivas com estruturas relevantes para o tema deste trabalho ainda não é, aos 10/11 anos, equivalente à interpretação das mesmas estruturas na idade adulta (Harris, 1975). Nessa idade, o mesmo sucede com a distinção entre verbos factivos e verbos não factivos por falantes não adultos, de acordo com Oiry (2015). Este dado é relevante no caso de se confirmar que a factividade é uma propriedade implicada na aquisição da CNT.

Apresentada a literatura, deparamo-nos com algumas questões que ficam por responder e que este trabalho procura explorar. Que fatores semânticos sustentam as escolhas interpretativas dos falantes, i.e., que propriedades do predicado determinam (ou favorecem) uma interpretação de CNT? É possível que um falante reconheça que, na mesma frase, uma dada expressão pode ter uma leitura de CNT e uma leitura de NP, isto é, que uma frase é ambígua? E as estruturas que permitem CNT serão interpretadas da mesma forma por adultos e adolescentes? Se assim não for, a partir de

que idade é que as suas interpretações são equiparáveis? O número de perguntas sem resposta é elevado, esperando-se que este trabalho seja um contributo para a obtenção de algumas respostas que possibilitem o avanço do conhecimento sobre a CNT. Abaixo, estas e outras questões serão associadas a um conjunto de hipóteses, a testar com recolha de dados de informantes.

Importa ainda referir que nem sempre é fácil ter uma interpretação clara, CN ou NP, de estruturas completivas com negação oracional na subordinante e uma expressão autonegativa na encaixada. A diversidade de propriedades implicadas na CNT aponta para que a computação destas estruturas constitua um processo complexo para falantes adultos e, provavelmente, para falantes não adultos.

### 3.1 Formulação das Hipóteses

As pontas soltas sobre o tópico da CNT desembocam, neste trabalho, em duas perguntas de investigação que procuram corresponder aos objetivos definidos no capítulo introdutório desta tese (cap.1), através da aplicação de um questionário (cap. 4). Este trabalho foi feito, em primeiro lugar, com o intuito de perceber como é que os falantes interpretam, de facto, as estruturas de CNT, de que modo variam essas interpretações e quais as propriedades na base da eventual variação (i). Por último, é ainda objetivo desta tese comparar o desempenho entre diferentes faixas etárias, adultos e adolescentes, na compreensão da estrutura em questão (ii).

Na senda de cumprir os objetivos enunciados, colocam-se duas hipóteses.

Hipótese 1: A CNT ainda não está adquirida aos 12 anos de idade.

Hipótese 2: A interpretação de CNT é favorecida por um predicado matriz monótono crescente não epistémico<sup>31</sup> num contexto definido por uma configuração sintática restritas: negação frásica na oração subordinante e oração completiva com uma expressão autonegativa em posição de sujeito.

---

<sup>31</sup> Nas suas predições, Peres (1994 e 2000) indica como fator de legitimação um *contexto monótono decrescente*. Neste trabalho, o mesmo fator é maioritariamente referido como um *predicado monótono crescente sob o efeito da negação*, cuja combinação resulta no mesmo contexto monótono decrescente descrito por Peres. Esta ressalva é importante, na medida em que a mera diferença de foco e de designação deste fator pode resultar na compreensão equivocada do papel dos conceitos de monotonia crescente e de monotonia decrescente para a CNT.

## 3.2 Exploração das hipóteses

Atentemos na justificação teórica para considerar cada hipótese, bem como em exemplos que as consubstanciam.

### Sobre a Hipótese 1

Um primeiro propósito deste trabalho é contribuir para determinar a idade de aquisição da CNT no PE. Para tal, coloca-se a hipótese de que a interpretação de CNT ainda não esteja adquirida pelos falantes de 12 anos.

Num raro estudo sobre aquisição da CN, Thornton *et al.* (2016) testam frases complexas de CN simples (i.e., não transfrásica). Por essa razão, as suas predições poderão não se aplicar à CNT. Nesse estudo, os autores sugerem que a CN seja a opção não marcada do binómio CN/DN em todas as línguas, ao descreverem um período de CN generalizada em crianças falantes do inglês como L1 antes de estas estabilizarem numa interpretação de dupla negação, i.e., numa interpretação adulta dessas mesmas estruturas. Nesse sentido, nas línguas de forma geral, espera-se que as crianças em fase de aquisição assumam uma leitura de CN em mais enunciados do que os informantes adultos (Weiß, 2002). No entanto, no caso de uma língua de CN, como o português, a comparação de resultados entre grupos etários não será tão expressiva quanto em línguas de dupla negação, uma vez que os falantes portugueses adultos também reconhecem a CN. Assim, a hipótese que se coloca acerca das crianças falantes do português como L1 – os falantes sob estudo nesta tese – é que passem por uma fase em que aceitam a leitura de CN mesmo nos casos em que os adultos não o fazem, i.e., que aceitem a interpretação de *ninguém / nenhum N* como equivalente a *pelo menos uma pessoa/ pelo menos um N*, respetivamente, mesmo nos casos em que os adultos só aceitam a interpretação *zero pessoas / zero N*.

Em relação à faixa etária dos falantes, optou-se por testar uma idade de aquisição tardia, em primeiro lugar, devido à exigência da tarefa e à complexidade aparente da CNT. Além disso, alguns estudos concluíram que, aos 11 anos de idade, a aquisição de determinadas propriedades linguísticas, potencialmente implicadas numa leitura de CNT, ainda não está completa. Concretamente, a interpretação de frases completivas ainda não é equivalente à interpretação adulta (Harris, 1975). Também Oiry (2015) mostra que, aos 11 anos, as crianças falantes do inglês ainda não são

competentes a interpretar o verbo factivo ‘*to know*’ numa subordinada completiva com negação nas duas orações.

Assim, uma vez que as propriedades testadas nestes estudos, o tipo de subordinação (completiva) e a (não) factividade do predicado matriz, propriedades que potencialmente relevam para a CNT, poderão ainda não estar totalmente adquiridas aos 11 anos, seleccionou-se a faixa etária dos 12-14 anos para esta investigação, pese embora existirem variáveis importantes em que o presente trabalho e os estudos referidos diferem, nomeadamente, no tipo de negação (CN) e na língua (o português europeu).

Em suma, a hipótese 1 confirmar-se-á no caso de os falantes adolescentes de 12 anos não atribuírem uma interpretação de CNT às mesmas estruturas que os falantes adultos, mostrando estar ainda em processo de aquisição de CNT. Se, pelo contrário, os adolescentes dessa faixa etária já fizerem leituras de CNT e as restringirem aos mesmos contextos que os informantes adultos, então aos 12 anos a CNT já estará adquirida. Para cobrir um maior espectro de idades com vista a identificar a idade de aquisição da CNT, neste trabalho irão testar-se também sujeitos de 13 e de 14 anos.

### Sobre a Hipótese 2

Antecipa-se que a interposição de uma fronteira frásica entre a expressão autonegativa e o seu legitimador negativo gere resultados distintos daqueles obtidos em frases simples com as mesmas características (Peres, 1994). Concretamente, coloca-se a hipótese de existirem fatores, em particular propriedades do predicado matriz, que, de forma isolada ou combinada entre si, expliquem a opção de um falante por uma leitura de CN ou por uma leitura de NP. O facto de o predicado matriz ter determinadas propriedades circunscreveria a interpretação que o falante atribui à expressão autonegativa da oração encaixada. Neste trabalho, serão testadas as propriedades monotonia e epistemicidade, apresentadas no capítulo 2.4, em conjugação.

Identificadas as propriedades semânticas do predicado matriz relevantes para a hipótese em análise, é objetivo deste trabalho compreender também de que modo essas propriedades se relacionam. Serão as propriedades ‘monotonia crescente’ e ‘não epistemicidade’ necessárias de forma cumulativa ou basta uma destas propriedades para garantir uma leitura de CNT? E, se ambas as propriedades forem relevantes, existe alguma hierarquia entre elas ou são de igual importância para esta interpretação? Há

outras propriedades, para além da monotonia crescente e da não epistemicidade, que legitimem a interpretação de CNT?

Em suma, a hipótese 2 confirmar-se-á se os falantes aceitarem uma interpretação de CNT nos casos em que um operador de negação na oração subordinante legitima uma expressão autonegativa em orações completivas introduzidas por um predicado matriz contendo as propriedades semânticas [MON ↑] e [- EPIST] e se essa leitura ocorrer mais frequentemente nesses contextos, por contraste com contextos em que o predicado matriz não exhibe as mesmas propriedades.

Para verificar esta hipótese, o desenho experimental (cap. 4) deverá incluir verbos que se incluam nestes grupos, verbos que exibem todos as propriedades semânticas e outros que apresentam apenas algumas deles. Desse modo, será possível identificar as propriedades semânticas em causa e ainda apurar a existência de uma hierarquia destas propriedades.

A hipótese que aqui se apresenta será testada quer com o grupo de informantes adultos, quer com o grupo de informantes não adultos. Note-se, no entanto, que as crianças em fase de aquisição podem ser sensíveis a apenas alguns destes valores: por exemplo, à monotonia, mas não à epistemicidade.

É possível, também, que se verifique nos dados recolhidos que as interpretações encontradas são favorecidas por fatores que a literatura até ao momento não previu ou, ainda, que os falantes adultos e/ou não adultos revelem uma preferência interpretativa geral por uma determinada leitura (ou de CN ou de NP), independentemente da frase e do seu predicado.

A predição final deste trabalho aponta para que os adultos cuja L1 é o PE reconheçam que os predicados-matriz monótonos crescentes não epistémicos (e não factivos) asseguram uma leitura de CNT em estruturas completivas finitas com uma expressão autonegativa na oração encaixada legitimada pela negação oracional da subordinante. Pensa-se, além disso, que os adolescentes testados, com 12-14 anos de idade, ainda estejam em fase de aquisição da CNT e, que, por essa razão, tendam por defeito para a legitimação dessa estrutura, independentemente das propriedades semânticas do verbo da oração subordinante. Deste modo, os adolescentes aceitariam mais a CNT do que os falantes adultos. Quanto à ambiguidade, espera-se que seja pouco reconhecida por adultos e, sobretudo, por adolescentes, optando ambos por uma só leitura por uma questão de clareza e eficácia de comunicação.

Para testar estas hipóteses, elaborou-se um teste de aceitabilidade, que se apresenta no próximo capítulo (cf. cap.4).

## 4. METODOLOGIA

Neste capítulo, apresenta-se o desenho experimental utilizado nesta tese. Para dar conta das características do sistema de CNT do PE e do seu processo de aquisição, avaliou-se, de forma controlada, como é que adultos e adolescentes interpretam uma expressão autonegativa numa oração subordinada com negação oracional na oração subordinante. O estudo baseou-se num teste construído para o efeito, tendo este estudo incluído um momento de pré-testagem.

Em 4.1 será apresentado o pré-teste; em 4.2, passando ao teste que será a base desta dissertação, a amostra de participantes; em 4.3 os procedimentos de recolha dos dados; em 4.4 a descrição do teste, incluindo a tarefa, as frases-teste e as variáveis que foram controladas e, finalmente, em 4.5 os critérios de validação das respostas.

### 4.1. Pré-teste

O pré-teste pretendia aferir se os informantes adultos compreendiam a estrutura do questionário e frases análogas às apresentadas no questionário em teste.

A amostra de informantes deste pré-teste integra 17 adultos<sup>32</sup> pertencentes ao Coro de Câmara da Universidade de Lisboa, com formação universitária e de idade e perfil profissional variados. Cada participante respondeu a um questionário com 60 itens, perfazendo um total de 1020 respostas.

Na sequência dos resultados e dos comentários tecidos no final do pré-teste, foram modificadas algumas frases do teste definitivo por se ter verificado que seriam pouco claras. Foi possível melhorar a própria tarefa, a instrução e até mesmo a interação entre investigador e informante. Por esse motivo, a existência de um pré-teste veio a revelar-se valiosa.

Nas secções que se seguem, descrevo o teste experimental desenvolvido no âmbito deste trabalho e que resulta das correções que a aplicação do pré-teste permitiu.

---

<sup>32</sup> O 18.º participante não foi contabilizado por possuir uma língua materna que não o PE.

## 4.2 Amostra do teste

Neste trabalho experimental foram recolhidos dados de dois grupos: o grupo de adultos (também grupo de controlo) e o grupo de adolescentes, que se subdivide em sujeitos de 12 anos, sujeitos de 13 anos e sujeitos de 14 anos.

Em ambos os grupos, só foram analisados aqueles participantes cujos dados preenchiam a totalidade dos seguintes critérios: ter vivido sempre em Portugal, ter ambos os progenitores oriundos de Portugal, possuir como língua materna (só) o PE e não ter aprendido fora do âmbito escolar, até aos 5/6 anos de idade, outra(s) língua(s), para além do português.

À semelhança do pré-teste, todos os participantes, adultos e adolescentes, foram submetidos ao mesmo teste e cada participante respondeu a um total de 60 itens. Ao todo, foram consideradas 10 080 respostas de 168 participantes: um grupo de 83 adolescentes – composto por 31 sujeitos de 12 anos, 37 sujeitos de 13 anos e 15 sujeitos de 14 anos – e um grupo de 85 adultos. Abaixo apresenta-se a distribuição dos sujeitos por grupo, idade e sexo, contabilizando o total de participantes e de respostas.

Grupos	Intervalo de idades	Média de idades	Sexo masculino	Sexo feminino	N.º participantes	N.º itens de resposta
Adultos	[18-32]	20.6	14	71	85	5100
Adolescentes	[12-14]	12.8	40	44	83	5040
	➤ 12 anos		15	17	31	1860
	➤ 13 anos		16	21	37	2220
	➤ 14 anos		9	6	15	900

Tabela 10 - Distribuição de sujeitos por grupo, idade e sexo

### Grupo de adultos

Os dados do teste foram recolhidos em três turmas universitárias de 1.º ciclo com alunos de diferentes cursos de Letras da mesma faculdade. Numa das turmas foram considerados 15 informantes (para além destes, foram excluídos 3 informantes por não corresponderem ao perfil desejado e 1 por não ter preenchido parte do questionário). Na segunda turma, foram considerados 32 informantes (outros 5 foram eliminados por não

encaixarem no perfil linguístico). Na terceira turma, foram validados os 39 participantes que contribuíram para o teste. No total, foram considerados os dados de 85 adultos. Cada participante respondeu a 60 itens e, por isso, obtiveram-se 5100 respostas de sujeitos adultos.

### **Grupo de adolescentes**

As respostas ao teste foram produzidas também por um grupo de adolescentes. Os informantes desta faixa etária integravam na altura o 7.º ano ou o 8.º ano de escolaridade num colégio de perfil socioeconómico médio-alto da região de Lisboa. As recolhas realizaram-se em duas turmas de cada ano, em dois dias diferentes, um para cada ano de escolaridade. No conjunto das quatro turmas, obtiveram-se respostas de 117 informantes, 84 dos quais foram incluídos na amostra, depois de excluídos os que não cumpriam os critérios de inclusão. Cada participante respondeu a 60 itens e, por isso, obtiveram-se 5040 respostas de sujeitos adolescentes. Caracterizam-se, de seguida, os subgrupos etários que é possível identificar neste grupo maior.

#### 12 anos

Foram testados 45 adolescentes de 12 anos. À data, frequentavam o 7.º ano de escolaridade. Todos estavam autorizados a responder ao questionário e todos o preencheram. Excluíram-se, à partida, os dados de 14 informantes por não satisfazerem um ou mais critérios linguísticos. De 45 informantes desta faixa etária foram considerados os dados de **31 adolescentes** com 12 anos. Cada participante respondeu a 60 itens e, por isso, obtiveram-se 1860 respostas de adolescentes com 12 anos.

#### 13 anos

Já os adolescentes de 13 anos perfaziam um total de 51 sujeitos. Parte frequentava o 7.º ano, parte frequentava o 8.º ano. Foram excluídos 14 informantes que não preenchiam os requisitos linguísticos definidos. No final, de 51 participantes foram validados os testes de **37 adolescentes** com 13 anos por se enquadrarem no perfil linguístico requerido. Cada participante respondeu a 60 itens e, por isso, obtiveram-se 2220 respostas de sujeitos com 13 anos de idade.

### 14 anos

Por último, recolheram-se os dados de 20 adolescentes de 14 anos de idade. Entre estes, não foram considerados os dados de 5 deles por motivos linguísticos. Por essa razão, consideraram-se os dados de **15 adolescentes** de 14 anos. Cada participante respondeu a 60 itens e, assim, obtiveram-se 900 respostas de sujeitos com 14 anos de idade.

### 4.3 Procedimentos

No caso dos adolescentes, tratando-se de informantes menores, a recolha dos seus dados requereu uma conduta particular. Depois do contacto com a direção da escola, foi enviado para os encarregados de educação um pedido de autorização anexado a um folheto informativo em que se apresentava a descrição dos propósitos do estudo, a contextualização deste projeto, a sua calendarização e os procedimentos associados à tarefa.

A recolha dos dados dos vários grupos foi feita em diferentes dias. O grupo de adultos foi o primeiro grupo incumbido de resolver a tarefa. Mais tarde, responderam ao questionário os informantes do 8.º ano (13 e 14 anos) e, por último, o grupo do 7.º ano (12 e 13 anos).

Cada grupo de participantes dispôs de cerca de 30 minutos para resolver a tarefa. A investigadora esteve presente na aplicação da tarefa a todos os grupos, tal como pelo menos uma segunda pessoa responsável pelo grupo em causa, como um professor. No caso dos participantes adolescentes, a recolha foi feita também na presença do coordenador de ano escolar; os alunos mantiveram sempre a atenção. A investigadora dirigiu-se sempre a um local familiar para o grupo, como a sala de aula. Antes de preencherem o questionário, foi feita uma breve introdução, sem mencionar os objetivos do estudo, e foi lido e esclarecido o cabeçalho da tarefa. Na sessão com a primeira turma do 8.º ano, alguns alunos perguntaram o significado de certas palavras. Por essa razão, forneceu-se a todas as turmas subsequentes um glossário de expressões eventualmente obscuras, a saber: *apelativo*, *realismo*, *cubismo*, *impressionismo*, *presenciar*, *processo*, *memória de elefante*, *juízes do tribunal constitucional* e *juízes de primeira instância*. Note-se que o significado dos conceitos referidos não era essencial para responder à tarefa; os informantes tinham apenas de compreender que se tratava de noções diferentes que não estabelecem uma relação de inclusão entre si.

## 4.4 Teste

### 4.4.1 Estrutura

No teste, a preceder o questionário propriamente dito, existia um campo de informações pessoais e linguísticas que os participantes deveriam preencher (figura 1). Os elementos cedidos serviram para traçar o perfil linguístico de cada informante e selecionar uma amostra homogénea.

#### INFORMAÇÕES PESSOAIS

Idade: \_\_\_\_\_  
Sexo: \_\_\_\_\_  
Língua materna: \_\_\_\_\_  
Falante monolíngue/ bilíngue: \_\_\_\_\_  
Habilitações académicas: \_\_\_\_\_  
Profissão: \_\_\_\_\_

*Figura 3 - Campo de informações pessoais do questionário a preencher pelos informantes adultos*

Note-se que o pedido de informações pessoais foi ajustado no formulário entregue aos adolescentes, apresentando-se as questões em linguagem simplificada:

#### INFORMAÇÕES LINGUÍSTICAS

Sexo: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Ano de escolaridade: \_\_\_\_\_  
Qual foi a primeira língua que aprendeste a falar? \_\_\_\_\_  
Até aos 5/6 anos que línguas aprendeste a falar? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Que línguas se falam em tua casa? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Viveste sempre em Portugal? \_\_\_\_\_  
Se não, onde e com que idade? Idade \_\_\_\_\_ País \_\_\_\_\_  
Em que país nasceram os teus pais?  
Pai \_\_\_\_\_ Mãe \_\_\_\_\_

*Figura 4 - Campo de informações pessoais do questionário a preencher pelos informantes adolescentes*

Abaixo do campo de informações pessoais por preencher, seguiam as instruções da tarefa. A redação do questionário entregue aos participantes adultos (figura 3) sofreu alterações ligeiras ao nível da formalidade da interação investigador-informante.

## **INSTRUÇÕES**

Para cada frase são apresentadas duas continuações. Diga se considera adequada cada uma das continuações, optando por *sim* ou por *não* na coluna indicada.

Nota: é possível aceitar ambas, aceitar uma e rejeitar outra, ou rejeitar ambas.

*Figura 5 - Instruções da tarefa*

Na sequência do pedido de informações pessoais e do cabeçalho com as instruções, apresentou-se a tarefa propriamente dita: um teste de aceitabilidade, construído para avaliar a interpretação da CN. O teste consiste num conjunto de **30 frases**, cada uma com **2 continuações possíveis**, perfazendo um total de **60 itens por participante**. As duas continuações correspondem a dois contextos possíveis para a frase principal, contextos esses que por sua vez são possíveis em interpretações diferentes das frases. Considerando cada uma dessas frases, os informantes deveriam aceitar ou recusar cada continuação da frase apresentada, optando ou por *sim*, ou por *não*, respetivamente, no campo para o efeito. Os informantes estariam assim a avaliar duas interpretações (no caso dos itens de teste, NP ou CN) para cada frase, sendo cada uma dessas interpretações o que neste trabalho se tomará como itens.

As 30 frases e as 2 continuações de cada frase foram aleatorizadas, isto é, a leitura de CNT não corresponde sempre à alínea a), nem sempre à alínea b), e o mesmo se passa com a leitura de NP. Dessas 30 frases, 12 são distratores, não relevando para este estudo em particular. Justifica-se a existência de distratores, por um lado, para que o leitor não descodifique o objetivo do teste durante a sua realização e, por outro, para que descanse e pense com mais clareza, ao variar o tipo de estruturas em apreciação. No caso das frases distratoras, em metade dessas frases, está em causa a ambiguidade de escopo desencadeada por *só* e, na restante metade, testa-se a ambiguidade desencadeada por *todos*, como se exemplifica abaixo.

**4. A cabeleireira só faz tranças às suas clientes.**

- a. Nunca faz tranças às suas filhas.
- b. Nunca lhes faz um rabo de cavalo.

sim/não

*Figura 6 - Item distrator, desencadeado pelo advérbio 'só'*

**9. Todos os químicos desejam um prémio.**

- a. Na verdade, desejam o mesmo prémio, o Prémio Nobel (da Química).
- b. Não são muito exigentes, cada um deles deseja obter um prémio qualquer.

sim/não

*Figura 7 - Item distrator, desencadeado pelo quantificador 'todos'*

As 18 frases restantes são **frases que suportam itens que permitem avaliar a leitura de CN e NP em diferentes contextos**. Das 18 frases, **6** são de **CN simples** e funcionam neste teste como itens de controlo, pretendendo estabelecer a leitura de CN em frases simples. A seleção deste tipo de construções, como a abaixo apresentada, tem, por isso, como principal propósito aferir se os informantes do PE compreendem a CN no seu nível mais básico, sobretudo na ausência de um estudo experimental que o comprove. São, portanto, itens de controlo neste teste.

**10. A cabeleireira não diz nenhum elogio.**

- a. Põe defeitos em todos os cabelos.
- b. Ontem gabou o cabelo da D. Manuela.

sim/não

*Figura 8 - Item de teste para CN simples*

Assim, no tratamento posterior dos dados atentou-se, primeiramente, nas interpretações das frases simples. A fim de garantir que os participantes que ajuizavam sobre as estruturas complexas compreendiam estruturas de CN, só se analisaram os dados de CNT daqueles participantes (adultos e adolescentes) que identificaram a CN simples em mais de metade das frases-teste simples.

Finalmente, **12** das frases incluídas no teste são **frases complexas**, o foco deste trabalho, suportando, portanto, os itens de teste neste trabalho. Estas frases são em mesmo número que os distratores. Sublinhou-se na instrução prévia (no cabeçalho do enunciado, mas também na explicação oral) que os informantes poderiam aceitar ambas as continuações, recusar ambas as continuações ou aceitar uma continuação e recusar a

outra, fazendo o possível para não deixar itens sem resposta. É justamente no caso das frases de CNT que esta informação mais releva, se nos recordarmos de que algumas das estruturas deste tipo têm, pelo menos teoricamente, duas interpretações (cf. capítulo 2.4). De forma a ativar mais facilmente a possibilidade de escolha de duas interpretações, os itens distratores, centrados na avaliação de estruturas com ‘só’ ou com ‘todos’, são também ambíguos (veja-se, acima, as figuras 4 e 5). Os itens que testam CNT neste teste contêm uma expressão autonegativa na oração encaixada e um operador de negação oracional na oração subordinante. Para cada frase, apresenta-se uma continuação que se espera que legitime uma leitura de CN, i.e., a expressão autonegativa da frase-matriz corresponde a ‘pelo menos um N’, e outra continuação que justificará uma interpretação de NP, i.e., a expressão autonegativa da frase-matriz equivale a ‘zero N’ (cf. Figuras 7 e 8).

**15. A cabeleireira não diz que nenhum penteado fica bonito.**

- a. Ela não é muito simpática.
- b. Para ela, todos têm a sua beleza particular.

sim/não

*Figura 9 - Item de teste para CNT*

**3. O electricista não esquece que nenhuma ferramenta cabe na caixa.**

- a. E vai, de seguida, comprar uma caixa muito maior.
- b. Começa, então, a tentar pô-las lá.

sim/não

*Figura 10 - Item de teste para CNT*

Ainda que, para cada frase, se forneça uma continuação que favorece a interpretação de CNT e outra que favorece a interpretação de NP, no tratamento da ambiguidade, para além das normas de funcionamento da língua, há que ter em consideração outros princípios que norteiam o uso da língua, como princípios da Pragmática. Para o caso, releva o *princípio da cooperação*<sup>33</sup> (Grice, 1975), consubstanciado por *máximas conversacionais*<sup>34</sup> (Grice, 1975), entre as quais a *máxima do modo*, que preconiza a clareza e evita a ambiguidade. Assim, o interlocutor

<sup>33</sup> Segundo este princípio, o locutor deve expressar-se de forma explícita e completa de modo a ser bem interpretado pelo seu interlocutor.

<sup>34</sup> As máximas conversacionais descrevem a regular interação conversacional. Para além da máxima do modo, entre as máximas conversacionais encontramos a máxima da qualidade, a máxima da quantidade e a máxima da relevância.

pressupõe que a ambiguidade não é uma característica do discurso que recebe. Consequentemente, é de esperar que o interlocutor privilegie apenas uma leitura, que resultará da interpretação abstratamente mais provável e da interpretação mais provável no contexto em causa. Crê-se que, apresentando duas continuações da frase, seja mais provável que os falantes reconheçam a ambiguidade do que (i) perante uma frase isolada em que o leitor tem de criar dois contextos antagónicos de plausibilidade ou (ii) perante um só contexto que restringe o número de sentidos que a expressão pode ter.

#### 4.4.2 Condições e Verbos

Para obter resultados fidedignos, foi crucial controlar diferentes variáveis na construção das estruturas apresentadas. Nesta secção, apresentam-se apenas as condições que dizem respeito às frases-teste complexas.

Em termos estruturais, todas as frases-teste são **frases subordinadas completivas** finitas introduzidas pela conjunção *que*.

No que à negação diz respeito, escolheu-se, para todas as estruturas, **‘não’** como **operador negativo** da oração subordinante (sempre em posição pré-verbal), por ser claramente o mais simples e o mais frequente no discurso, e duas variantes alternativas de expressão autonegativa na oração subordinada: uma variante genérica e com restrição lexical, **‘nenhum N’**, e outra variante aplicável somente a pessoas, **‘ninguém’**. Cada expressão surge em igual número no teste: há 9 frases com **‘nenhum N’** (6 complexas e 3 simples) e 9 frases utilizando o advérbio **‘ninguém’** (6 complexas e 3 simples). Havendo 12 frases complexas, 2 com cada verbo, houve a preocupação de 1 frase por verbo ocorrer com **‘ninguém’** e outra com **‘nenhum N’**. Das 6 frases simples, metade ocorre com **‘ninguém’** e as outras 3 frases ocorrem com **‘nenhum N’**. Garantiu-se, além disso, que a expressão autonegativa ocorria sempre **em posição pré-verbal e com função sintática de sujeito** da oração encaixada.

Construída a estrutura base da frase-teste, uma frase completiva com negação oracional na oração subordinante e uma expressão autonegativa na oração subordinada, pensou-se nas **propriedades do verbo principal** – o elemento que faz variar as interpretações dos falantes, de acordo com a hipótese 2 (cf. capítulo 3).

Em primeiro lugar, e para testar a hipótese 2, é necessário controlar as propriedades de **monotonia** do predicado matriz. Assim, optou-se por testar o tipo de monotonia do predicado com que se antecipa uma leitura de CNT, pelo que se

selecionaram predicados monótonos crescentes, por se prever que com estes a leitura em causa seria legitimada. Também os predicados não monótonos foram incluídos no estudo por, de acordo com Peres (1994), revelarem *heterogeneidade de comportamento*, ainda que com *tendência para o bloqueio*. Considerando que, segundo o mesmo autor, não se espera que haja legitimação da CNT com predicados monótonos decrescentes (como *duvidar, negar, ser difícil, surpreender* ou *assustar*) e que o foco desta tese é atentar nas estruturas que permitem uma interpretação existencial, excluiu-se deste teste este tipo de predicados.

Não obstante, prevê-se que haja grandes diferenças de interpretação nas frases em que figuram predicados monótonos crescentes, em função das suas características de **epistemicidade**. Importa, assim, considerar também esta propriedade e subcategorizar os predicados monótonos crescentes em epistémicos e em não epistémicos. Peres (1994) sugere que os predicados monótonos crescentes não epistémicos legitimem a CNT, mas que os monótonos crescentes epistémicos bloqueiem esta leitura. As propriedades de monotonia e epistemicidade constituem as diferentes condições definidas para o teste: monótono crescente e epistémico; monótono crescente e não epistémico; não monótono e epistémico. Estas três condições permitem observar o efeito combinado e também isolado de cada um dos fatores (monotonia e epistemicidade) que se espera poderem influenciar a possibilidade de CNT.

Secundariamente, além das propriedades de monotonia e de epistemicidade, contempladas na hipótese 2 deste estudo (cf. cap. 3), foram também tidas em consideração as variáveis **factividade** e **veridicidade**, apresentando-se, no teste, tanto predicados factivos como predicados não factivos e tanto predicados verídicos como predicados não verídicos, variando as combinações destas propriedades. Assim, observemos quais os verbos utilizados neste teste e as suas propriedades.

Predicado	Propriedades do predicado			
<i>Saber</i>	MON↑	EPIST	FACT	VERID
<i>Compreender</i>	MON↑	EPIST	FACT	VERID
<i>Conseguir</i>	MON↑	– EPIST	– FACT	VERID
<i>Querer</i>	MON↑	– EPIST	– FACT	– VERID
<i>Dizer</i>	– MON	EPIST	– FACT	VERID
<i>Esquecer</i>	– MON	EPIST	FACT	VERID

Tabela 11 - Propriedades semânticas dos verbos selecionados para o teste

Em suma, foram seleccionados 6 verbos, equilibrados em número, sobretudo, em função das suas propriedades de monotonia e epistemicidade correlacionadas: 2 verbos não monótonos (ambos verídicos, um factivo e outro não factivo), 2 verbos monótonos crescentes epistémicos (ambos factivos e verídicos) e 2 verbos monótonos crescentes não epistémicos (um verídico e não factivo e outro não verídico e não factivo). Sem relacionar as variáveis, seleccionaram-se, ao todo, 4 verbos monótonos crescentes e 2 verbos não monótonos, 4 verbos epistémicos e 2 verbos não epistémicos, 3 verbos factivos e 3 verbos não factivos e, por fim, 5 verbos verídicos e 1 verbo não verídico. Não sendo fácil encontrar verbos com todas as combinações, garantiu-se, pelo menos, que todas as propriedades estariam representadas e da forma mais equilibrada possível. Assim, num total de 12 frases complexas, construíram-se 2 frases com cada um dos 6 verbos, isto é, cada verbo ocorre 2 vezes na secção das frases-complexas do teste. No caso das frases simples, num total de 6 frases, cada um dos 6 verbos ocorreu numa frase, isto é, cada verbo ocorreu 1 vez nas frases-simples do teste. Note-se que foram usados os mesmos verbos nas frases-teste simples e nas orações matriz das frases-teste complexas. Assim, no total, cada verbo está representado no teste 3 vezes.

Abaixo apresentam-se, esquematizadas em tabela, as condições de estruturação do teste, inclusive a quantidade de frases-matriz e de itens frásicos em teste por verbo<sup>35</sup>.

Condição	Outros fatores	Verbos	N.º Frases	N.º itens
<b>A. Monótona crescente epistémica</b>	[FACT]	<i>Compreender</i>	2	4
	[VERID]	<i>Saber</i>	2	4
<b>B. Monótona crescente não epistémica</b>	[– FACT] [–VERID]	<i>Querer</i>	2	4
	[– FACT] [VERID]	<i>Conseguir</i>	2	4
<b>C. Não monótona epistémica</b>	[FACT] [VERID]	<i>Esquecer</i>	2	4
	[– FACT] [VERID]	<i>Dizer</i>		

Tabela 12 - Condições de estruturação do teste aplicado aos grupos definitivos

O **tempo e o modo verbais** foram também controlados. Na oração subordinante, o verbo está sempre no presente do indicativo. Já os verbos apresentados na oração subordinada ocorrem em tempos e modos verbais distintos, de acordo com restrições sintáticas e semânticas impostas pelo verbo da subordinante: o verbo surge quase sempre no presente do modo conjuntivo ou do modo indicativo e, apenas num caso, no pretérito imperfeito do modo indicativo<sup>36</sup>.

Importa ainda que todos os verbos utilizados sejam **acessíveis e frequentes** no discurso de adolescentes e adultos. A compreensão do seu significado é indispensável para o entendimento da própria tarefa e para um desempenho fiável. Assim, considerando o elenco de verbos que preenchem todas as condições, não foram incluídos aqueles cujo significado poderia ser menos familiar aos adolescentes (*tencionar*), verbos de transporte (elevação) da negação – VTN (*gostar* ou *acreditar*),

<sup>35</sup> Recorde-se que o teste de aceitabilidade dizia respeito a itens frásicos, isto é, a continuações de frases-matriz e que havia 2 itens frásicos/continuações para cada frase-matriz.

<sup>36</sup> Optou-se pelo pretérito imperfeito do modo indicativo por se tratar do verbo *esquecer* em referência a uma situação passada.

verbos com mais de uma aceção (*aceitar*) ou predicados como *ser difícil*, *ser preciso*, *ser urgente* e *ser verdade*.

Por último, no desenho do teste, houve ainda uma preocupação com o conteúdo do teste, nomeadamente, através da construção de frases em torno da mesma temática, tendo em consideração sobretudo os informantes mais jovens. Optou-se pelo tema das profissões por ser próximo do quotidiano de todos. Espera-se que a existência de um tópico unificador das frases torne o teste mais lúdico e, por essa razão, também menos cansativo para os participantes.

#### **4.4.3 Tarefa**

Cada uma das 30 frases exhibe a estrutura em estudo, i.e., uma frase completiva com o operador de legitimação frásica ‘não’ na primeira oração e uma expressão autonegativa (‘nenhum N’ ou ‘ninguém’) em posição de sujeito na oração encaixada. Na subordinante, ocorre 1 dos 6 predicadores verbais possíveis – *esquecer*, *querer*, *conseguir*, *dizer*, *saber* ou *querer* –, que partilham propriedades semânticas potencialmente responsáveis por uma interpretação de CNT da frase. Uma das duas continuações dadas para a frase principal fornece um contexto que legitima pragmaticamente a interpretação de CNT e que, de forma rápida, se irá designar por ‘continuação de CNT’. A outra continuação, por sua vez, justifica uma interpretação de NP (NP) e, por essa razão, será referida, de modo abreviado, por ‘continuação de NP’. O informante tem como tarefa aceitar/rejeitar cada uma das continuações, através de uma resposta *sim/não*, respetivamente, podendo aceitar ambas as continuações, rejeitar ambas as continuações ou aceitar uma das continuações e rejeitar a outra.

## 4.5 Tratamento dos dados

Todos os dados, inclusive os dados daqueles informantes que não preenchiam os critérios de inclusão deste trabalho, foram registados numa folha de Microsoft Excel. Nessa folha, os dados foram organizados, ordenados e filtrados pelas variáveis relevantes.

Com os dados organizados e as informações pessoais e linguísticas dos respetivos informantes, foram selecionados para análise apenas os dados daqueles informantes que reconheceram a CN na sua forma mais básica, isto é, a CN em frases simples. A CN simples é, naturalmente, menos complexa do que a CNT, mas um pré-requisito para a sua compreensão. Este procedimento foi importante para determinar que informantes deveriam ser incluídos na análise da CNT. Optou-se, assim, por excluir desta análise aqueles informantes que legitimaram uma leitura de CN em apenas metade ou menos das frases simples, isto é, em 3 (ou menos) das 6 frases-teste simples apresentadas. Os sujeitos excluídos estão identificados na legenda do gráfico abaixo por ‘ $\leq 3/6$ ’.

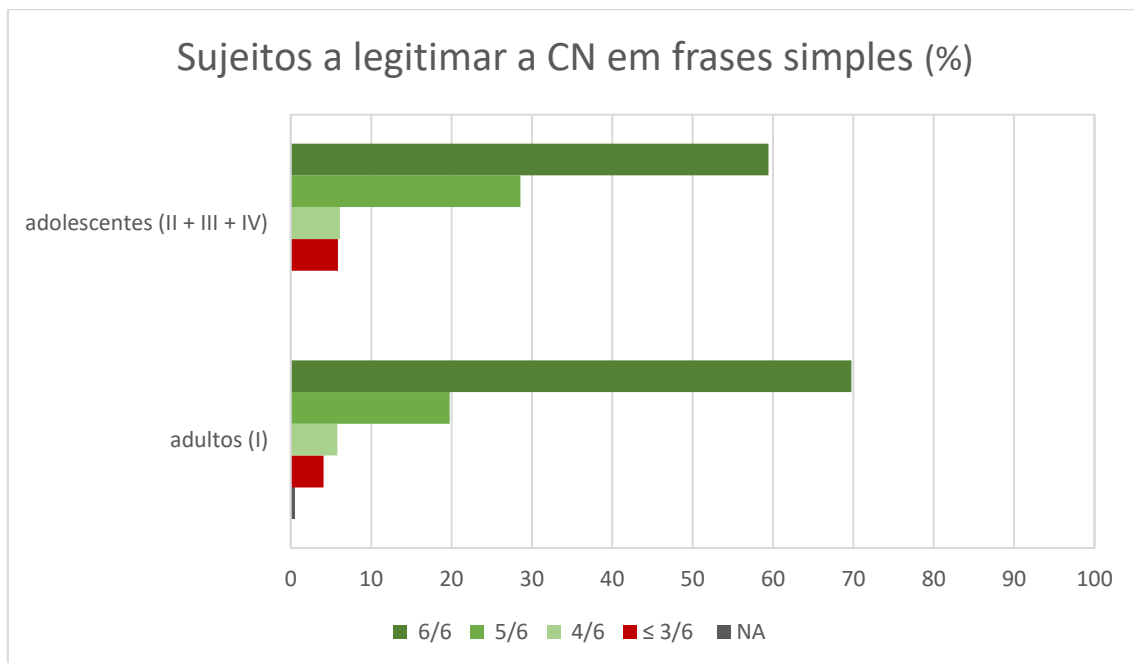


Gráfico 1 - Percentagem de sujeitos por macrogrupo a legitimar a CN em  $\leq 3/6$ , 4/6, 5/6 e 6/6 frases simples

Verifica-se que a maioria dos informantes (94,5%) reconhece CN em frases simples e mais de metade dos sujeitos (65%) reconhece CN mesmo em todas as frases apresentadas. Por não terem reconhecido CN simples em pelo menos metade das frases-teste, foram excluídos da análise da CNT 9 dos 168 informantes com perfil linguístico adequado: 4 adultos (5%)<sup>37</sup> e 5 adolescentes (6%) – 4 dos quais com 12 anos e 1 com 14 anos. Assim, os resultados das interpretações de CNT, que se apresentam no próximo capítulo, baseiam-se apenas nos dados dos seguintes grupos de informantes:

<b>Grupos</b>	<b>N.º informantes válidos p/ CNT</b>
<b>Adultos</b>	81
<b>Adolescentes</b>	78
<b>12 anos</b>	27
<b>13 anos</b>	37
<b>14 anos</b>	14
<b>Total</b>	159

*Tabela 13 - Distribuição por grupo de informantes válidos para a análise de CNT*

Selecionados os sujeitos cujos dados relevam para a análise deste estudo, arrumaram-se em tabelas os resultados numéricos resultantes dos cálculos gerados e materializaram-se em gráficos, por forma a visualizar a informação.

No que diz respeito ao tratamento dos resultados, optou-se por organizá-los por grupo e por condição. Por grupo, dividindo os sujeitos em

- grupo I, de informantes adultos,
- grupo II, de sujeitos de 14 anos,
- grupo III, de sujeitos de 13 anos e
- grupo IV, de sujeitos de 12 anos.

Sempre que relevante, estes quatro grupos estão associados em dois macrogrupos:

- o macrogrupo dos Adultos, que coincide com o grupo I, formado pelos informantes adultos, e

---

<sup>37</sup> Este valor resulta de uma soma dos sujeitos que reconhecem a CN em 3 de 6 frases simples ( $\leq 3/6$ ) e dos sujeitos cujas respostas não foram consideradas válidas ('NA').

- o macrogrupo dos Adolescentes, constituído pelos sujeitos de 14 anos (grupo II), 13 anos (grupo III) e 12 anos (grupo IV).

Os resultados são também apresentados por condição. A condição resulta da interação entre as propriedades de monotonia e de epistemicidade do predicado matriz. Assim,

- a condição A) = predicados monótonos crescentes epistémicos,
- a condição B) = predicados monótonos crescentes não epistémicos,
- a condição C) = predicados não monótonos epistémicos.

Sempre que relevante, explora-se também o papel da factividade e da veridicidade.

A apresentação dos resultados obtidos, por grupo e por condição, dará tema ao próximo capítulo, o capítulo 5.

## 5. RESULTADOS

Depois de apresentados, no capítulo anterior, a metodologia, o teste experimental e o tratamento dos dados, neste quinto capítulo exibem-se os resultados do teste.

Para avaliar a legitimação da leitura de CNT, atentou-se apenas nos resultados da continuação de CNT, isto é, da leitura que atribui à expressão autonegativa da frase-matriz um significado positivo (equivalente a ‘algum N’/‘alguém’). Por a NP não ser, *per se*, um objeto deste trabalho, a continuação correspondente a esta leitura não será analisada por si mesma, apenas contribuindo para a avaliação dos casos em que os enunciados foram considerados ambíguos pelos falantes. Os resultados da legitimação da leitura de CNT serão exibidos, de modo geral (5.1), por macrogrupo (5.2) e por condição (5.3).

Nas tabelas e gráficos dos resultados, apresenta-se a taxa de legitimação da leitura de CNT, uma vez que o objetivo é perceber se os sujeitos legitimam a interpretação de CNT e em que condições. A **taxa de legitimação de CNT corresponde à percentagem de respostas ‘sim’ à continuação de CNT (TOTAL CNT)**: parte corresponderá a uma aceitação exclusiva dessa leitura (*CNT EXCL*) e outra parte à aceitação cumulativa de uma leitura de CNT e de NP (*AMB*). O quadro abaixo esclarece o significado das siglas usadas para designar os tipos de resultados apresentados.

Siglas	Significado
TOTAL CNT	Percentagem <b>total de aceitação</b> da continuação que confere à expressão autonegativa da frase-matriz uma leitura de CNT
CNT EXCL	Percentagem de <b>aceitação exclusiva</b> da continuação que confere à expressão autonegativa da frase-matriz uma leitura de CNT, isto é, o falante não aceita a continuação de NP para a mesma frase-matriz
AMB	Percentagem de <b>aceitação cumulativa</b> da continuação de CNT e da continuação de NP de uma frase-matriz, isto é, o falante considera essa frase <b>ambígua</b>

Será de referir que os valores apresentados neste capítulo se encontram arredondados às unidades para facilitar a leitura dos dados e permitir uma comparação de variáveis mais imediata.<sup>38</sup>

Observe-se, em primeiro lugar, os resultados gerais do teste.

---

<sup>38</sup> Assim se justifica que, raras vezes, a soma dos valores de AMB e dos valores de CNT EXCL apresentados não perfaça com exatidão o total de CNT. No entanto, no máximo, essa discrepância é de 1%, a precisão possível com um arredondamento às unidades.

## 5.1 Resultados gerais

Nesta secção, pretende-se cruzar os dados de todos os grupos com os dados de todas as condições para descrever globalmente a aceitação de uma leitura de CNT. Com a exibição dos resultados gerais do teste experimental, será possível confirmar ou infirmar, posteriormente (cf. capítulo 6), a hipótese 1 e a hipótese 2 deste trabalho.

Na tabela 14 e no gráfico 2, pode consultar-se a percentagem de frases-matriz em que se legitimou a continuação que atribui à frase uma interpretação de CNT (**TOTAL de CNT**), por condição (propriedade verbal) e por grupo (etário).

CONDIÇÕES		A. Monótonos crescentes epistémicos	B. Monótonos crescentes não epistémicos	C. Não monótonos epistémicos	Média
<b>TOTAL CNT</b>	<b>I. ADT</b>	23%	89%	30%	<b>47%</b>
	<b>II. 14</b>	24%	86%	34%	<b>48%</b>
	<b>III.13</b>	17%	93%	33%	<b>48%</b>
	<b>IV. 12</b>	17%	82%	40%	<b>46%</b>
	<b>Média</b>	<b>20%</b>	<b>88%</b>	<b>34%</b>	<b>48%</b>

Tabela 14 - Percentagem total de CNT por condição e por grupo

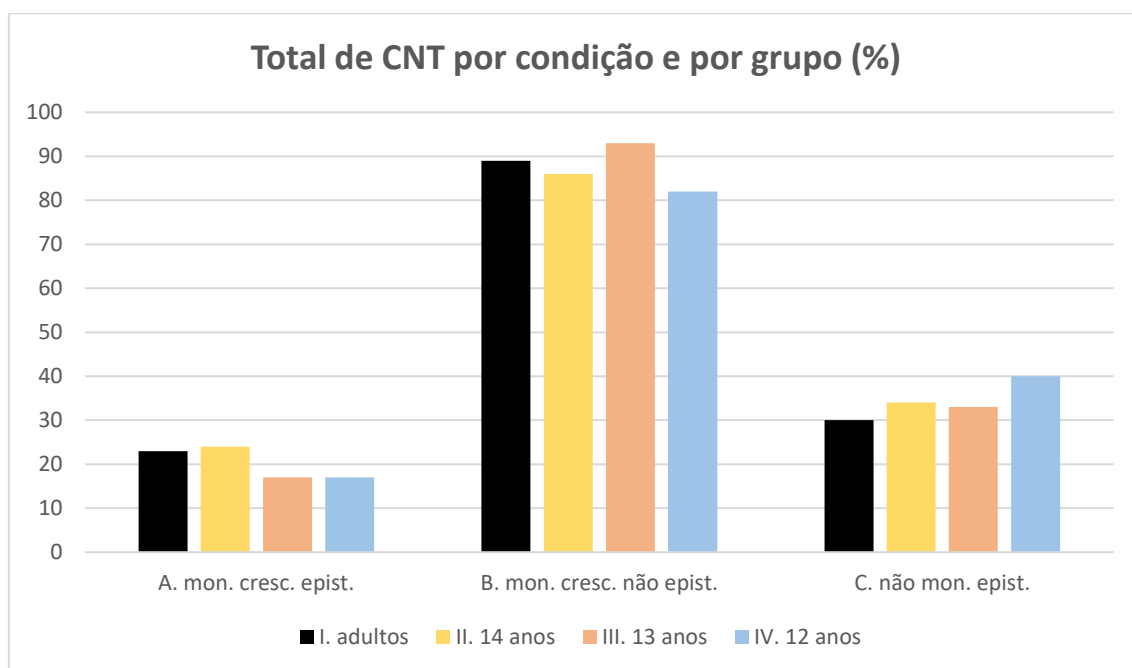


Gráfico 2 - Percentagem total de CNT por condição e por grupo

Em primeiro lugar, pode observar-se que **todos os grupos reconhecem** a CNT em alguma condição. A legitimação de uma interpretação de CNT atinge mesmo percentagens perto dos 90%, em determinados contextos.

Contrastando os valores dos grupos, não se verificam grandes disparidades entre o desempenho das quatro faixas etárias, distando entre si, no máximo, 10% dentro de cada condição.

Já a **discrepância de percentagens entre condições** é notória, uma vez que o espectro de variação dos valores de CNT dos grupos oscila entre 17% e 93%. Confirma-se, portanto, que a atribuição de uma leitura de CNT varia em função das propriedades do predicado da oração matriz, pelo menos em função da sua combinação de monotonia e de epistemicidade. É com os **predicados monótonos crescentes não epistémicos** (condição B) que se registam os valores de legitimação de CNT mais elevados (88%), tal como esperado, face a 34% nos predicados não monótonos epistémicos (condição C) e a 20% de aceitação da CNT nos predicados monótonos crescentes epistémicos (condição A).

Para complementar a análise dos resultados da CNT, serão comparados os resultados de cada um dos verbos incluídos em cada condição. Visto que há poucas diferenças nos valores de aceitação da CNT entre os grupos testados, na próxima tabela e no próximo gráfico, os dados do grupo II, III e IV serão compactados no macrogrupo dos adolescentes. Veja-se, abaixo, os resultados gerais da CNT por predicador e por macrogrupo. Na tabela 15, os predicadores localizam-se abaixo da respetiva condição de teste.

TOTAL CNT	CONDIÇÕES	A. Monótonos crescentes epistémicos		B. Monótonos crescentes não epistémicos		C. Não monótonos epistémicos	
	Predicados	<i>saber</i>	<i>compreender</i>	<i>conseguir</i>	<i>querer</i>	<i>dizer</i>	<i>esquecer</i>
	adultos	32%	15%	85%	94%	43%	16%
adolescentes	27%	12%	86%	88%	54%	18%	

Tabela 15 - Percentagem total de legitimação da CNT por predicado e por macrogrupo

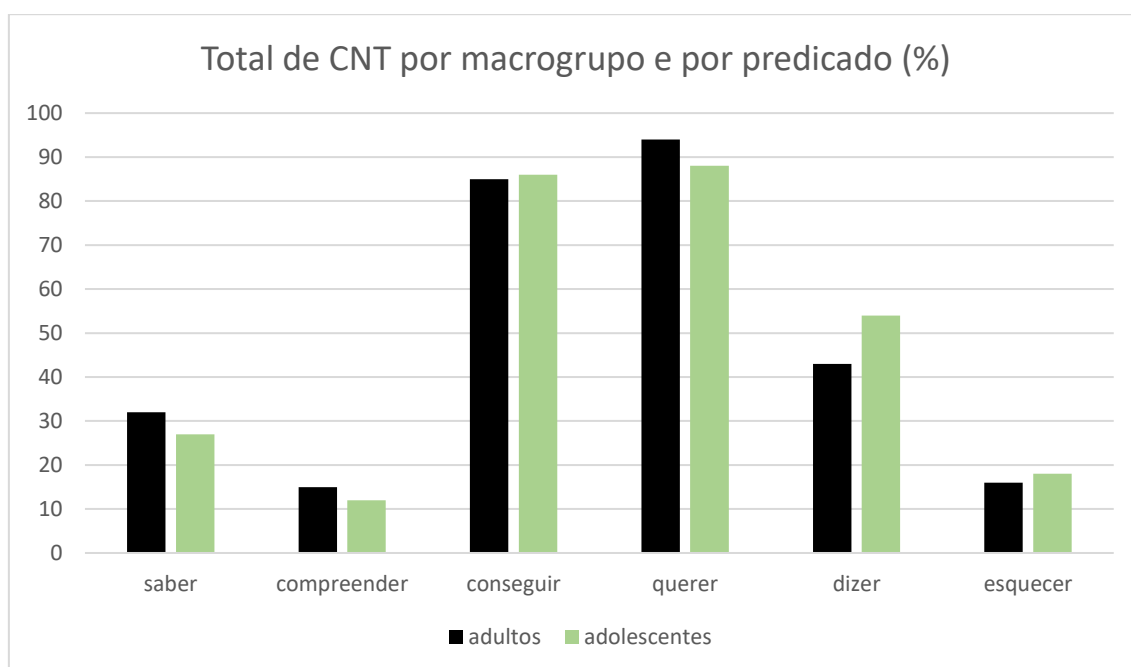


Gráfico 3 - Percentagem total de legitimação da CNT por predicado e por macrogrupo

Como mostra o gráfico 3, **os verbos que mais legitimam a leitura de CNT** são *querer* (85/86%) e *conseguir* (94/88%), ambos predicados monótonos crescentes não epistémicos, correspondendo justamente a uma das condições em teste, a condição B. Já os **predicados que obtêm valores mais baixos** de legitimação da CNT, *esquecer* e *compreender*, não pertencem à mesma condição de teste. Partilham o facto de serem epistémicos, mas diferem nas suas características de monotonia. Com o verbo *dizer*, por sua vez, os informantes fazem uma interpretação de CNT em, aproximadamente, metade dos itens (43% a 54%). Já o verbo *saber* junta-se aos verbos *esquecer* e

*compreender* na lista de verbos testados que menos legitimam a CNT (embora, em comparação com estes dois últimos exiba resultados de aceitação mais elevados).

Na secção seguinte, procura-se uma compreensão mais aprofundada da aceitação da leitura de CNT.

## **5.2 Para uma melhor descrição do tipo de legitimação da CNT: leituras ambíguas e não ambíguas por macrogrupo e por grupo**

Os dados apresentados nesta secção pretendem contribuir para a compreensão dos casos de aceitação de CNT, apurando a existência de reconhecimento de ambiguidade. Para tal, primeiramente, exibem-se os valores de ambiguidade (AMB) por grupo e por condição e, de seguida, comparam-se os valores de legitimação de uma leitura ambígua (AMB) com os valores de aceitação de uma leitura exclusiva de CNT (CNT EXCL) no cômputo da CNT (TOTAL de CNT) por predicado e em cada macrogrupo. Os resultados relativos à aceitação da CNT no macrogrupo de informantes adultos mostram-se na secção 5.2.1 e os resultados do macrogrupo de informantes adolescentes na secção 5.2.2

Atente-se, então, nos resultados da aceitação de uma leitura ambígua (AMB) entre uma interpretação de CNT e uma interpretação de NP, por condição e, novamente, por grupo para dar conta de eventuais diferenças etárias. A este propósito, veja-se a tabela 16 e o gráfico 4:

CONDIÇÕES		A. Monótonos crescentes epistémicos	B. Monótonos crescentes não epistémicos	C. Não monótonos epistémicos	Média
AMBIGUIDADE	I. ADT	10%	8%	14%	10%
	II. 14	7%	7%	7%	6%
	III. 13	6%	4%	14%	8%
	IV. 12	7%	6%	19%	11%
	Média	8%	7%	14%	9%

Tabela 16 - Percentagem de legitimação de ambiguidade entre uma leitura de CNT e uma leitura de NP por condição e por grupo

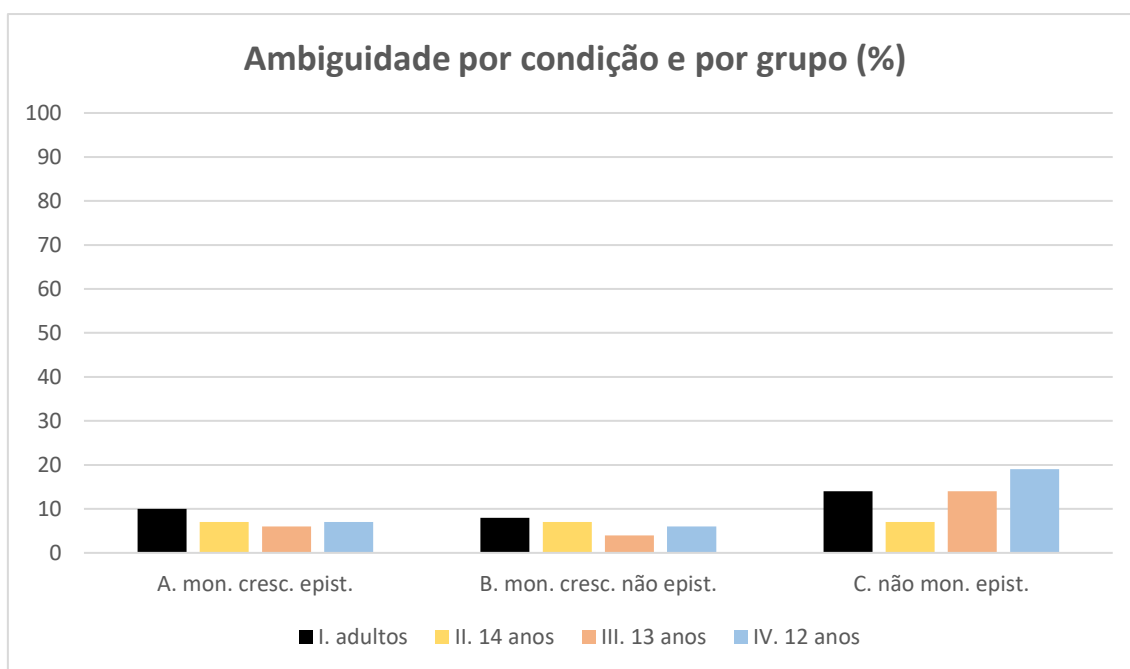


Gráfico 4 - Percentagem de legitimação de ambiguidade entre uma leitura de CNT e uma leitura de NP por condição e por grupo

Como é possível notar no gráfico acima, de modo geral, **a ambiguidade é pouco reconhecida**, nunca obtendo valores de aceitação superiores a 20%. Ainda assim, a condição que corresponde a **predicados não monótonos epistémicos** alcançou os valores mais altos de legitimação em todos os grupos. No que diz respeito à variação etária, não há um grupo de falantes que apresente valores de reconhecimento de ambiguidade consistentemente mais altos ou mais baixos.

Comparem-se, agora, os resultados de ambiguidade com os resultados de uma leitura exclusiva de CNT. Primeiramente, observe-se a *performance* dos adultos com cada predicado testado na tabela 17 e no gráfico 5.

CONDIÇÕES		A. Monótonos crescentes epistêmicos		B. Monótonos crescentes não epistêmicos		C. Não monótonos epistêmicos	
grupo	predicados	<i>Saber</i>	<i>Compreender</i>	<i>Conseguir</i>	<i>Querer</i>	<i>Dizer</i>	<i>Esquecer</i>
ADULTOS	AMB	14%	5%	10%	5%	15%	12%
	CNT EXCL	18%	10%	75%	89%	28%	4%
	TOTAL CNT	32%	15%	85%	94%	43%	16%

Tabela 17 - Percentagem de legitimação no macrogrupo dos adultos de uma leitura ambígua entre CNT e NP e de uma leitura exclusiva de CNT por predicado

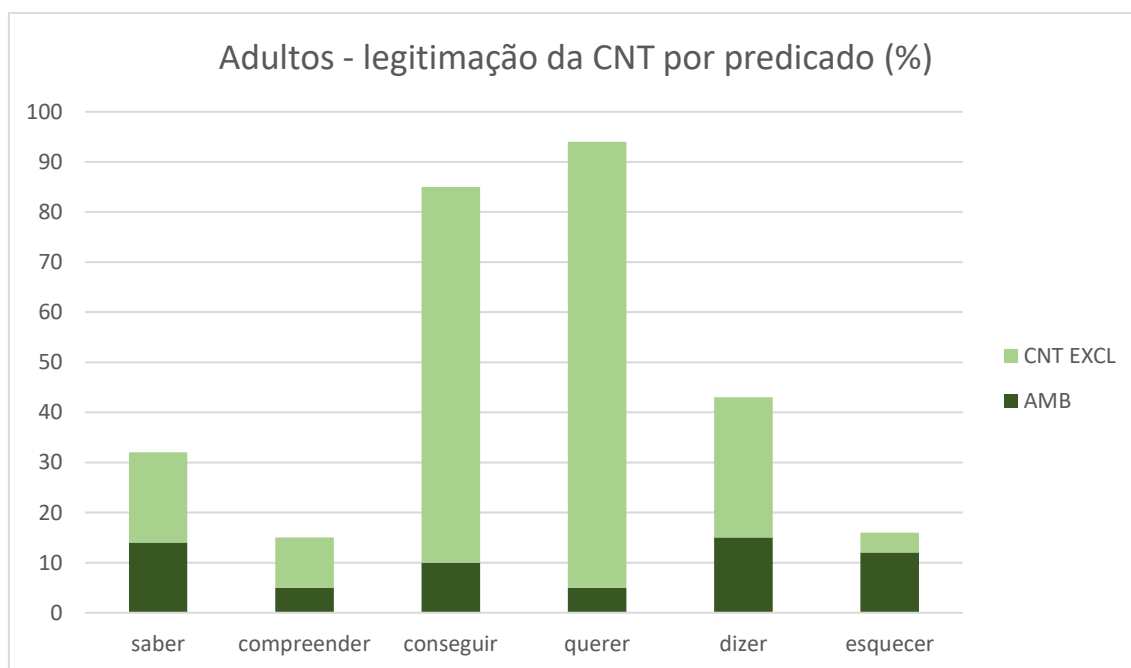


Gráfico 5 - Percentagem de legitimação no macrogrupo dos adultos de uma leitura ambígua entre CNT e NP e de uma leitura exclusiva de CNT por predicado

Ponderando os valores de legitimação da interpretação de ambiguidade e os valores da interpretação de CNT exclusiva no cômputo total da legitimação de CNT, é notório que os valores de **CNT exclusiva pesam muito** mais do que a leitura de AMB. Ou seja, quase sempre que os falantes aceitam a leitura de CNT, não aceitam a leitura alternativa de NP, o que, como dito, se pode dever ao facto de os falantes, em geral, preferirem optar por uma só leitura.

No caso dos adultos, uma maioria de interpretações de CNT exclusiva é observada **com quase todos os verbos**. Destaque para o verbo *saber*, cujos valores de ambiguidade e de CNT exclusiva se aproximam percentualmente (14% e 16%, respetivamente) e ainda para o verbo *esquecer*, o único que revela mais aceitação de uma interpretação ambígua entre CNT e NP do que de uma leitura exclusiva de CNT. Note-se que **o reconhecimento de ambiguidade é mais reduzido nos contextos em que a legitimação da CNT é maior**, como no predicado *querer*, e é mais elevado nos predicados em que há menos aceitação da CNT, como sucede com os predicados *esquecer*, *saber* e *dizer*. Só o verbo *compreender* se desvia deste padrão ao exibir uma das menores taxas de ambiguidade e, simultaneamente, uma das menores taxas de CNT.

Perceba-se, agora, o tipo de CNT que os adolescentes aceitam com cada predicado.

CONDIÇÕES		A. Monótonos crescentes epistêmicos		B. Monótonos crescentes não epistêmicos		C. Não monótonos epistêmicos	
Grupo	Predicado	<i>Saber</i>	<i>Compreender</i>	<i>Conseguir</i>	<i>Querer</i>	<i>Dizer</i>	<i>Esquecer</i>
ADOLESCENTES	AMB	10%	3%	6%	5%	16%	11%
	CNT EXCL	18%	8%	79%	84%	38%	7%
	TOTAL CNT	27%	12%	86%	88%	54%	18%

Tabela 18 - Percentagem de legitimação no macrogrupo dos adolescentes de uma leitura ambígua entre CNT e NP e de uma leitura exclusiva de CNT por predicado

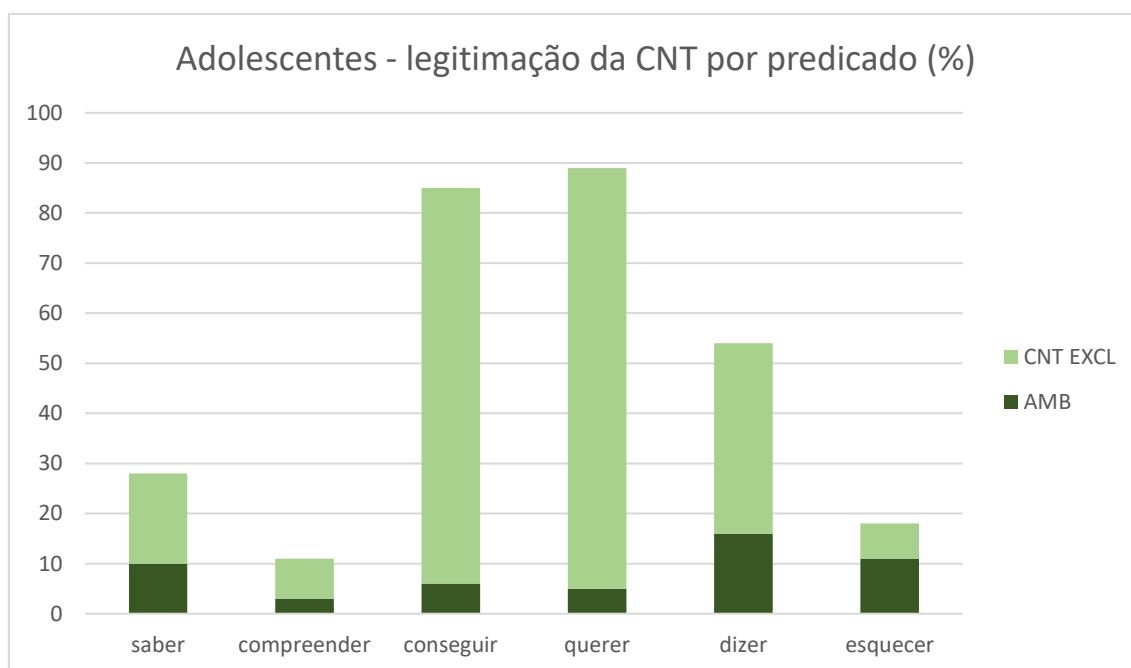


Gráfico 6 - Percentagem de legitimação no macrogrupo dos adolescentes de uma leitura ambígua entre CNT e NP e de uma leitura exclusiva de CNT por predicado

À semelhança dos adultos, é com o **verbo dizer** que os adolescentes apresentam os **valores mais elevados de ambiguidade** (16%). É de notar que dois dos três predicados que apresentam a maior taxa de reconhecimento de ambiguidade, *dizer* e *esquecer*, pertencem à mesma condição, nomeadamente, são ambos **predicados não monótonos**

**epistémicos.** Pelas razões opostas, são dignos de relevo os baixos valores de ambiguidade e de legitimação da CNT do verbo *compreender*.

Desta feita, apenas a partir da tabela abaixo, destacam-se algumas particularidades que distinguem os diversos grupos de adolescentes.

CONDIÇÃO		A. Monótonos crescentes epistémicos		B. Monótonos crescentes não epistémicos		C. Não monótonos epistémicos	
Grupo	Predicado	<i>Saber</i>	<i>Compreender</i>	<i>Conseguir</i>	<i>Querer</i>	<i>Dizer</i>	<i>Esquecer</i>
IV. 14 anos	AMB	7%	7%	10%	3%	10%	3%
	CNT EXCL	28%	7%	87%	73%	50%	3%
	TOTAL CNT	35%	14%	97%	76%	60%	6%
III. 13 anos	AMB	12%	0%	3%	5%	16%	11%
	CNT EXCL	11%	11%	85%	92%	33%	7%
	TOTAL CNT	23%	11%	88%	97%	49%	18%
II. 12 anos	AMB	10%	3%	6%	6%	21%	18%
	CNT EXCL	14%	7%	66%	86%	31%	11%
	TOTAL CNT	24%	10%	72%	92%	52%	29%

Tabela 19 - Percentagem de legitimação da CNT por predicado e pelos grupos de adolescentes

*Compreender* foi o único predicado deste teste a obter um reconhecimento de ambiguidade em 0 itens por um grupo, nomeadamente, pelos sujeitos de 13 anos. Digna de nota é também a discrepância entre o valor máximo e o valor mínimo de legitimação exclusiva da CNT alcançada pelo grupo de informantes de 14 anos, cujos valores atingem os 97% – com o verbo *conseguir* – e os 3% – com o verbo *esquecer*.

Na próxima secção, apresentam-se os resultados dos diversos grupos, desta feita, por condição.

### 5.3 Resultados por condição

Nesta secção, apresentam-se os resultados dos vários grupos com os predicados de cada condição: *compreender* e *saber*, predicados monótonos crescentes epistémicos (condição A) na secção 5.3.1; *querer* e *conseguir*, predicados monótonos crescentes não epistémicos (condição B) na secção 5.3.2 e *esquecer* e *dizer*, predicados não monótonos epistémicos (condição C) na secção 5.3.3.

No caso de se encontrar uma disparidade entre os valores de legitimação da CNT entre predicados de uma condição, isso significa que a CNT se prende com outras **propriedades do predicado além daquelas testadas** nas condições deste teste, nomeadamente, com aquelas propriedades em que os dois predicados diferem. Já um comportamento coincidente dos predicados de uma condição indicará que as propriedades testadas são, possivelmente, as únicas que influenciam a legitimação da leitura de CNT num contexto análogo.

### 5.3.1 Condição A

#### Predicados monótonos crescentes epistémicos

Observem-se, agora, nos vários grupos, os valores totais de legitimação da CNT respeitantes a cada um dos predicados monótonos crescentes epistémicos testados, *saber* e *compreender*.

CONDIÇÃO		A. Monótonos crescentes epistémicos	
Predicado		<i>saber</i>	<i>compreender</i>
TOTAL CNT	I. ADT	32%	15%
	II. 14	35%	14%
	III. 13	23%	11%
	IV. 12	24%	10%

Tabela 20 - Percentagem total de CNT com os predicados monótonos crescentes epistémicos por grupo

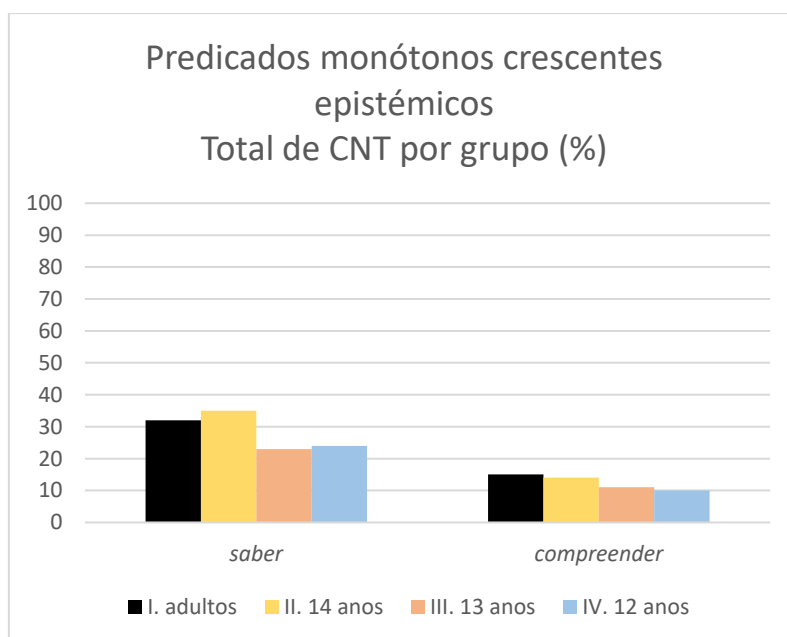


Gráfico 7 - Percentagem total de CNT com os predicados monótonos crescentes epistémicos por grupo

Tanto o verbo *saber* como o verbo *compreender* apresentam baixos valores de aceitação, não atingindo os 35%. No entanto, estabelecem entre si uma **razão de legitimação de dobro/metade**: a média de valores do verbo *saber* ronda os 28%, enquanto o verbo *compreender* apresenta uma percentagem média de legitimação de CNT de 12%. Assim, pode especular-se que, para além das variáveis combinadas nesta condição, a monotonia crescente e a epistemicidade, exista(m) outra(s) que explique(m) as diferenças de legitimação de CNT entre o verbo *saber* e o verbo *compreender*, como a factividade ou a veridicidade, que serão consideradas adiante. Note-se que são os grupos mais velhos quem mais legitima a leitura de CNT no caso de ambos os predicados, como se viu nos resultados gerais para a condição A.

Seguem-se os valores de legitimação da CNT com a segunda condição deste teste, os predicados monótonos crescentes não epistémicos.

### 5.3.2 Condição B

#### Predicados monótonos crescentes não epistémicos

Consultem-se, na tabela e no gráfico abaixo, os valores de CNT de cada um dos predicados monótonos crescentes não epistémicos, condição com a qual este trabalho prevê que se obtenham os valores mais elevados.

CONDIÇÃO		<b>B. Monótonos crescentes não epistémicos</b>	
Predicado		<i>conseguir</i>	<i>querer</i>
TOTAL CNT	I. ADT	85%	94%
	II. 14	97%	76%
	III. 13	88%	97%
	IV. 12	72%	92%

Tabela 21 - Percentagem total de CNT com os predicados monótonos crescentes não epistémicos por grupo

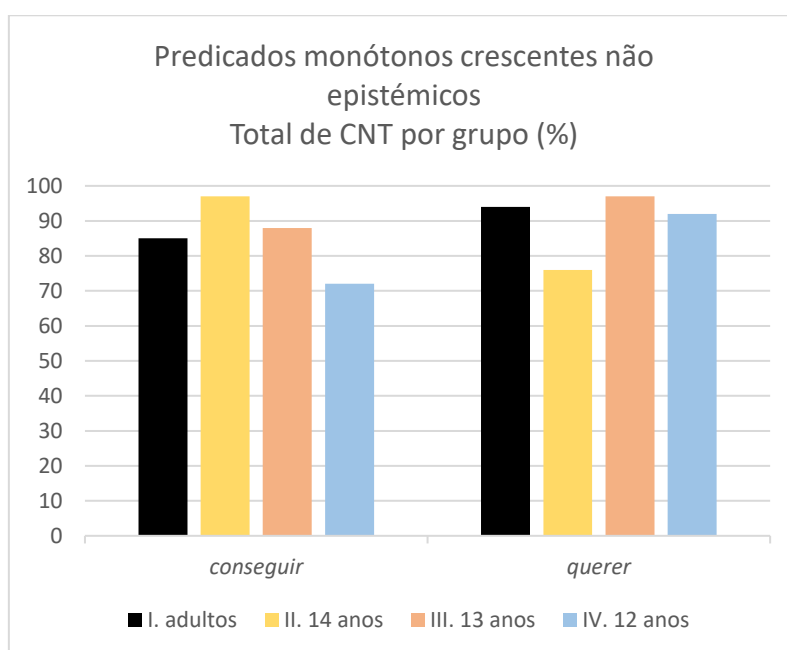


Gráfico 8 - Percentagem total de CNT com os predicados monótonos crescentes não epistémicos por grupo

O predicado *querer* revela uma maior legitimação da CNT do que o predicado *conseguir* em todos os grupos com exceção do grupo dos informantes de 14 anos, que

prefere o verbo *conseguir* em mais 20% dos itens do que o verbo *querer*. Em média, o verbo *conseguir* dista do verbo não verídico *querer* 9%, no caso dos adultos, e 3%, no caso dos adolescentes.

Seguidamente, atente-se no comportamento dos predicados não monótonos epistémicos com respeito à legitimação da CNT.

### 5.3.3 Condição C

#### Predicados Não monótonos epistémicos

Observe-se, em detalhe, na tabela 22 e no gráfico 9, a aceitação da CNT pelos diferentes grupos com cada um dos predicados não monótonos epistémicos.

CONDIÇÃO		C. Não monótonos epistémicos	
Predicado		<i>dizer</i>	<i>esquecer</i>
TOTAL CNT	I. ADT	43%	16%
	II. 14	60%	6%
	III. 13	49%	18%
	IV. 12	52%	29%

Tabela 22 - Percentagem total de CNT com predicados não monótonos epistémicos por grupo

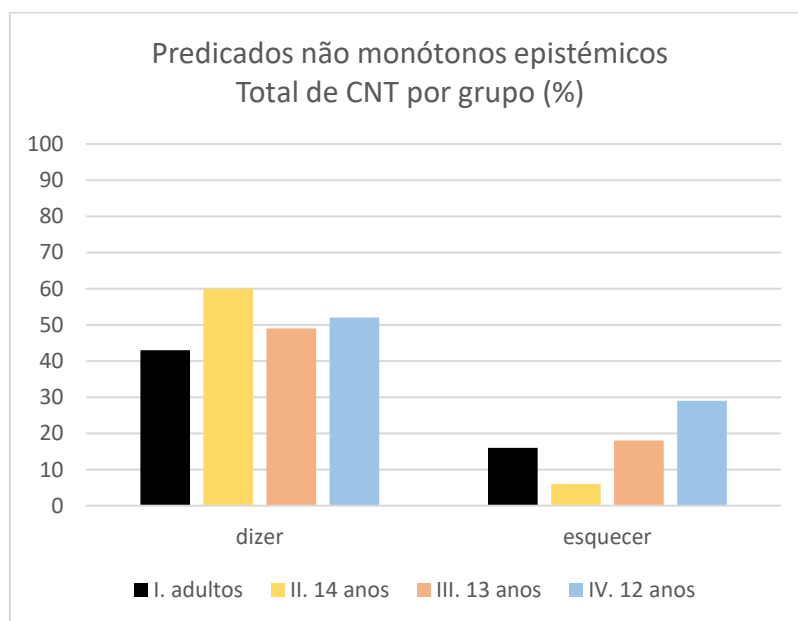


Gráfico 9 - Percentagem total de CNT com predicados não monótonos epistémicos por grupo

Entre os predicados da condição C, existe a maior discrepância encontrada neste teste entre dois predicados da mesma condição: ***dizer* legitima a CNT em três vezes mais itens que o verbo *esquecer***. Com o verbo *dizer* a legitimação da interpretação de CNT ronda os 50%, com uma aceitação da leitura de CNT ligeiramente superior por parte dos adolescentes. Sublinhe-se que, de todos os grupos, condições e predicados, a interpretação de CNT **por sujeitos de 14 anos com o verbo *esquecer* apresenta os valores mais baixos de todos, os únicos** abaixo de 10% (6%, exatamente). Com o mesmo grupo de informantes, a diferença entre os dois predicados não monótonos epistémicos é especialmente acentuada também pelos elevados valores de aceitação do verbo *dizer*: 6% de legitimação com o verbo *esquecer* vs. 60% de legitimação no caso do verbo *dizer*.

No próximo capítulo (6. Discussão dos Resultados), os resultados aqui apresentados serão objeto de discussão, à luz da revisão bibliográfica apresentada e das hipóteses previamente colocadas neste trabalho.

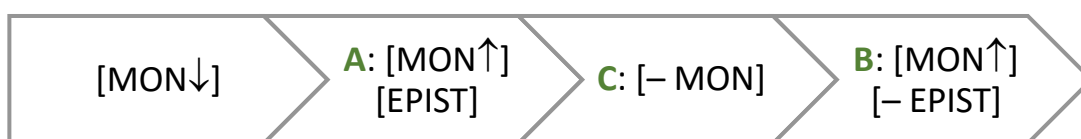
## 6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Comprovado, no capítulo 5, o reconhecimento da CNT por todos os grupos testados, no contexto sintático incluído neste teste, os resultados consentem que, no presente capítulo, se responda às hipóteses formuladas. Pretende-se avaliar até que ponto essas hipóteses contribuem para o conhecimento linguístico da CNT da gramática adulta e da gramática adolescente. Para tal, recordem-se as hipóteses apresentadas no capítulo 3 deste estudo:

Hipótese 1: A CNT ainda não está adquirida aos 12 anos de idade

Hipótese 2: A interpretação de CNT é favorecida por um predicado matriz monótono crescente não epistémico num contexto resultante de combinações sintáticas restritas: negação frásica na subordinante e oração completiva com uma expressão autonegativa em posição de sujeito.

Ainda no seguimento da hipótese 2, recupere-se a figura 3, em que se apresenta uma escala de legitimação da CNT, a partir de Peres (1994), em função da monotonia e epistemicidade do predicado matriz. A figura inclui a correspondência entre as propriedades dos predicados e as condições deste teste (assinaladas com a respetiva letra).



*Figura 3 - Escala de legitimação de uma leitura de CNT, em função da monotonia e da epistemicidade do predicado matriz, de acordo com Peres (1994: 450)*

Para confirmar estas hipóteses, veja-se o gráfico seguinte, onde se reuniram todos os resultados obtidos no teste experimental.

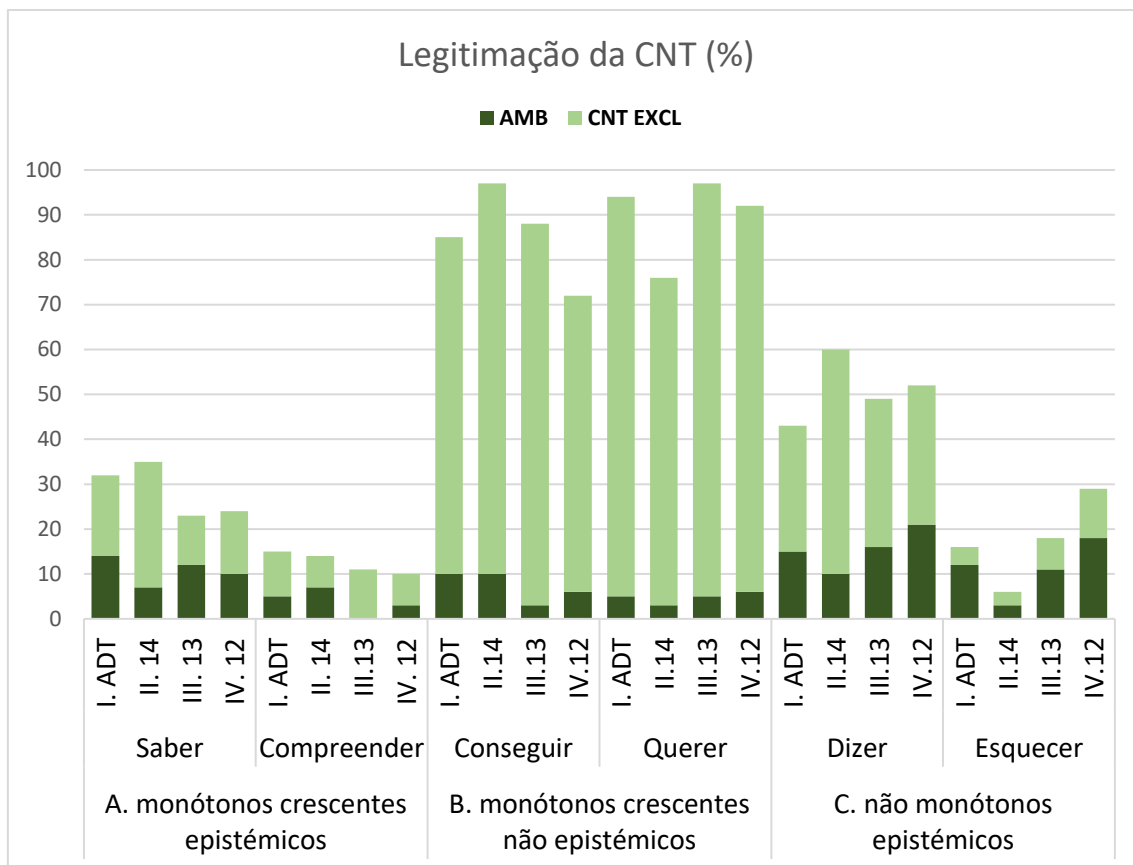


Gráfico 10 - Percentagem de legitimação da CNT por grupo, verbo e condição

A sobreposição das informações que a figura 3 e o gráfico 10 encerram permite infirmar a hipótese 1 e confirmar a hipótese 2.

No que diz respeito à primeira hipótese, a separação da amostra em grupos etários distintos permitiria dar conta do processo de **aquisição da CNT**. No entanto, os dados revelam que esse processo está **já concluído nos grupos com a idade mínima testada – 12 anos**. Caso contrário, os valores do grupo IV destacar-se-iam, de algum modo, dos restantes. Na verdade, **todos os grupos apresentam entre si pouca variação**. Não se atribui uma explicação sobre as pequenas variações entre os grupos, identificadas no capítulo anterior, nem estas ocorreram em valores expressivos o suficiente para serem salientadas nesta discussão. As pequenas diferenças existentes não configuram um padrão, nem de menor legitimação ao longo da idade, nem de legitimação crescente, como aconteceria se a *performance* dos adolescentes se aproximasse cada vez mais da *performance* adulta, por exemplo. Além disso, o desempenho dos grupos de adolescentes (II, III e IV) não constitui um macrogrupo que, pelos seus valores de CNT, se distinga do grupo de adultos (I). Assim sendo, a hipótese

de a CNT ainda não estar adquirida aos 12 anos não se verifica. Por conseguinte, todas as propriedades semânticas que se apure, na discussão da hipótese 2 deste trabalho, estarem implicadas na CNT, estarão parecem estar já adquiridas aos 12 anos.

Se a legitimação da CNT parece não variar em função dos grupos testados, parece ocorrer, sim, em função das **propriedades semânticas do predicado matriz**, oscilando entre 17% e 93%<sup>39</sup>. Como previsto na segunda hipótese, a **interpretação de CNT é favorecida por um predicado matriz monótono crescente não epistémico (condição B)** num contexto resultante de combinações sintáticas restritas, controladas no teste. Os valores mais elevados de aceitação de CNT foram conseguidos justamente com estes predicados. Assim, a hipótese 2 deste trabalho evidencia uma aproximação aos resultados obtidos. Confirmou-se, desta forma, uma importante predição de Peres (1994).

Neste trabalho, identificaram-se valores altos de legitimação de CNT com os predicados *querer* (91%) e *conseguir* (86%). A existência de frases com valores elevados de legitimação neste teste mostra que as **condições sintáticas** controladas na sua elaboração permitem uma interpretação de CNT. De notar que a existência de frases neste teste com valores elevados de legitimação mostra que as **condições sintáticas** controladas na sua elaboração permitem uma interpretação de CNT. São elas a posição pré-verbal da expressão autonegativa, a subordinação completiva e o predicado da oração encaixada no modo conjuntivo. Os predicados que obtiveram os valores de CNT mais expressivos, *querer* e *conseguir*, são ambos monótonos crescentes. A **monotonia crescente** revela ser, neste seguimento, uma **condição favorecedora** da obtenção de uma interpretação de CNT.

Já nos predicados monótonos crescentes epistémicos (condição A), a CNT vê a sua **legitimação restringida**, como antecipou Peres (1994), obtendo valores entre os 11% e os 35%. Numa comparação direta com os predicados monótonos crescentes não epistémicos, a restrição de valores de CNT nos predicados monótonos epistémicos justifica-se, desde logo, pela **presença da epistemicidade**. Se entre estas condições os valores de CNT são tão diferentes, depreende-se que a monotonia crescente do predicado matriz não é condição suficiente para esta interpretação; é necessário também a ausência de epistemicidade.

---

<sup>39</sup> Percentagens extremas dos macrogrupos, considerando todas as condições.

Por outro lado, a (não) epistemicidade não parece poder explicar por si só, a distribuição de leitura de CNT, já que os valores obtidos no caso de predicadores epistémicos monótonos crescentes e não monótonos é muito diferente. Além disso, há entre os não monótonos *dizer* e *esquecer* diferenças relevantes na aceitação de leitura de CNT. O facto de *dizer* e *esquecer*, predicados não monótonos epistémicos, não apresentarem valores próximos justifica, assim, a análise de cada um dos dois predicados da condição C.

Para um seguimento mais próximo da discussão que se segue, observe-se a tabela de resultados apresentada de seguida. Podem aí consultar-se as percentagens médias de aceitação de CNT no caso de cada verbo e as respetivas propriedades semânticas, considerando aqui os resultados de todos os informantes globalmente. Na tabela, os verbos aparecem ordenados da maior para a menor aceitação de CNT.

Condição	Predicado	Legitimação da CNT	Propriedades do predicado			
B	<i>Querer</i>	91%	MON↑	– EPIST	– FACT	– VERID
B	<i>Conseguir</i>	86%	MON↑	– EPIST	– FACT	VERID
C	<i>Dizer</i>	49%	– MON	EPIST	– FACT	VERID
A	<i>Saber</i>	30%	MON↑	EPIST	FACT	VERID
C	<i>Esquecer</i>	17%	– MON	EPIST	FACT	VERID
A	<i>Compreender</i>	14%	MON↑	EPIST	FACT	VERID

Tabela 23 - Percentagem de legitimação de CNT dos predicados e respetivas propriedades semânticas

Ao encontrar-se uma discrepância entre os valores de CNT dos predicados de uma condição, mostra-se que a aceitação desta leitura se prende com **outros fatores que não (apenas) os testados nas condições**. Para justificar a variação de valores de legitimação entre condições, importa atentar naquelas propriedades semânticas que distinguem os seus predicados.

Observando a tabela 23, é visível que a maior discrepância deste teste entre dois verbos da mesma condição se estabelece entre os predicados da condição C, em termos de valores e de propriedades atuantes. Enquanto o verbo *dizer* apresenta 49% de legitimação, o verbo *esquecer* legitima a CNT somente em 17% – três vezes menos.

Acerca dos predicados não monótonos, Peres (1994: 445) previu que apresentassem grande *heterogeneidade de comportamento*. Contudo, o facto de estes predicados, *esquecer* e *dizer*, serem ambos epistémicos deveria aproximar os seus valores de CNT. Assim atente-se numa propriedade semântica que parece distinguir os dois verbos: a **factividade**. Se a elaboração das condições deste teste já antecipava a importância da epistemicidade, centrando-se nesta propriedade, o mesmo não se passa com a factividade. Sobre esta propriedade, Peres (2000: 188) afirma que *esta neutralização [do valor monótono crescente do verbo e do valor decrescente da negação, dando origem a **uma inferência monótona decrescente**] não tem lugar em todos os casos, nomeadamente quando a factividade está presente, levando à conclusão de que a negação de um predicado monótono crescente de força não preserva a direção da inferência, mas também não a reverte necessariamente*.

No entanto, mesmo na ausência de um valor de monotonia crescente do verbo, a importância da factividade parece manifestar-se. A distinção do predicado *dizer* (não factivo) e do predicado *esquecer* (factivo) somente pela sua (não) factividade, mesmo sendo ambos predicados não monótonos epistémicos verídicos, parece fornecer uma explicação para a distância existente entre os seus valores de legitimação de CNT. Além disso, identifica-se factividade nos dois predicados do teste que registam, em média, os valores mais baixos (<17%). Daqui se retira que a **factividade** parece bloquear a leitura de CNT na presença ou na ausência de monotonia (crescente).

Já os únicos predicados do teste que partilham todas as propriedades semânticas consideradas apresentam valores distantes de CNT: *saber*, 30%, e *compreender*, 14%. Uma vez que são ambos monótonos crescentes epistémicos, poder-se-ia colocar a hipótese de esta diferença se dever, uma vez mais, à **factividade**. Esse poderia ser o caso se se considerasse uma tipologia de verbos factivos e não factivos que toma como critério a certeza/assertividade do locutor em relação à proposição, como a tipologia de Hooper (1974). Contudo, com base na classificação de factividade adotada nesta tese<sup>40</sup>, a classificação de Karttunen (1971), que tipifica a factividade dos predicados em função de estarem associados ou não à pressuposição de que o seu complemento é verdadeiro, *compreender* e *saber* não revelam diferenças tipológicas. Assim sendo, a factividade não justifica cabalmente as discrepâncias de CNT encontradas entre os dois predicados.

---

<sup>40</sup> Para uma retoma desta discussão tipológica e para uma apresentação estendida de cada uma das categorizações de factividade, consulte-se o capítulo 2.4.

Observadas as propriedades semânticas em que os predicados da condição C se distinguem, e feito o mesmo com a condição A, vejamos agora a condição B, os predicados monótonos crescentes não epistémicos. A legitimação do verbo *querer* é, em média, 9% superior, no caso dos adultos, e 3%, no caso dos adolescentes, à do verbo *conseguir* nos vários grupos etários, com exceção dos informantes de 14 anos. A diferença de resultados entre os dois predicados monótonos crescentes não epistémicos é, portanto, demasiado pequena para justificar uma tentativa de explicação. Seria tentador explicar a diferença de valores à luz da hipótese de a **veridicidade poder enfraquecer a CNT**, considerando que o **verbo *querer* é não verídico** e o **verbo *conseguir* é verídico**. Contudo, não nos parece que os dados de que agora dispomos possam servir para sustentar tal hipótese.

Não é possível ignorar, porém, que '*querer*' é o único predicado do teste que possui **todas as condições semânticas** que, de acordo com a literatura anterior, favorecem a legitimação da CNT: a monotonia (crescente) e a ausência de epistemicidade, factividade e veridicidade. Em oposição, '*compreender*' concentra todas as propriedades que se julga responsáveis pela restrição da leitura de CNT: a epistemicidade, a factividade e a veridicidade.

Para a discussão dos valores de **ambiguidade entre uma leitura de CNT e uma leitura de NP**, observe-se a tabela 24, análoga àquela apresentada para a discussão dos valores de legitimação da CNT.

Condição	Predicado	Ambiguidade CN/NP	Propriedades do predicado			
<b>C</b>	<i>Dizer</i>	16%	– MON	EPIST	– FACT	VERID
<b>C</b>	<i>Esquecer</i>	12%	– MON	EPIST	FACT	VERID
<b>A</b>	<i>Saber</i>	12%	MON↑	EPIST	FACT	VERID
<b>B</b>	<i>Conseguir</i>	8%	MON↑	– EPIST	– FACT	VERID
<b>B</b>	<i>Querere</i>	5%	MON↑	– EPIST	– FACT	– VERID
<b>A</b>	<i>Compreender</i>	4%	MON↑	EPIST	FACT	VERID

Tabela 24 - Percentagem de legitimação de ambiguidade dos predicados e respetivas propriedades semânticas

A partir da sobreposição dos resultados da legitimação da CNT (cf. tabela 23) e da legitimação da ambiguidade (cf. tabela 24), observou-se que, quase sempre que os falantes aceitam a CNT, a aceitam de forma exclusiva, isto é, recusam uma interpretação de NP para a mesma frase. Observa-se que a ambiguidade é reconhecida em **<16% das respostas**, em média, ainda que o teste não tivesse sido elaborado principalmente para este efeito. A apresentação de duas interpretações contraditórias em sequência para a mesma frase pode não ter favorecido a sua aceitação cumulativa.

Nos exemplos de Peres (1994), as quatro frases por ele consideradas inequivocamente ambíguas (cf. capítulo 2.4) contêm um predicado monótono crescente não epistémico não factivo, sem que o autor atribua nenhuma justificação para esse facto. Sendo o único estudo, tanto quanto pude investigar, que refere a ambiguidade entre CNT e NP, a expectativa seria que, no teste experimental, a ambiguidade fosse mais reconhecida com predicados deste tipo. Todavia, entre as várias condições, a ambiguidade foi reconhecida sobretudo nas frases com predicados não monótonos epistémicos (condição C), *dizer* e *esquecer*, aos quais se somou o verbo *saber*. Note-se que estes predicados obtiveram os valores medianos de legitimação de CNT, por comparação com a condição B, que alcançou os valores mais altos ou com a condição A, que atingiu os valores mais baixos. Face aos resultados, é possível especular que a falta das propriedades que mais legitimam a CNT e daquelas que mais a bloqueiam em simultâneo conduza a **uma menor convicção do informante sobre a interpretação da frase**. Essa incerteza interpretativa, por sua vez, poderá refletir-se na aceitação cumulativa de uma leitura de CNT e de uma leitura de NP e explicar, dessa maneira, o facto de **os valores mais altos de ambiguidade ocorrerem nos verbos *dizer*, *esquecer* e *saber***.

## 7. CONCLUSÃO

Sendo este o primeiro estudo em extensão focado na CNT, a base deste trabalho foi quase exclusivamente Peres (1994 e 2000). Ancorado nos estudos de Dowty (1994), Peres defendeu que o valor da monotonia desempenharia um papel crucial na legitimação transfrásica de expressões autonegativas, para as quais o contexto de monotonia decrescente criado pela combinação da negação com um predicado monótono crescente na frase-matriz seria condição suficiente. O caráter epistémico do predicado matriz tenderia a bloquear a interpretação de CNT.

Este trabalho propôs-se **identificar e verificar experimentalmente as propriedades semânticas do predicado matriz de uma frase completiva que contribuem para a legitimação de uma interpretação de CNT** em adultos e em adolescentes. Para tal, elaborou-se um teste de aceitabilidade de um par de interpretações (uma de CNT, outra de NP) para um conjunto de frases-teste com negação na oração matriz e uma expressão autonegativa em posição pré-verbal na oração completiva para ser aplicado em adultos, sujeitos de 12 anos, de 13 anos e de 14 anos. A partir dos resultados obtidos, espera-se contribuir para definir as propriedades semânticas responsáveis pela legitimação de uma interpretação de CNT e encontrar algumas pistas sobre a idade de aquisição destas propriedades.

Da relação entre as hipóteses deste trabalho e a aplicação do teste experimental resultam principalmente as conclusões abaixo elencadas:

- i. O teste experimental vem provar que tanto adultos como adolescentes **reconhecem** a CNT no contexto sintático controlado: uma oração subordinante com um operador de negação frásica (*não*) e uma oração completiva com uma expressão autonegativa (*ninguém* ou *nenhum N*) em posição de sujeito interno e um verbo no conjuntivo;
- ii. Os **adolescentes de 12 anos, de 13 anos, de 14 anos e os adultos** legitimam a CNT de modo idêntico. Assim, a CNT e, por inerência, também as propriedades semânticas implicadas nesta interpretação, parecem já estar adquiridas em todos os grupos, inclusive no grupo mais jovem, os 12 anos;

- iii. As **propriedades semânticas do predicado matriz** são, de facto, relevantes para a determinação de uma leitura de CNT em português (espera-se que o sejam também em várias outras línguas);
- iv. A interpretação de CNT é favorecida sobretudo por contextos que incluam **verbos matriz monótonos crescentes não epistémicos não factivos**;
- v. A **monotonia (crescente)** não é condição suficiente, mas é condição favorecedora de uma interpretação de CNT<sup>41</sup>;
- vi. A **epistemicidade e a factividade** bloqueiam a leitura de CNT de modo evidente. Para que uma estrutura frásica legitime com segurança a CNT, nenhuma destas propriedades deverá estar presente no predicado matriz.
- vii. Não só a **força da monotonia crescente é revertida** pela presença de propriedades como a factividade e/ou a epistemicidade como a **factividade** bloqueia a leitura de CNT na presença ou na ausência de monotonia (crescente).
- viii. Os dados não confirmam que a **veridicidade** possa bloquear a CNT, embora esta questão possa vir a ser mais explorada no futuro.
- ix. A **ambiguidade** entre uma interpretação de CNT e uma interpretação de NP foi pouco reconhecida por adultos e adolescentes. É possível especular que se dê nos casos em que existe uma menor convicção sobre a leitura da frase e, por isso, que ocorra menos com predicadores que claramente legitimam a CNT ou com predicadores que claramente bloqueiam a CNT.

As conclusões obtidas neste trabalho contribuem para confirmar que os falantes reconhecem a estrutura de CNT. Procurou-se apurar experimentalmente as causas de

---

<sup>41</sup> O facto de, neste trabalho, se adotar a identificação de valores muito elevados de legitimação de CNT num dado contexto como critério para validar a existência desta interpretação poderá explicar as diferenças entre as conclusões deste estudo e as conclusões de Peres (2000) acerca do papel da monotonia crescente. As conclusões do autor parecem resultar da consideração não só das legitimações convictas ('OK'), mas também das legitimações interrogadas ('OK/??'), o que conduz a uma conclusão sobre o papel da monotonia crescente justamente oposta à deste trabalho quando os dados dos dois estudos não se afastam muito entre si. Concretamente, Peres (2000) conclui que a monotonia crescente não é uma condição necessária para a CNT, mas é condição suficiente, já que as leituras aceites de forma interrogada no seu estudo resultam de predicação não monótona. No entanto, dada a natureza experimental deste trabalho, optou-se pelo critério que se considerou mais rigoroso.

variação da interpretação, quer de legitimação, quer de anti-legitimação. Este estudo definiu ainda um ponto de partida para o estudo da idade de aquisição da CNT.

Num estudo vindouro, o próximo grupo de informantes a ser testado seria constituído por crianças de 10 e de 11 anos, para procurar a idade de aquisição da CNT. No entanto, trata-se de uma estrutura muito complexa, inclusive para adultos, e que, por isso, poderá não ser fácil testar com crianças de idade inferior a 12 anos.

Já a ambiguidade entre CNT e NP mereceria protagonizar o seu próprio estudo para ser avaliada através de um teste com esse foco. No campo das propriedades semânticas relevantes para a legitimação de CNT, seria importante experimentar predicados monótonos decrescentes e assim investigar a importância do tipo de monotonia; testar predicados monótonos crescentes factivos não epistémicos para isolar a factividade da epistemicidade e, por último, submeter a escrutínio predicados não monótonos não epistémicos não factivos para confirmar a importância da existência de monotonia no predicado.

Por fim, espera-se que os resultados aqui apresentados possam ser relevantes para a compreensão da CNT e motivar futuros estudos desta construção.

## BIBLIOGRAFIA

- BELLUGI, U. (1967) *The Acquisition of the system of negation in children's speech*. Dissertação de Doutorado, Harvard University. Cambridge, Mass.
- den BESTEN, H. (1986) "Double negation and the genesis of Afrikaans" in Pieter Musyken e Norval Smith (eds.) *Substrata versus Universals in Creole Genesis*. Amsterdam: John Benjamins, 185-230
- BRANSFORD, J. e N. McCARRELL (1975) "A Sketch of a Cognitive Approach to Comprehension: Some Thoughts about Understanding What It Means to Comprehend" in W. Weimer e D. Palermo (eds.) *Cognition and the Symbolic Processes*. New York: Lawrence Erlbaum, 189-229
- CANTOR, G. (1874) "On a Property of the Collection of All Real Algebraic Numbers". in *Crelle's Journal for Mathematics*, vol. 77: 258–262
- CINQUE, G. (1990) *Types of A'-Dependencies*. Cambridge, Mass.: MIT Press
- CORBLIN, F., V. Déprez, H. de Swart, e L. Tovená (2004) "Negative concord" in F. Corblin e H. de Swart (eds.) *Handbook of French semantics*. Stanford: CSLI, 417-452
- DAHL, Ö. (1979) "Typology of sentence negation" in *Linguistics*, 17: 79-106
- DÉPREZ, V. e A. PIERCE (1993) "Negation and Functional Projections in Early Grammar" in *Linguistic Inquiry*, vol. 24 (1): 25-67
- DOWTY, D. (1994) *The Role of Negative Polarity and Concord Marking in Natural Language Reasoning*. SALT IV, Cornell, Ithaca, NY.
- DUDLEY, R., M. ROWE, H. VALENTINE e J. LIDZ (2017) "Discovering the factivity of 'know'" in *Semantics and Linguistic Theory*, 27: 600
- GIANNAKIDOU, A. (1997) *The Landscape of Polarity Items*. Dissertação de Doutorado, Rijksuniversiteit Groningen
- (1998) *Polarity Sensitivity as (Non)Veridical Dependency*. Amsterdam: John Benjamins

- (2000) *Negative... concord' Natural language and linguistic theory*, 18: 457-523
- (2016) Oxford Bibliographies Online (OBO), entrada: 'Polarity'.  
Editor-chefe: Prof. Mark Aronoff. Yale University
- GIANNAKIDOU, A. e H. ZEIJLSTRA (2016) *The Landscape of Negative Dependencies: Negative Concord and N-Words*. Syntax Companion, Blackwell
- 
- GREENBERG, J. (1966) "Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements" in J. Greenberg (ed.) *Universals of Language*. Stanford University. London: MIT Press, 73-113
- GRICE, H. (1975) "Logic and Conversation" in P. Cole e J. L. Morgan (eds.) *Syntax and Semantics*, vol. 3: 41-58. New York: Academic Press
- HARRIS, R. (1974b) "Memory and Comprehension of Implications and Inferences of Complex Sentences" in *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 13, 6: 626-637
- (1975) "Children's comprehension of complex sentences" in *Journal of Experimental Child Psychology*, 19(3): 420-433
- HORN, L. (1989) *A Natural History of Negation*. CSLI Publications
- JESPERSON, O. (1917) *Negation in English and other languages*. Copenhagen
- JESUS, A. (2014) *Aquisição do Modo em Orações Completivas no Português Europeu*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
- KARTTUNEN, L. (1971) "Some observations on factivity" in *Research on Language & Social Interaction*, 4 (1): 55-69
- KENNEDY, C. (1997) *Projecting the Adjective: The Syntax and Semantics of Gradability and Comparison*. Dissertação de Doutorado, University of California. Santa Cruz
- (1998) *On the Monotonicity of Polar Adjectives*. Northwestern University
- KIPARSKY, P. e C. KIPARSKY (1970) *Fact*. Linguistics Club, Indiana University

- KLIMA, E. (1964) "Negation in English" in Fodor e Katz (eds.) *The structure of language*, 246-323
- LABOV, W. (1972) "Negative Attraction and Negative Concord in English Grammar" in *Language*, 48: 773-818
- LADUSAW, W. (1979) *Polarity Sensitivity as Inherent Scope Relations*. Dissertação de Doutorado, Universidade do Texas. Austin
- LAKA, I. (1990) *Negation in syntax: On the nature of functional categories and projections*. Dissertação de Doutorado. Cambridge: MIT Press
- LÉGER, C. (2008) "The acquisition of two types of factive complements" in A. Gavarró e M. J. Freitas (eds.) *Language Acquisition and Development: Proceedings of GALA*. Newcastle, UK: Cambridge Scholars Publishing, 337-347
- van LENTE, E. (2003) "The Acquisition of Negative Concord. The case of 'pas... non plus'" in *Linguistics in the Netherlands*. John Benjamins Publishing Company, 105-115
- LONGOBARDI, G. (1987) "Parameters of Negation in Romance Dialects" in *GLOW Dialectology Workshop*. Veneza
- MACWHINNEY, B. (1995) *The CHILDES project*. NJ: Lawrence Erlbaum
- MARQUES, R. (1995) *Sobre os valores dos modos conjuntivo e indicativo em português*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa
- (2003) "Propriedades de Monotonia em Construções" in *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa, 509-520
- (2004) *Para uma semântica das construções comparativas em português*. Dissertação de Doutorado, Universidade de Lisboa
- MARTINS, A. M. (1997) "Aspectos da Negação na História das Línguas Românicas: Da natureza de palavras como *nenhum, nada, ninguém*" in I. Castro (org.) *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. 2: 179-210. Lisboa
- MONTAGUE, R. (1969) "On the nature of certain philosophical entities" in *The Monist*, 53: 159-194

- MOSS, L. (2010) “Monotonicity and Polarity” in *ESSLLI'10 Course on Logics for Natural Language Inference*
- OIRY, M. (2015) *The Interaction of Negation and Factivity in Acquisition*. Paris
- OLIVEIRA, F. e A. MENDES (2013) “Modalidade Epistémica” in E. Raposo *et al.* (orgs.) *Gramática do Português*, vol. I: 630-632. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- PERES, J. (1994) “CN Através de Fronteiras Frásicas” in *Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Universidade de Évora, 6 a 8 de outubro, 1994. Lisboa: APL-Colibri, 435-451
- (1995) “Extending the Notion of Negative Concord” in D. Forget, P. Hirschbühler, F. Martineau e M.-L. Rivero (eds.) *Negation and Polarity, Syntax and Semantics, Selected Papers from the Colloquium negation: syntax and semantics*, Ottawa, 11-13 Maio, 1995. Amsterdam: John Benjamins, 289-310
- (2000) “On the Nature and Licensing Conditions of N-phrases in Portuguese” in *D.E.L.T.A.*, vol. 16, n.º especial: 165-199. Universidade de Lisboa
- (2013) “Negação” in E. Raposo *et al.* (orgs.) *Gramática do Português FCG*, vol. I: 461-500. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- PUSKÁS, G. (2012) "Licensing Double Negation in NC and non-NC languages" in *Natural Language and Linguistic Theory*, 30(2). Budapest: Akadémiai
- SEUREN, P. (1973) “The Comparative” in F. Kiefer e N. Ruwet (orgs.) *Generative Grammar in Europe*. Reidel, Dordrecht, 528-564
- (1978) “The structure and selection of positive and negative gradable adjectives” in D. Farkas, W. M. Jacobsen e K. W. Todrys (eds.) *Papers from parasession on the lexicon*, 14th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society. Chicago, Ill: CLS, 336-346
- STEVIN, S. (1585) *L'Arithmétique*
- THORTON, R., A. NOTLEY, V. MOSCATI e S. CRAIN (2016) “Two Negations for the Price of One” in *Glossa: a journal of general linguistics* 1(1), 45: 1-30

- VALENCIA, V. S. (1991) *Studies on Natural Logic and Categorical Grammar*.  
Dissertação de doutoramento, Universidade de Amesterdão
- WEIß, H. (2002) “A Quantifier Approach to Negation in Natural Languages. Or Why Negative Concord is Necessary” in *Nordic Journal of Linguistics*, 25(2)
- WYSE, B. (2010) *Factive / non-factive predicate recognition within Question Generation systems*. Dissertação de mestrado, The Open University
- van der WOUDEN, T. e F. ZWARTS (1993) “A Semantic Analysis of Negative Concord” in *SALT III Proceedings*. Cornell University. Ithaca, NY: DMLL Publications
- ZEIJLSTRA, H. (2007) “On the syntactic flexibility of formal features” in T. Biberauer (ed.) *The Limits of Syntactic Variation*. John Benjamins Publishing Company, 143-175
- ZWARTS, F. (1995) “Nonveridical Contexts” in *Linguistic Analysis*, 25: 286-312

## Outras fontes

Corpus CETEM Público – <https://www.linguateca.pt/CETEMPublico/>

Portal da Língua Portuguesa – [www.portaldalinguaportuguesa.org](http://www.portaldalinguaportuguesa.org)

# ANEXO

# ANEXO

## TESTE EXPERIMENTAL

### INFORMAÇÕES LINGUÍSTICAS – ADOLESCENTES

Sexo: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Ano de escolaridade: \_\_\_\_\_

Qual foi a primeira língua que aprendeste a falar? \_\_\_\_\_

Até aos 5/6 anos que línguas aprendeste a falar? \_\_\_\_\_

Que línguas se falam em tua casa? \_\_\_\_\_

Viveste sempre em Portugal? \_\_\_\_\_

Se não, onde e com que idade? Idade \_\_\_\_\_ País \_\_\_\_\_

Em que país nasceram os teus pais?

Pai \_\_\_\_\_ Mãe \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES LINGUÍSTICAS – ADULTOS

Sexo: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Língua materna: \_\_\_\_\_

Falante monolíngue/ bilingue: \_\_\_\_\_

Habilitações académicas: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

### INSTRUÇÕES – ADOLESCENTES E ADULTOS

Para cada frase são apresentadas duas continuações. Diz se consideras adequada cada uma das continuações, optando por *sim* ou por *não* na coluna indicada.

Nota: é possível aceites ambas, aceites uma e rejeites outra, ou rejeites ambas.

**1. Aqueles marinheiros não sabem que ninguém vive junto ao mar naquela vila.**

- a. Pensavam ter visto roupa a secar nos estendais das casas costeiras, mas afinal as casas estão desabitadas.
- b. Sempre que iam pescar estava tudo silencioso, mas afinal era porque a população estava a dormir.

sim/não

- 2. O empregado de mesa não consegue que ninguém o ajude.**

sim/não
- a. Tinha pedido auxílio, mas acabou por ficar a trabalhar sozinho.
- b. Ele queria estar sossegado, mas toda a gente insiste em auxiliá-lo.
- 
- 3. O electricista não esquece que nenhuma ferramenta cabe na caixa.**

sim/não
- a. E vai, de seguida, comprar uma caixa muito maior.
- b. Começa, então, a tentar pô-las lá.
- 
- 4. A cabeleireira só faz tranças às suas clientes.**

sim/não
- a. Nunca faz tranças às suas filhas.
- b. Nunca lhes faz um rabo de cavalo.
- 
- 5. Todos os meninos cumprimentam a professora.**

sim/não
- a. Veem a professora de matemática e dizem-lhe "olá".
- b. Uns cumprimentam a professora de matemática e outros a professora de inglês.
- 
- 6. Aqueles marinheiros só pescam carpas no rio.**

sim/não
- a. Nunca as pescam no mar.
- b. Nunca pescam robalos.
- 
- 7. O diretor não diz que ninguém vai ser despedido.**

sim/não
- a. Assim, os funcionários ficam preocupados.
- b. Assim, os funcionários estão descansados.
- 
- 8. A cozinheira não quer ninguém na cozinha.**

sim/não
- a. Gosta de ter companhia enquanto trabalha.
- b. Pôs na rua o ajudante que lá tentou entrar.
- 
- 9. Todos os químicos desejam um prémio.**

sim/não
- a. Na verdade, desejam o mesmo prémio, o Prémio Nobel (da Química).
- b. Não são muito exigentes, cada um deles deseja obter um prémio qualquer.
- 
- 10. A cabeleireira não diz nenhum elogio.**

sim/não
- a. Põe defeitos em todos os cabelos.
- b. Ontem gabou o cabelo da D. Manuela.

- 11. Todos os empregados limpam um bar.**

sim/não
- a. Metade limpa o bar da entrada e a outra metade limpa o bar do terraço.  
b. Logo de manhã, estão juntos a limpar o bar à entrada do hotel.
- 12. A cozinheira não quer que nenhum dente de alho esteja no arroz.**

sim/não
- a. Ela pensa assim porque o alho faz muito bem à saúde e, por isso, todos devem comer este alimento.  
b. ...já que a maioria dos clientes não gosta do seu sabor.
- 13. A advogada só felicita os juízes do tribunal constitucional.**

sim/não
- a. Ela felicita os juízes do tribunal constitucional, mas não os compreende.  
b. Ela não felicita os juízes de primeira instância.
- 14. A advogada não compreende que ninguém esteja presente.**

sim/não
- a. Até porque todos estavam interessados neste caso polémico.  
b. O julgamento era desinteressante, mas estavam várias pessoas a assistir.
- 15. A cabeleireira não diz que nenhum penteado fica bonito.**

sim/não
- a. Ela não é muito simpática.  
b. Para ela, todos têm a sua beleza particular.
- 16. O fotógrafo não esquece que ninguém estava às gargalhadas no retrato.**

sim/não
- a. Ele estranhou, porque costuma fazer rir toda a gente.  
b. Ele não gosta que se riam daquela maneira enquanto faz o seu trabalho.
- 17. O pintor não consegue nenhum modelo.**

sim/não
- a. Dois já começam a posar para ele amanhã.  
b. Todos estão a cobrar demasiado caro.
- 18. O pasteleiro não compreende que nenhum bolo seja apelativo.**

sim/não
- a. A montra do café está muito bem decorada.  
b. Para ele, não é possível que os clientes os comprem se os bolos estão todos queimados.
- 19. Só o cabeleireiro elogia as suas clientes.**

sim/não
- a. Isso quer dizer que ele nunca elogia a sua própria mulher.  
b. Os maridos delas nunca as elogiam.
- 20. A secretária não sabe que nenhum cliente vem ao escritório hoje.**

sim/não
- a. Se soubesse que não havia clientes, não teria vindo trabalhar.

- b. Se soubesse que vinha alguém, teria preparado o gabinete de reuniões.
- 21. O chefe não compreende ninguém.**  sim/não
- a. Percebe todos os empregados.
- b. Todos falam chinês e ele é alemão.
- 22. O aluno não sabe nenhuma tabuada.**  sim/não
- a. Errou tudo.
- b. Sabe a tabuada do dois e do cinco.
- 23. A bióloga não quer que ninguém recolha os dados.**  sim/não
- a. As condições não são as ideais, porque há outros micro-organismos na substância.
- b. As amostras são preciosas; alguém tem de as obter.
- 24. Todas as crianças visitam um museu.**  sim/não
- a. Vão juntas ao Museu Nacional de Arte Antiga.
- b. Algumas vão ao Museu Nacional de Arte Antiga, outras vão à Gulbenkian.
- 25. O fotógrafo não esquece ninguém.**  sim/não
- a. Nem se lembrou da mãe dele!
- b. Tem uma memória de elefante.
- 26. O pintor não consegue que nenhum quadro lhe saia realista.**  sim/não
- a. Um deles até parece uma fotografia.
- b. Umhas obras pareciam cubistas, outras impressionistas.
- 27. Só o pasteleiro fala francês.**  sim/não
- a. Isso significa que não fala inglês.
- b. O chefe de sala fala alemão, mas mais nada.
- 28. Só a secretária conhece de cor o processo 33.**  sim/não
- a. O advogado não faz a menor ideia.
- b. Isso quer dizer que ela não conhece de cor mais nenhum processo.

**29. Todos os jornalistas presenciam o assassinato.**

- a. Cada um deles vê um assassinato diferente.
- b. Veem o momento em que o Presidente da República é assassinado.

sim/não

**30. Todos os escuteiros ajudam a velhinha.**

- a. A D. Ana já tem cem anos e pede ajuda aos escuteiros para limpar o jardim.
- b. Os escuteiros vão a um lar e cada um ajuda uma idosa.

sim/não